

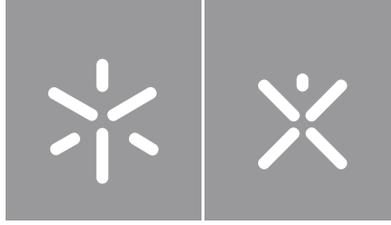


Joana Daniela Azevedo Costa

Vivência da maternidade e conceções sobre os estilos educativos de mães abusadas sexualmente

Universidade do Minho
Instituto de Educação





Universidade do Minho

Instituto de Educação

Joana Daniela Azevedo Costa

**Vivência da maternidade e concepções
sobre os estilos educativos de mães
abusadas sexualmente**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Estudos da Criança

Área de Especialização em Intervenção Psicossocial
com Crianças e Famílias

Trabalho efetuado sob a orientação da

Doutora Maria Teresa Machado Vilaça

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-SemDerivações
CC BY-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Não são suficientes as palavras para expressar a minha imensa gratidão pela conclusão desta dissertação.

O meu muito obrigada aos meus avós, aos meus pais, às minhas irmãs, ao namorado, ao meu cunhado e às minhas amigas por me terem apoiado desde o início do meu percurso académico. Por nunca terem deixado que desistisse de mim e daquele que era o meu sonho.

Obrigada aos colegas de curso por tudo o que me ensinaram, pela disposição e alegria que trouxeram ao mestrado. Acima de tudo, obrigada por terem tornado esta caminhada mais fácil e bonita pelo amor que transitaram em todas as aulas pelas crianças e família.

Obrigada a todos os professores que cruzaram os seus caminhos com o meu e me ensinaram tudo o que sei hoje.

O meu muito obrigada à diretora da instituição onde trabalho que me transmitiu a paz e força que precisava para concluir a tese.

Um agradecimento especial à minha professora orientadora pela paciência e ajuda neste longo processo.

Por fim, e por ser uma jovem de fé, agradeço ao meu Deus e à Nossa Senhora de Fátima por me ensinarem a nunca desistir e ter como lema de vida a seguinte reflexão: “Por isso vos digo: Tudo o que pedirem em oração, creiam que o receberão e assim acontecerá.” (M, 11:24).

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

VIVÊNCIA DA MATERNIDADE E CONCEÇÕES SOBRE OS ESTILOS EDUCATIVOS DE MÃES ABUSADAS SEXUALMENTE

RESUMO

O abuso é marcante em qualquer faixa etária, etnia, cultura e grupos socioeconômicos, e condiciona a forma de ser e de viver dos sujeitos que o experienciaram. São inúmeras as consequências que este crime provoca, tanto a curto como a longo prazo. Nesta investigação procurou-se perceber a vivência da maternidade das mulheres e a sua concepção sobre a vivência da maternidade em vítimas de abuso sexual, especialmente, os efeitos que essa experiência pode ter no desenvolvimento e educação dos seus filhos.

Neste estudo trabalhou-se com uma amostra de 6 mulheres entre os 27 e os 44 anos com filhos/as com idades entre o 1 ano e 24 anos, sendo a sua maioria (4 mulheres) casada. Foi-lhes aplicada uma entrevista, com questões relativas ao abuso sexual, à maternidade e ao modo como estas influenciam o desenvolvimento e educação das crianças, e uma versão curta do Questionário de Estilos Parentais e Dimensões da Parentalidade (PSDQ) de Robinson, Mandleco, Olsen e Hart (2001).

A partir destes instrumentos de trabalho concluiu-se que o abuso sexual é um indicador relevante e com grande influência na vivência da maternidade, nomeadamente nas consequências que traz para o desenvolvimento e educação dos filhos. Além disso, constatou-se que as mães, independentemente de terem sido ou não abusadas, tendem a ter uma visão pessimista e descrença no mundo, devido ao receio que os seus filhos e filhas possam passar por esse crime. Esse receio faz com que desconfiem dos próprios familiares, principalmente se este abuso tiver ocorrido a nível intrafamiliar. Observou-se, igualmente, que as mães tendem, de um modo geral, a considerarem-se e considerarem que as mães abusadas têm um estilo autoritativo ao educarem os seus filhos, contudo, as segundas tendem a ser, no entender das participantes, mais rígidas e protetoras do que as primeiras.

Este estudo, apesar das suas limitações, tem implicações importantes para a educação das mães, abusadas sexualmente ou não, uma vez que evidenciou a empatia e a sororidade das mulheres não abusadas com as mães abusadas, potenciando a criação de redes de apoio, bem como a formação para a adoção de estilos educativos mais positivos.

Palavras-chave: Abuso sexual; Estilos parentais; Maternidade.

EXPERIENCE OF MATERNITY AND CONCEPTIONS ABOUT THE EDUCATIONAL STYLES OF SEXUALLY ABUSED MOTHERS

ABSTRACT

Abuse is prevalent in all age, ethnic, cultural and socioeconomic groups, and affects the way of being and living of those who have experienced it. The consequences of this crime are countless, both in the short and long term. This research sought to understand the experience of maternity among women and their conceptions about the experience of maternity among victims of sexual abuse, especially the effects that this experience may have on the development and education of their children.

In this study, we worked with a sample of 6 women between 27 and 44 years old with children aged between 1 year and 24 years old, and most of them (4 women) were married. They were interviewed, with questions about sexual abuse, maternity and the way they influence the children's development and education, and a short version of the Parenting Styles and Parenting Dimensions Questionnaire (PSDQ) of Robinson, Mandlco, Olsen and Hart (2001).

From these working tools, it was concluded that sexual abuse is a relevant indicator with great influence on the experience of motherhood, namely in the consequences it brings to the development and education of children. Furthermore, it was found that mothers, regardless of having been abused or not, tend to have a pessimistic view and disbelief in the world, due to the fear that their sons and daughters may experience this crime. This fear makes them distrust their own family members, especially if this abuse has occurred at an intrafamilial level. It was also observed that mothers tend, in general, to consider themselves and the abused mothers to have an authoritative style when raising their children, however, the latter tend to be, according to the participants, more rigid and protective than the former.

This study, despite its limitations, has important implications for the education of mothers, sexually abused or not, since it evidenced the empathy and sorority of non-abused women with abused mothers, enhancing the creation of support networks, as well as training the adoption of more positive educational styles.

Keywords: Sexual Abuse; Parenting Styles; Motherhood.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

N.º - número

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vii
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xiii
CAPÍTULO I	14
CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL E APRESENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	14
1.1. <i>Introdução</i>	14
1.2. <i>Contextualização Geral da Investigação</i>	14
1.2.1. Enunciado do problema	14
1.2.2. Maternidade em mulheres com história de abuso sexual	15
1.3. <i>Problema e questões de investigação</i>	16
1.4. <i>Relevância do estudo</i>	17
1.5. <i>Limitações e condições da investigação</i>	18
1.6. <i>Plano Geral da Dissertação</i>	19
CAPÍTULO II	20
REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1. <i>Introdução</i>	20
2.2. <i>O abuso sexual de mulheres</i>	20
2.2.1. Definição, causas e efeitos do abuso sexual	20
2.2.2. Perceções de mães vítimas de abuso sexual sobre o mundo	25
2.3. <i>A vivência da maternidade em mulheres vítimas de abuso sexual</i>	27
2.3.1. Efeitos da violência sexual na vida sexual da mulher	27
2.3.2. A descoberta da gravidez	29
2.3.3. Os períodos pré-natal, parto e pós-parto	32
2.4. <i>As consequências na educação e desenvolvimento dos/das filhos/filhas de mães com história de abuso sexual</i>	36
2.4.1. Estilos parentais	36
2.4.2. Estilos parentais e posturas educacionais de mães vítimas de abuso sexual	45
CAPÍTULO III	49
METODOLOGIA	49
3.1. <i>Introdução</i>	49

3.2. <i>Descrição Geral da Investigação</i>	49
3.3. <i>População e Amostra</i>	50
3.4. <i>Seleção da Técnica e Instrumento de Recolha de Dados</i>	52
3.5. <i>Elaboração e Validação do Instrumento de Recolha de Dados</i>	53
3.6. <i>Recolha de Dados</i>	58
3.7. <i>Tratamento e Análise de Dados</i>	58
CAPÍTULO IV	63
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
4.1. <i>Introdução</i>	63
4.2. <i>Atitudes de otimismo</i>	64
4.2.1. <i>Visão das mães acerca do mundo</i>	64
4.2.2. <i>Conceções sobre a visão acerca do mundo que pensam ter as mães abusadas sexualmente</i>	66
4.2.3. <i>Otimismo das inquiridas sobre o ambiente</i>	67
4.2.4. <i>Otimismo/confiança face às outras pessoas</i>	69
4.2.5. <i>Otimismo para o futuro em relação à ação sobre a violência familiar e a denúncia do abuso sexual</i>	71
4.2.6. <i>Conceções sobre o que as mulheres abusadas imaginam para o futuro em relação à ação sobre a violência e denúncia do abuso</i>	74
4.2.7. <i>Otimismo em relação à segurança no contexto onde vive</i>	76
4.2.7.1 <i>Otimismo sobre a segurança do local onde vivem</i>	76
4.2.7.2 <i>Conceções acerca do que as mulheres abusadas pensam sobre o local onde vivem</i>	77
4.2.8. <i>Otimismo face à educação dos filhos</i>	78
4.2.8.1. <i>Otimismo sobre educar uma criança e conceção sobre o otimismo das mães abusadas sexualmente</i>	78
4.2.8.2. <i>Otimismo face ao futuro da prevenção do abuso decorrente da educação sexual nas escolas e conceções sobre o otimismo das mães abusadas sexualmente</i>	81
4.3. <i>Estilos e dimensões parentais</i>	82
4.3.1 <i>Estilos e dimensões parentais das mães</i>	82
4.3.2 <i>Conceções sobre os estilos e dimensões parentais de mães abusadas sexualmente</i>	88
4.4. <i>Grau de liberdade que dão a filhos/as</i>	89
4.4.1 <i>Grau de liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas</i>	89
4.4.2 <i>Conceções sobre o grau de liberdade que mães vítimas de abuso sexual dão a filhos/as</i>	95
4.5. <i>Relação entre a história de vida e a forma como pensam educar os seus filhos e filhas</i>	99
4.5.1. <i>Relação das histórias de vida das entrevistadas com a liberdade e educação dos seus filhos e filhas</i>	99
4.5.2. <i>Conceções sobre a relação das histórias de abuso sexual das mães vítimas com a liberdade e educação dos filhos e filhas</i>	100
4.6. <i>Conceções sobre a possibilidade dos filhos e filhas vivenciarem uma situação de abuso sexual e que atitudes adotariam e como imaginam o modo que as mães abusadas sexualmente se sentiriam</i>	103
4.7. <i>Conceções sobre as consequências, causas e formas de resolver o abuso sexual</i>	107
4.7.1. <i>Medidas e cuidados a tomar na família para prevenir o abuso sexual dos filhos e a perceção da importância da família no processo de denúncia</i>	107
4.7.2. <i>Cuidados adotados e medidas que devem ser aplicadas para a prevenção do abuso sexual</i>	109

CAPÍTULO V	114
CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES	114
5.1. <i>Introdução</i>	114
5.2. <i>Conclusões da investigação</i>	114
5.3. <i>Implicações dos resultados da investigação</i>	117
5.4. <i>Sugestões para futuras investigações</i>	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS	127
<i>Anexo I - Consentimento informado, livre e esclarecido para a participação em investigação – de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo</i>	127
<i>Anexo II – Exemplo da aplicação de uma entrevista</i>	129
<i>Anexo III – Exemplo de um registo de observação de uma entrevista</i>	141
<i>Anexo IV - Parecer da Comissão de Ética</i>	142
<i>Anexo V- Entrevista “Vivência da maternidade”</i>	142
<i>Anexo VI - Questionário estilos e dimensões parentais – versão reduzida (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 2001; Versão Portuguesa de Miguel, Valentim & Carugati, 2009)</i>	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura da entrevista: grelha analítica	54
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização das inquiridas	51
Tabela 2 - Subescalas dos três estilos parentais	60
Tabela 3 - Estilos parentais, seus itens e respectivas subescalas	60
Tabela 4 - Otimismo das inquiridas sobre a sociedade	64
Tabela 5 - Percepção do otimismo sobre a sociedade das mães abusadas sexualmente	66
Tabela 6 - Otimismo sobre o ambiente	68
Tabela 7 - Nível de confiança das inquiridas nas outras pessoas	70
Tabela 8 - Otimismo das inquiridas sobre a violência familiar	71
Tabela 9 - Otimismo das inquiridas sobre a denúncia de casos de abuso	73
Tabela 10 - Percepção sobre o otimismo das mulheres abusadas sobre a violência familiar	75
Tabela 11 - Percepção sobre o otimismo das mulheres abusadas sobre a denúncia de casos de abuso	75
Tabela 12 - Otimismo sobre a segurança do local onde vivem	77
Tabela 13 - Percepção do otimismo das mães abusadas sobre a segurança do local onde vivem	77
Tabela 14 - Otimismo sobre educar uma criança	79
Tabela 15 - Percepção do otimismo das mães abusadas em educar uma criança	80
Tabela 16 - Otimismo face ao futuro da prevenção do abuso decorrente da educação sexual nas escolas	81
Tabela 17 - Estilos e dimensões parentais das entrevistadas	82
Tabela 17 - Estilos e dimensões parentais das entrevistadas (continuação)	83
Tabela 18 - Médias de inquiridas e média total em cada estilo parental	85
Tabela 19 - Valores médios por item no estilo autoritativo	85
Tabela 19 - Valores médios por item no estilo autoritativo (continuação)	86
Tabela 20 - Valores médios por item no estilo autoritário	86
Tabela 20 - Valores médios por item no estilo autoritário (continuação)	87

Tabela 21 - Valores médios por item no estilo permissivo	87
Tabela 22 - Percepção sobre os estilos e dimensões parentais de mães vítimas de abuso sexual	88
Tabela 23 - Grau de liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas	90
Tabela 23 - Grau de liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas (continuação)	91
Tabela 24 - Percepção das mães sobre o grau de liberdade que as mães abusadas dão aos seus filhos e filhas	96
Tabela 25 - Grau de liberdade dos seus filhos e filhas comparado com a sua liberdade quando tinham a idade deles	99
Tabela 26 - Percepção sobre o grau de liberdade dos filhos das mães vítimas	100
Tabela 27 - Influência da história de vida das mulheres na educação dos seus filhos e filhas e concepções sobre a influência da história de abuso sexual na educação dada pelas mães vítimas de abuso sexual	101
Tabela 27 - Influência da história de vida das mulheres na educação dos seus filhos e filhas e concepções sobre a influência da história de abuso sexual na educação dada pelas mães vítimas de abuso sexual (continuação)	102
Tabela 28 - Sentimentos das mulheres sobre a possibilidade dos seus filhos e filhas serem abusados e concepções sobre como se sentirão as mães abusadas	103
Tabela 28 - Sentimentos das mulheres sobre a possibilidade dos seus filhos e filhas serem abusados e concepções sobre como se sentirão as mães abusadas (continuação)	104
Tabela 29 - Reflexão sobre a possibilidade dos seus filhos e filhas lhes contarem sobre o abuso	105
Tabela 30 - Reflexão sobre as atitudes que tomariam ao descobrir o abuso sexual dos seus filhos e filhas	106
Tabela 31 - Medidas a ser adotadas nas família para dar capacidade aos filhos e filhas de denunciar os crimes de abuso sexual	108
Tabela 32 - Grau de importância dos pais no processo de denúncia do abuso sexual	109
Tabela 33 - Cuidados assumidos pelas mães para prevenção do abuso sexual dos seus filhos e filhas	110
Tabela 34 - Percepção sobre os cuidados assumidos pelas mães vítimas com os seus filhos e filhas para prevenção do abuso sexual	111

Tabela 35 - Opinião sobre a necessidade de novas medidas na escola, família e sociedade	112
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico explicativo sobre o círculo vicioso da omissão da violência: crianças silenciadas e pais omissos	40
---	----

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL E APRESENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

1.1. Introdução

Neste capítulo, começa-se com o enunciado do problema (1.2.1.), seguido de uma breve exposição teórica sobre o tema abordado nesta dissertação (1.2.2.). Posteriormente, apresenta-se os problemas e questões de investigação que estão na base desta temática destacando quais as hipóteses, questões gerais e específicas (1.3.) e a justificação da relevância deste estudo (1.4.). Por fim, termina-se com uma breve enumeração das limitações desta investigação (1.5.) e o plano geral da dissertação (1.6.).

1.2. Contextualização Geral da Investigação

1.2.1. *Enunciado do problema*

O abuso é marcante em qualquer faixa etária, etnia, cultura e grupos socioeconómicos, e condiciona a forma de ser e de viver dos sujeitos que o experienciaram. Se se tiver em consideração, por exemplo, as estatísticas da APAV (2013), são as mulheres que mais sofrem de abusos, no entanto, não podemos esquecer que esta realidade, ainda que menor, está presente no sexo masculino, nomeadamente, nas crianças, período de idade em que são mais vulneráveis. São inúmeras as consequências que este crime provoca, tanto a curto como a longo prazo, de entre elas, a fobia social e a dificuldade de manter relações afetivas com outros (Sant'Anna & Baima, 2008). Nesta investigação não interessa estudar propriamente o abuso sexual, mas perceber a vivência da maternidade e a sua conceção sobre a vivência da maternidade em vítimas deste abuso, especialmente, as consequências que essa experiência pode ter no desenvolvimento e educação dos seus filhos. Melhor dizendo, será que a liberdade dada aos descendentes é grande ou pequena? Será que confiam nos amigos e familiares dos seus filhos? Será que deixam as suas crianças dormir em casa de amigos e familiares? Será que a preocupação com a educação sexual é notória nestas mães? Estas e outras questões despertaram-nos o interesse para estudar este tema. Resumindo, o problema

a investigar é analisar a própria experiência da maternidade e a sua concepção sobre a vivência da maternidade de mulheres abusadas sexualmente, sobretudo as consequências que essa experiência pode ter no desenvolvimento e educação dos seus filhos.

1.2.2. Maternidade em mulheres com história de abuso sexual

Os maus-tratos são, como nos diz o National Research Council (1993), uma epidemia que cresce a cada dia, estando o abuso sexual dentro desses maus-tratos.

São inúmeros os autores que trabalham sobre o conceito de abuso sexual, contudo, é possível utilizar, como base, a definição de Sant'Anna e Baima (2008), muito semelhante à da World Health Organization (Borges & Dell'Aglio, 2008) e do Committee on Health Care for Underserved Women (CHCUW, 2011),

Situação na qual a criança ou o adolescente é usado para a gratificação sexual de um adulto, ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus até o ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem violência (Sant'Anna & Baima, 2008, p.729).

Quando se olha pela ótica do abusador, a vontade de poder e de tornar o outro objeto de desejo em que pode concretizar os seus atos são algumas das razões que os leva a cometer este crime (Rezende, 2013; Cunningham & Baker, 2007). Para isso, o uso da força física, da ameaça e/ou da indução da vontade são algumas das estratégias utilizadas pelos predadores (Borges & Dell'Aglio, 2008). Conforme Habigzang et al. (cit. Borges & Dell'Aglio, 2008), a existência, no seio familiar, da “presença de padrasto, abuso de álcool ou drogas, desemprego, mãe passiva ou ausente, pais desocupados e cuidando dos filhos por longos períodos de tempo, dificuldades econômicas, violência doméstica e violência física conjugal” (p.529), “justifica” a maior prevalência deste tipo de crimes. Em contrapartida, a culpa, a vergonha, o medo, particularmente, o receio de serem desacreditadas, castigadas e/ou afastadas de casa e o preconceito são algumas das razões apontadas para que as vítimas não denunciem este problema (Rezende, 2013; Borges & Dell'Aglio, 2008; CHCUW, 2011; Paulino, 2018).

Como o tema está relacionado com a vivência da maternidade por parte destas vítimas, é importante refletir um pouco sobre esta fase da vida, pois, o abuso tem, como já foi

referido, marcas durante toda a vida sendo que, frequentemente, essas marcas intensificam-se na maternidade, uma vez que durante a gravidez o corpo da mulher torna-se mais sensível (Slavič & Gostečnik, 2015).

Os ginecologistas e obstetras são profissionais fundamentais durante a gravidez, trabalho de parto e pós-parto/neonatal com a sua empatia e mensagem de empoderamento no decorrer de todo o processo de examinação e parição, porque os exames médicos que necessitam ser realizados, podem assumir-se como momentos de horror, humilhação, perda de controle e dor para as vítimas (CHCUW, 2011; Leeners, Neumaier-Wagner, Quarg & Rath, 2006; Slavič & Gostečnik, 2015) (ver sub-capítulo 2.3.3.).

Desta forma, justifica-se a importância do estudo da vivência da maternidade das sobreviventes ao abuso e das concepções que as mães que não foram vítimas de abuso têm sobre as primeiras, para que se possa compreender e promover um desenvolvimento saudável das suas crianças já que, de acordo com Slavič e Gostečnik (2015), existem diferenças entre os filhos de mães abusadas e de mães não abusadas.

1.3. Problema e questões de investigação

Com base no contexto português sobre esta problemática e a revisão de literatura realizada, as hipóteses teóricas específicas são as seguintes: i) o abuso sexual é um indicador relevante e com grande influência na vivência da maternidade (Wearick-Silva, Tractenberg, Levandowski, Viola, Pires & Grassi-Oliveira, 2014; Ruscio, 2001; Lima & Alberto, 2010); ii) o abuso sexual e os traumas associados têm consequências no desenvolvimento e educação dos seus filhos (Wearick-Silva et al., 2014; Ruscio, 2001; Borges & Dell'Aglio, 2008; Rezende, 2013; Sant'Anna & Baima, 2008; Lima & Alberto, 2010); iii) as vítimas de abuso sexual tendem a ter uma visão pessimista e de desconfiança do/no mundo (Ruscio, 2001; Rezende, 2013); iv) as mães abusadas sexualmente na infância encontram maiores dificuldades em assumir uma postura autoritária devido à sua baixa confiança e/ou ideia de que as crianças devem ser autónomas (Ruscio, 2001; Lima & Alberto, 2010); v) as vítimas de abuso intrafamiliar tendem a apresentar maior desconfiança nos seus familiares do que os que não foram abusados (Borges & Dell'Aglio, 2008; Sant'Anna & Baima, 2008; Lima & Alberto, 2010).

Assim, define-se como problema de investigação: como é que as mães vivem a maternidade e que concepções têm sobre como a vivenciam as mulheres que sofreram abuso sexual, particularmente, a educação, desenvolvimento e liberdade dada aos seus filhos?

As questões de investigação para se responder a este problema inicial são as seguintes:

1. Qual é a visão das mães entrevistadas sobre o mundo e como concebem que o veem as mães vítimas de abuso sexual (ex. visão pessimista ou otimista, de confiança ou desconfiança)?
2. Quais são os estilos e dimensões parentais assumidos pelas entrevistadas e como concebem que é o das mães vítimas de abuso sexual?
3. Qual é o grau de liberdade que as mães entrevistadas dão aos seus filhos e filhas e como concebem que é o grau de liberdade que mães vítimas de abuso sexual dão aos seus (ex. deixar dormir em casa de colegas, permitir brincar na rua com vizinhos e/ou amigos, deixá-los dormir e brincar em casa de familiares, etc.)?
4. Em que medida a história de vida das mães entrevistadas condiciona a forma como pensam educar/educam os seus filhos e filhas o como concebem que condiciona a forma como mães vítimas de abuso sexual o fazem?
5. Quais são as concepções das mães entrevistadas sobre a possibilidade dos seus filhos e filhas vivenciarem uma situação de abuso sexual e a sua perceção sobre como as mães abusadas se sentiriam na mesma situação? (ex. grau de preocupação sobre a possibilidade de poderem vir a ser abusados sexualmente; capacidade dos filhos e filhas para denunciarem casos de abuso sexual)
6. Quais são as concepções das mães entrevistadas relativamente às consequências, causas e formas de resolver o abuso sexual?

1.4. Relevância do estudo

Este problema é atual e socialmente relevante porque trata-se de um tema inovador, uma vez que não existem muitos estudos sobre a vivência da maternidade por parte destas mulheres, ainda que sejam inúmeros os artigos científicos e teses sobre o problema do abuso sexual. Assim, este estudo trouxe grandes resultados e novidades para a comunidade científica e abriu novas portas para novos estudos neste domínio. Por outro lado, ao nível

social, esta investigação permitirá desenvolver uma maior reflexão por parte da sociedade sobre as consequências e dimensão deste problema social. Por fim, a nível pessoal, o interesse e discussão sobre este tema surgiu como imprescindível para a conclusão do mestrado em Estudos da Criança, na medida em que os pais/família são a base do desenvolvimento de uma criança e quando a base tem fissuras essas podem acarretar diversas consequências para aquelas crianças que são o futuro do mundo e das nações. Ademais, sempre fui uma pessoa de causas sociais e este problema sempre me despertou curiosidade, especificamente no sentido de procurar ajudar, de alguma forma, estas vítimas. Com esta investigação posso fazê-lo dando-lhes aquilo que muitos não tiveram durante anos: voz!

1.5. Limitações e condições da investigação

Como em qualquer estudo, existem alguns riscos/limitações, nomeadamente relacionadas com o desconforto que a sensibilidade do tema em investigação pode provocar. Neste caso, como refere a APAV (2013), destaca-se a possibilidade da exigência de variáveis estranhas ao estudo como o nível de ansiedade. Melhor dizendo, o nível de ansiedade e desconforto das entrevistadas face à situação que está a ser avaliada pode condicionar os resultados (APAV, 2013). Por essa razão, de acordo com estes autores, enquanto investigadores preve-se, desde o início, possíveis soluções para esses casos, nomeadamente a desistência a qualquer momento da estudo e o critério de seleção para participar do estudo de “acreditar que não se sentirá ansiosa com a entrevista”.

Surgiram ainda outras limitações associadas ao tipo de amostra e instrumento de recolha de dados. No que concerne às amostras de conveniência, considera-se poder ser limitativo na medida em que se trabalhou com mães que se entendeu serem as mais indicadas tendo em consideração os critérios, não podendo, desta maneira, generalizar-se os resultados (Almeida & Freire, 2009). Por outro lado, as entrevistas semiestruturadas poderão ser condicionantes deste estudo, já que algumas mulheres podem ter respondido segundo o que consideravam ser socialmente desejado, isto é, podem ter tido a “tendência de responder, mesmo de forma involuntária, com o socialmente desejado ou tido como mais correcto” (Almeida & Freire, 2009, p. 139) o que traz, igualmente, desafios ao nível da generalização dos resultados. Além disso, o facto de apenas se ter conseguido entrevistar uma mulher abusada não se consegue generalizar os resultados bem como a reduzida amostra é,

claramente, uma limitação deste estudo na medida em que a validade externa fica, em certa medida, prejudicada. Por fim, o facto de uma entrevistada não responder, deliberadamente, a determinadas questões da entrevista e ao inquérito, compromete os resultados finais.

1.6. Plano Geral da Dissertação

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro prende-se com a contextualização geral e a apresentação da investigação, subdividindo-se: na introdução (1.1); contextualização geral da investigação (1.2.), particularmente no enunciado do problema (1.2.1) e breve teorização sobre o tema (1.2.2.); no problema e questões de investigação (1.3.); relevância do estudo (1.4.); limitações e condições de investigação (1.5.) e o plano geral de dissertação (1.6).

No segundo capítulo, a revisão de literatura, é feita uma breve introdução (2.1), e são abordados temas como o abuso sexual (definição, causas e efeitos) (2.2.), a vivência da maternidade em mulheres vítimas de abuso sexual (2.3), e as consequências na educação e desenvolvimento dos/das filhos/filhas de mães com história de abuso sexual (2.4.) abordando-se temas como os estilos parentais e posturas educacionais (2.4.1) e os estilos parentais e posturas educacionais de mães vítimas de abuso sexual (2.4.2).

Num terceiro capítulo, exhibe-se a metodologia, onde, para além de uma pequena introdução ao capítulo (3.1), é enunciada a descrição geral da investigação (3.2.), a população e amostra (3.3.), a seleção das técnicas e instrumentos de recolha de dados (3.4.), a elaboração e validação dos respetivos instrumentos (3.5.), como é feita a recolha dos dados (3.6.) e, por fim, como serão tratados e analisados os dados (3.7.).

Como quarto capítulo apresenta-se, além de uma pequena introdução ao capítulo (4.1.), os resultados e a sua discussão (4.2.). Termina-se com o quinto capítulo, conclusões e implicações do estudo, onde, além do ponto 5.1 introdutório, são expostas as conclusões da investigação (5.2.), as implicações dos resultados de investigação (5.3.) e as sugestões para futuras investigações (5.4.).

CAPÍTULO II

REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Introdução

Neste capítulo, abordam-se três grandes áreas envolvidas na vivência da maternidade em mulheres com história de abusos sexual: o abuso sexual de mulheres (2.2.); a vivência da maternidade em mulheres vítimas de abuso sexual (2.3.); e as consequências na educação e desenvolvimentos dos/das filhos/filhas de mães com história de abuso sexual (2.4.).

No primeiro ponto abordar-se-á a definição deste conceito, as suas causas e efeitos, bem como, a perspectiva destas mães sobre o mundo e sobre este tema. Posteriormente, trabalhar-se-á a vivência da maternidade destas vítimas, nomeadamente nas relações sexuais, na descoberta da gravidez e nos períodos pré-natal, parto e pós-parto. Por fim, no último subcapítulo, serão discutidos e analisados teoricamente temas como os estilos parentais e posturas educacionais das mães sobreviventes, a sua perceção sobre o mundo e o impacto da sua história de vida na forma como educam os seus/as suas filhos/filhas.

2.2. O abuso sexual de mulheres

2.2.1. *Definição, causas e efeitos do abuso sexual*

Na contextualização do problema desta investigação argumenta-se que uma criança ou o adolescente sofre abuso sexual quando, numa relação de poder, é usada para a gratificação sexual de um adulto ou de um adolescente mais velho, o que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus até o ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem violência (Sant'Anna & Baima, 2008; World Health Organization cit. Borges & Dell'Aglio, 2008; CHCUW, 2011). O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde é ainda mais concreto no conceito de violência sexual ao defini-lo como

qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual. Além disso, a violência sexual volta-se contra a sexualidade de uma pessoa, por meio da coação praticada por qualquer pessoa, independentemente da sua relação com a vítima e em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles (cit. Nunes, Lima & Morais, 2017, p. 958).

Este crime sexual em menores está previsto na lei portuguesa, nomeadamente, no Código Penal nos Artigos: 170.º - Importunação sexual; 171.º - Abuso sexual de crianças; 172.º - Abuso sexual de menores dependentes ou em situação particularmente vulnerável; 173.º - Actos sexuais com adolescentes; e no Artigo 176.º - Pornografia de menores (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2021)¹.

Este crime é cometido maioritariamente contra o sexo feminino, rondando em 2018 valores entre os 77.4% em crianças e 96.2% em adultas, sendo que se destacam as faixas etárias dos 11-17 anos e 35-44 anos (APAV, 2019a; ONU cit. Alencar, 2017; Paulino, 2018). A maioria dos crimes é cometido por indivíduos do sexo masculino quer contra crianças quer contra adultas (APAV, 2019a; Paulino, 2018).

De acordo com Azevedo e Guerra (cit. Sant'Anna & Baima, 2008), Rezende (2013), Borges e Dell'Aglio (2008) e Slavič e Gostečnik (2015) podemos dividir o abuso sexual em três grupos: os que não envolvem contacto físico como é o caso do abuso verbal, o exibicionismo e o voyerismo, os que envolvem violência física (a mais conhecida) que implica a prática sexual e/ou o toque, e os que envolvem violência que inclui a violação. De entre estes grupos, aquele que não envolve contacto físico é o mais difícil de ser avaliado (Rezende, 2013).

Segundo vários estudos, a maioria dos abusos ocorre no âmbito intrafamiliar, o que acarreta uma quebra de confiança por parte das crianças nas pessoas com quem vivem, não descurando a existência de bastantes casos a nível extrafamiliar (Sant'Anna & Baima, 2008; Rezende, 2013; Borges & Dell'Aglio, 2008, CHCUW, 2011; Paulino, 2018). Tanto uns casos como os outros acarretam inúmeros resultados para as vítimas, como por exemplo, na esfera biopsicossocial em particular na identitária e sexual e na esfera psicológica mesmo aquando adultos, como é o caso da depressão crónica e severa, o aumento da agressividade, problemas de autoestima, o sentimento de culpa e medo frequente, dificuldade em voltar a confiar no outro, o transtorno de stress pós-traumático, ansiedade e raiva (Sant'Anna & Baima, 2008; Borges & Dell'Aglio, 2008; CHCUW, 2011; Slavič & Gostečnik, 2015; Borelli, Cohen, Pettit, Normandin, Target, Fonagy & Ensink, 2019; DiLillo & Damashek, 2003). Resumidamente,

¹ Código Penal - Artigos completos: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0171&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nv_ersao= [Consult. 27 de dezembro de 2021].

este trauma provoca efeitos a nível físico, emocional, comportamental e social até na fase adulta, tratando-se, portanto, de uma realidade transgeracional, na medida em que os seus resultados sentem-se nas gerações vindouras, bem como existem estudos que relatam que indivíduos que foram abusados podem vir a abusar também dos filhos sendo, deste modo, necessário um maior acompanhamento e apoio a estas vítimas (Sant'Anna & Baima, 2008; Borges & Dell'Aglio, 2008; CHCUW, 2011; Slavič & Gostečnik, 2015; Borelli et al., 2019; DiLillo & Damashek, 2003). Para além disto, é importante destacar que este tipo de consequências varia na frequência e intensidade, de acordo com a personalidade, o tipo de abuso e o contexto social em que a vítima vive, porém, com isto, não se quer atenuar a factualidade destes desfechos, tanto a curto como a longo prazo, afetarem o desenvolvimento das crianças alargando-se até à vida adulta sendo que, como já mencionado, em alguns casos, este tipo de comportamentos eternizam-se com os próprios filhos (Rezende, 2013; CHCUW, 2011; Slavič & Gostečnik, 2015). Todavia, a presença de fatores de proteção no seio familiar é fundamental para que o desenvolvimento de psicopatologias seja travado (Borges & Dell'Aglio, 2008).

Existem, ainda, pessoas que defendem a consciência das crianças abusadas sexualmente, principalmente, de adolescentes, sobre a ocorrência dos factos, afirmando que estes consentiram com os atos (Borges & Dell'Aglio, 2008). Contudo, não se deve esquecer que embora elas possam consentir (na medida em que, na maioria, os atos são praticados por alguém de confiança), não possuem maturidade nem consciência sobre o que lhes está a ser feito, devido ao jogo de sedução e coação feito pelos abusadores (Borges & Dell'Aglio, 2008).

Ainda que o crime ganhe maior notoriedade contra crianças, é fundamental destacar a prática de crimes sexuais entre a relação marital, visto que esta tem um forte impacto tanto para a vítima como para os descendentes sendo que é, frequentemente, descredibilizada por uma sociedade machista que defende a inexistência desse crime, já que a mulher deve estar disposta e aceitar ter relações com o cônjuge. Segundo a Organização Mundial da Saúde (Alencar, 2017, p. 2),

qualquer ato praticado contra a mulher pelo seu parceiro íntimo e que cause mal estar físico, psicológico e/ou sexual é definido como violência. Atos de agressão física, abuso psicológico, comportamento controlador, violência patrimonial, violência moral, relações sexuais forçadas (estupro) também são formas de violentar e intimidar mulheres. (p.2)

Algumas razões encontradas por Alencar (2017) e por Nunes, Lima e Morais (2017) para estas situações prendem-se com a desigualdade de poder nas relações de gênero, aspeto que o sociólogo Pierre Bourdieu já tinha abordado no seu livro “Dominação Masculina”. Neste sentido, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (s.d.) enumera um conjunto de situações que devem ser denunciadas quando ocorrem num relacionamento, uma vez que se enquadram na violência psicológica e sexual, como acontece quando o parceiro ou parceira:

- usa argumentos para o/a convencer a praticar um determinado ato sexual, mesmo que não queira, como “se me amasses mesmo, fazias.” ou “mas há pouco disseste que sim.”;
- já o/a forçou ou pressionou a praticar atos sexuais que não gosta ou não quer;
- envergonha-o/a ou humilha-o/a por negar o envolvimento numa prática sexual, fazendo uso de insultos ou outro tipo de agressões verbais e psicológicas, como “não prestas”;
- ameaça ser infiel ou acusa-o/a de o ser, quando não aceita realizar algum ato sexual;
- já ameaçou terminar a relação quando disse “não” a um determinado ato sexual;
- já se aproveitou de algum ato sexual realizado em mútuo acordo no passado para o/a pressionar a repeti-lo;
- acha que o seu papel na relação é sobretudo o de satisfazer os seus desejos e fantasias sexuais. (APAV, s.d., s.p.).

Ainda que a percentagem de casos de vítimas do cônjuge tenha diminuído de 2014, 31.5%, para 2018, 20.2% (APAV, 2019a), os valores são ainda preocupantes e deve colocar-se em cima da mesa os casos de violência sexual conjugal, já que esta afeta, igualmente, o desenvolvimento e educação da criança que vive nesse contexto familiar. Aliás, de acordo com Rute Coelho (Diário de Notícias, in press, 2016), em 2016 sabia-se que “por ano, mais de 60 mulheres vítimas de violência doméstica apresentam queixa por violação contra os próprios maridos/companheiros ou namorados” (s.p.).

Na busca de algumas razões para este tipo de comportamento em contexto marital destaca-se a possível vivência, durante a sua infância/adolescência, de situações marcadas por este tipo de violência (ex.: relação dos seus progenitores), como mostra a teoria da vinculação que se “foca particularmente [n]os indivíduos com história de cuidados inadequados e [que] tem vindo a evidenciar como essas experiências adversas podem originar padrões de vinculação inseguros que interferem na qualidade do relacionamento do

indivíduo até à idade adulta” (Paiva & Figueiredo, 2003, p. 170), nomeadamente através atitudes marcadas por maus-tratos e violência nos relacionamentos íntimos (Paiva & Figueiredo, 2003). Segundo Paiva e Figueiredo (2003),

outros estudos desenvolvidos no âmbito da mesma teoria observam que indivíduos adultos com padrão de vinculação “seguro” tendem a juntar-se com companheiros “seguros”; enquanto isso indivíduos adultos com padrão de vinculação “evitante” tendem a juntar-se com companheiros com padrão de vinculação “ambivalente”, no sentido de suscitarem as suas histórias de vinculação negativa e assim confirmarem as expectativas estabelecidas de acordo com os seus “modelos internos dinâmicos”. (p.170)

No que respeita às consequências deste tipo de comportamentos para as vítimas, demarca-se, a curto prazo: uma maior taxa de analfabetismo; depressão, passando mais tempo na cama; sintomas associados ao stress, tentando ou pensando em suicídio; baixa autoestima; stress pós-traumático; consumo de bebidas alcoólicas e/ou drogas (Paiva & Figueiredo, 2003; Krindges, Macedo & Habigzang, 2016). A longo prazo, a depressão, a disfunção sexual e a dependência de substância ilícitas, bem como “sintomas de stress pós-traumático e sintomas dissociativos” são os mais presentes nestas mulheres (Paiva & Figueiredo, 2003, p. 175). Além disto, outros sinais marcantes em vítimas de violência sexual por parte do cônjuge são:

dores de cabeça, dores de costas, doenças sexualmente transmissíveis, dor pélvica, corrimentos vaginais, dor no acto sexual, infecções do tracto urinário, perda de apetite, dor abdominal, problemas digestivos, e outros problemas relacionados com o stress crónico e com o sistema nervoso central, como por exemplo, dor crónica, problemas ginecológicos, sintomas neurológicos e surdez (Paiva & Figueiredo, 2003, p. 178).

Em suma, ao nível dos efeitos deste tipo de crime nas vítimas, pode concluir-se que quer na infância quer na vida adulta os sintomas aparentam ser os mesmos.

Segundo o único estudo comparativo encontrado entre jovens e adultas violentadas sexualmente, nos casos de violência extrafamiliar as adolescentes sofrem mais abusos por parte de mais de um indivíduo sendo na sua maioria pessoas desconhecidas, e, na violência intrafamiliar por cônjuges e namorados, seguido do padrasto e pai biológico (Nunes, Lima &

Morais, 2017). Curiosamente, as vítimas adultas tendem a ser mais violentadas num contexto extrafamiliar, sendo que as adolescentes são as que mais sofrem de violência intrafamiliar (Nunes, Lima & Moraes, 2017; Paulino, 2018). Ademais, as púberes tendem a chegar mais rápido ao atendimento hospitalar do que as adultas (Nunes, Lima & Moraes, 2017), o que pode dever-se ao facto de em alguns casos a violação ter ocorrido por parte do namorado/marido, havendo vergonha e, até, desconhecimento por parte da vítima em perceber que o ato se tratou de um crime (Almeida, 2019). Uma das consequências comuns nestes casos, consoante Nunes, Lima e Moraes (2017), é a gravidez indesejada, sendo que a maioria tende a interrompê-la, decisão mais comum nas mulheres adultas.

2.2.2. Percepções de mães vítimas de abuso sexual sobre o mundo

Depressão, ansiedade, stress pós-traumático, uso de drogas e/ou álcool e problemas psicossociais são algumas das consequências do abuso sexual já mencionadas, tanto a curto como a longo prazo, quer nas vítimas mais novas quer nas adultas. Posto isto, não será de estranhar que a percepção sobre o mundo por parte de mães vítimas de abuso sexual seja marcada por pensamento negativos e obscuros. Para além disto, o modo como estas percecionam o mundo terá efeitos no seu estilo educativo. Contudo, para melhor entender essas percepções é preciso pesquisar mais sobre o assunto e, para isso, Ruscio (2001) e Rezende (2013) foram alguns dos investigadores de referência. Segundo os mesmos, as vítimas de abuso sexual tendem a ter uma visão pessimista e de desconfiança do/no mundo (Ruscio, 2001 & Rezende, 2013).

Para Ruscio (2013), as mães vítimas de violência sexual tendem a ter um menor envolvimento materno com os seus filhos comparativamente com as mães não abusadas. Kreklewetz e Piotrowski (cit. Ruscio, 2013), concluíram, através do seu estudo sobre as técnicas utilizadas por estas mães para protegerem as suas filhas pré-adolescentes e/ou adolescentes deste crime, que as mães sobreviventes apresentam uma visão medrosa assim como uma atitude superprotetora com as suas descendentes, ao nível de supervisionar e monitorizar as suas atividades em casa e as atividades e vida social com os seus pares.

Algumas progenitoras acreditam que ter filhos é melhor, na medida em que estes estão menos propensos a ser violentados sexualmente, o que evidencia que estas mulheres pressionam um mundo como machista e opressor (Montgomery, Seng & Chang, 2021). Estas

mães também apresentam algum medo em não conseguirem ser suficientemente boas mães e não conseguirem proteger os seus filhos dos perigos do mundo, o que as torna superprotetoras (Montgomery, Seng & Chang, 2021; Lange, Condon & Gardner, 2019).

A vivência deste trauma pode levar a que estas mulheres tentem criar “novos limites entre si mesma[s] e o mundo. Porém, tais delimitações são construídas improvisadamente pela dinâmica do trauma, por meio de ganho de peso, desleixo pessoal, falta de cuidado consigo mesma ou a procura de não ser atraente sexualmente” (Souza, Drezett, Drezett & Ramos, 2013, p. 99). Estas podem, igualmente, desenvolver problemas “dermatológicos, de aprendizagem ou de comportamento” (Souza et al., 2013, p. 99) o que acarreta efeitos no modo como estas mulheres veem o mundo.

Enquanto vítimas de violência sexual, quer seja na infância quer na vida adulta, estas mulheres sofrem, frequentemente, de distorções cognitivas que se manifestam em “dificuldade em estabelecer relações de confiança, presença de sentimentos de insegurança em relação aos outros e percepção do mundo como perigoso” (APAV, 2019b, p. 84). Muitos pais acreditam que ao supervisionar todas as atividades e vida dos seus filhos existirão menos probabilidades de eles serem revitimizados e acreditam que estarão em maior segurança (APAV, 2019b).

A vivência deste tipo de violência acarreta dificuldades ao nível do relacionamento interpessoal assim como aumenta o sentido de hiper vigilância por parte das vítimas, prejudicando a sua qualidade de vida, uma vez que a dinâmica das relações afetivas é, identicamente, prejudicada (Souza et al., 2013). Ademais, estas mulheres apresentam níveis consideráveis de “desesperança” face ao mundo, assim como medo de sair de casa (Souza et al., 2013).

Resumindo, a experiência do abuso sexual prejudica a relação da vítima com o mundo, nomeadamente a sua interação, lesando a sua relação com a sociedade como um todo, na medida em que estas sobreviventes apresentam sintomas como “apatia, medo, insônia, a dificuldade no estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis” (Siebra, Barroso, Melo, Landim & Oliveira, 2019, p. 359). Para além disto, estas mulheres tendem a ter menos amigos, maior dificuldade no convívio social e no estabelecimento de vínculos sociais, estando, portanto, marcadas muitas vezes pela solidão (Siebra et al., 2019).

2.3. A vivência da maternidade em mulheres vítimas de abuso sexual

2.3.1. Efeitos da violência sexual na vida sexual da mulher

De entre os muitos efeitos que a violência sexual traz para a vida das vítimas, as consequências a nível sexual são importantes de destacar. Quando se pensa em abuso sexual muitos tendem a cogitar apenas nos efeitos psicológicos e sociais, contudo, esta problemática tem consequências diretas e fortes na vida sexual e naturalmente nas outras duas esferas da vida (psicológica e social). Para o tema, é essencial falar-se das relações sexuais pois procura-se estudar as mães vítimas de abuso sexual e os resultados desta conjuntura para o desenvolvimento e educação dos seus descendentes.

Como fica a vida sexual destas mulheres? Será que o seu cérebro lhes permite sentir e viver o prazer sem que o sentimento de culpa, vergonha e nojo estejam presentes? É interessante estudar todas estas questões.

Ventas (2017, in press), descreve o caso de Edelmira, entrevistada para o BBC Mundo, que foi violada pelo primo, para mostrar algumas consequências do abuso a nível da vivência da sexualidade e da importância da ajuda profissional. Neste caso, a vítima não contou ao seu primeiro namorado que tinha sido violentada, no entanto, depois do ocorrido não se permitia sentir prazer. Para tornar o momento mais “fácil”, decoravam o local com flores e velas. Segundo a mesma, a masturbação relevou-se fundamental para ultrapassar os seus medos. De acordo com este investigador, a procura de profissionais como sexólogos e terapeutas sexuais é frequente por parte das vítimas, porque estas deparam-se com dificuldades em voltar a relacionar-se sexualmente com outros. Segundo a terapeuta sexual, Luz Jaimés, “a maioria sofre de transtornos físicos, pesadelos, falta de desejo; algumas sentem dor durante as relações ou não têm orgasmos, outras rejeitam qualquer situação sexual, ou reagem de maneira agressiva porque não podem manifestar o seu mal-estar” (cit. Ventas, 2017, in press, s.p.). Muitas mulheres, durante o ato sexual com os seus parceiros concentram-se para não terem flashbacks do passado, como é o exemplo da vítima Pavan Amara que afirma: “durante todo o processo, tenho medo de que as lembranças voltem e preciso controlar o vômito. Por causa disso, é impossível alcançar o orgasmo” (cit. Ventas, 2017, in press, s.p.).

Contudo, de acordo com Ventas (2017, in press), é fundamental demarcar que nem todas as mulheres sentem culpa ou problemas sexuais, existindo as que tendem à hipersexualização e as que procuram fazer sexo com o máximo de indivíduos possíveis, numa

tentativa de se sentirem sob o controle, sentirem que podem escolher quando e com quem querem ter relações sexuais.

A vivência deste trauma traz como consequência ao nível sexual, o transtorno de disfunção sexual (Siebra et al., 2019; Slavič & Gostečnik, 2015). A satisfação sexual envolve “diversos fatores, tais como o bem-estar físico, psicológico e emocional e do indivíduo quanto a [sua] sexualidade”, todos eles afetados negativamente pelo abuso sexual (Siebra et al., 2019, p. 370). Frequentemente, estas mulheres tendem a evitar o momento do sexo ou ter compulsão ao mesmo (Siebra et al., 2019; Krindges, Macedo & Habigzang, 2016), pois, como David Finkelhor e Angela Browne (cit. Siebra et al., 2019, p. 271) concluíram: estas vítimas “podem associar o sexo a uma gama de (...) memórias e sentimentos negativos, que podem ser transferidos para as relações sexuais posteriores, mesmo que não haja componentes abusivo”. Rellini e Meston (cit. Siebra et al., 2019) acrescentam, a este propósito, que “há uma desassociação entre sexo e prazer por haver uma relação entre estimulação sexual e medo” (p. 271) por parte destas mulheres.

Desta maneira, as disfunções sexuais prováveis de ocorrer nestas vítimas são:

a falta ou perda do desejo sexual que inclui a frigidez, aversão sexual e falta de prazer sexual, falha de resposta genital incluindo a impotência sexual, a disfunção orgástica (que é o orgasmo inibido), a ejaculação precoce (...), o vaginismo não orgânico (...), a dispareunia não orgânica (...) e a ninfomania (...). [Bem como podem surgir transtornos como,] de preferência sexual, que incluem as parafilias como fetichismo (dependência de alguns objetos inanimados com estímulo para a excitação e satisfação sexual); voyerismo (excitação sexual em olhar pessoas envolvidas em comportamentos sexuais ou íntimos); sadomasoquismo (preferência por atividade sexual que envolve servidão ou a influência de dor ou humilhação); pedofilia (preferência sexual por crianças [...]) (Florentino, 2015, p. 143).

Krindges, Macedo e Habigzang (2016), verificaram, igualmente, que as mulheres com histórico de violação “podem ser mais propensas, em comparação a pares não vítimas, ao relato de comprometimento de seu funcionamento sexual, como ausência de prazer, dor genital, lubrificação vaginal insuficiente e dificuldade de atingir orgasmo” (p. 64).

É essencial demarcar que a idade, o abusador, a duração e o tipo de abuso ocorrido influenciam o tipo de comportamento destas sobreviventes ao coito (Krindges, Macedo & Habigzang, 2016).

O Mundo Psicólogos (2018) enumera o seguinte conjunto de características das vítimas em relação a esta esfera da sua vida sexual: dificuldade destas mulheres associarem o sexo ao prazer, “apresentando dificuldades em sentir desejo e conseqüentemente desfrutar da relação sexual” (s.p.); dificuldade em “voltar a confiar em alguém, o que pode provocar ansiedade, isolamento e pode ser a porta de entrada para uma depressão” (s.p.); e, desenvolvimento de disfunções sexuais, devido ao trauma, podendo, até, caminhar para a hipersexualização.

Resumindo, a vitimização por abuso sexual na infância, “pode afetar negativamente a capacidade de estabelecimento e manutenção de relações íntimas saudáveis na vida adulta” (Krindges, Macedo & Habigzang, 2016, p.67), sendo que esses problemas tendem a intensificar-se ao longo da vida (Krindges, Macedo & Habigzang, 2016).

Algumas soluções apresentadas pela literatura e pelas investigações empíricas são: as terapias cognitivo-comportamentais (Siebra et al., 2019; Krindges, Macedo & Habigzang, 2016); a psicoterapia, numa busca da resignificação das memórias e do empoderamento da sua vida; a rede de apoio (familiar e amical), fundamental no processo terapêutico e na quebra do isolamento (Mundo Psicólogos, 2018; Krindges, Macedo & Habigzang, 2016); grupos de apoio em que se pode oferecer leitura erótica e kits de dilatação vaginal para procurar descobrir o corpo, o prazer da penetração e a masturbação (Mundo Psicólogos, 2018; Krindges, Macedo & Habigzang, 2016; Ventas, 2017).

Antes de terminar é fundamental esclarecer que a existência de artigos relativamente ao tema das relações sexuais e da descoberta da gravidez em mulheres abusadas é diminuto. Melhor dizendo, existem, sim, variados artigos e teses no que concerne à gravidez como efeito da violência, porém, não existem artigos específicos sobre mulheres que foram abusadas, em algum momento da sua vida, e que, posteriormente, se tornaram mães. Assim sendo, esta dissertação destaca-se neste aspeto na medida em que procura abordar estas questões.

2.3.2. A descoberta da gravidez

A descoberta da gravidez, em geral, é um momento feliz quando planeada e/ou quando se possui um relacionamento confortável. Todavia, muitas mulheres descobrem-na em circunstâncias delicadas e decorrente de situações problemáticas como é o caso do abuso sexual.

Como mencionado no ponto anterior, o número de artigos científicos relativos à descoberta da gravidez por parte de mulheres sobreviventes da violência sexual é reduzido. Desta forma, este tópico será marcado por aspetos teóricos referentes, predominantemente, a mulheres que engravidaram como consequência deste crime sexual.

O conhecimento sobre a gestação pode ser um reativar de memórias nas vítimas sobre o abuso outrora sofrido (NHS, Devon Partnership, 2017; Morais, 2018; Slavič & Gostečnik, 2015; Roberts, Montgomery, Richens & Silverio, 2021; Robinson, 2000). A rede de apoio familiar, especificamente, as redes afetivas e sociais são fundamentais neste processo (Santos, 2013; Nunes & Morais, 2018; Roberts et al. 2021). Neste momento, a vítima necessita de ajuda na medida em que passa a enfrentar vários papéis sociais como o de mulher, mãe, filha e sobrevivente do abuso sexual (Santos, 2013).

Alguns estudos revelam que a maioria “das mulheres que vivenciaram o abuso sexual infantil não revelam aos profissionais de saúde e pode não ser distinguível das mulheres que não sofreram de abuso. A sua experiência com o abuso sexual infantil provavelmente causará sofrimento contínuo significativo” (Department for Health and Wellbeing, Government of South Australia, s.d., p. 5). Segundo Roberts et al. (2021), a gravidez pode levar as “mulheres sobreviventes a não sentirem controlo sobre os próprios corpos, os sentimentos podem ser amplificados quando sentem que as suas preocupações não são ouvidas. Essas perceções podem levar a sentimentos de vulnerabilidade, angústia ou ameaça, que são superadas pela (re)ativação de estratégias de sobrevivência” (p. 179).

Ademais, quando o abuso sexual se realiza num contexto intrafamiliar e daí resulta a gravidez, “a dinâmica gestacional é mais complexa, pois evidencia repulsa e projeções, quando é revelada” (Santos, 2013, p. 35). Quando a gestação resulta deste crime, as mulheres devem ser informadas dos seus direitos, particularmente sobre a possibilidade de interromperem a gravidez se assim o desejarem, bem como dos seus direitos ao nível do sistema de saúde que podem usufruir (Santos, 2013; Nunes & Morais, 2018).

A gravidez poderá, identicamente, ser percecionada por estas mulheres como uma fuga (Nunes & Morais, 2018), visto que o seu significado “é uma forma de organização da vida psíquica e prática, a possível busca de proteção social e familiar que não obtiveram” (Santos, 2013, p. 37). Ainda assim, quer a mulher decida ou não prosseguir com a maternidade, destacam-se alguns aspetos sobre os quais é necessário refletir como “incesto, dissolução

familiar, manutenção do segredo, sobrevivência material da adolescente com um bebê” (Santos, 2013, p.37), portanto, ser sobrevivente do abuso sexual e descobrir a gravidez, bem como a decisão de continuar, ou não, com a mesma, são vivências bastantes delicadas pelas quais estas mulheres passam.

A descoberta da gravidez é marcante para qualquer mulher, todavia, para aquelas que foram abusadas sexualmente, em especial para as que foram violentadas na adolescência e cuja violência sexual resultou na gestação, revela-se, frequentemente, complexa, pois, além de terem de lidar com toda a situação, terem sido abusadas e ficado grávidas, têm de enfrentar os seus familiares, os quais, muitas vezes, não reagem amigavelmente, sobretudo os pais. A vivência de um crime sexual é complicada e a sua partilha é ainda mais. Estas mulheres veem-se num momento bastante delicado, esperando receber o apoio dos que lhe são mais queridos. No entanto, nem sempre isso acontece, como é o caso da Samira:

Meu pai não queria acreditar, minha família também não, né? Quando meu pai ficou sabendo que eu tava grávida, infelizmente ele me bateu... me bateu com o cinto, minha mãe teve que se intrometer no meio porque se não, ia apanhar mais... Foi um transtorno lá em casa porque ninguém acreditava, eu mesmo não acreditava que eu tava grávida, não queria acreditar nisso. (cit. Santos, 2013, p. 70)

Minha tia mesmo chegou para mim e falou: por que você não tomou anticoncepcional, por que você não usou camisinha?... Eu falei: como eu ia usar camisinha se eu fui estuprada?... Não tinha camisinha, não tinha anticoncepcional, não tinha nada para me defender. Só tava eu e aquele monstro. (cit. Santos, 2013, p. 110).

Ainda sobre a falta de apoio de familiares destaca-se o caso da vítima Ana que foi expulsa de casa pela sua família, tendo procurado ajuda junto de uma amiga (Nunes & Morais, 2018).

Para além disto, a decisão de fazer queixa sobre o agressor é algo fundamental, mas, numerosas mulheres não o fazem por receio (Santos, 2013; Nunes & Morais, 2018). Este medo intensifica-se quando se é mãe ou se está grávida, já que o agressor pode vingar-se da vítima tentando retirar-lhe a criança, medo frequente entre as mulheres, “Cheguei, cheguei a ir na delegacia denunciar ele mas só que, só que eu tirei a queixa dele, por causa da minha mãe, né, falando que ele poderia pegar meu filho, que ele poderia vir atrás de mim.” (cit. Santos, 2013, p. 70).

Neste contexto, evita-se falar da violação, ou seja, a gravidez acaba por sobressair à “cena da violência, o que sugere ser algo tão mobilizador que paralisa e incapacita a família para falar do estupro, como proteção a um sofrimento insuportável” (Santos, 2013, p. 71).

Algumas mulheres apresentam ideias suicidas aquando da descoberta, como é o caso da Samira (cit. Santos, 2013, p. 121): “principalmente quando eu tava grávida, nossa, eu queria... naquele dia, se eu visse o cinto... o dia que eu fiquei sabendo, lógico que eu tinha feito (referindo-se à ideia de acabar com a vida)”; e da Ana (cit. Nunes & Morais, 2018, p. 293): “eu sinto uma grande vontade de morrer. Era tudo que eu queria nesse momento [...] Eu me sinto horrível. Eu me sinto mal com tudo. Eu tô carregando uma vida que eu não sinto nada por ela”. Não obstante, a violência contra os seus bebés, não é evidente, veja-se o exemplo, no estudo de Santos (2013), de Danusa que não tem coragem de “olhar para ela e desejar o mal, fazer o mal, saiu de dentro de mim, como os outros três saíram, não foi desejada, não foi planejada, foi de uma maneira meio que difícil para mim. É difícil!” (cit. Santos, 2013, p. 121), e da Ana, no estudo de Nunes e Morais (2018), que apesar de inicialmente ter uma visão negativa sobre a criança, depois disse: “mas eu vejo que aquela criança, ela não pediu pra estar ali, ela não pediu. Ela não sabe como foi que aconteceu, não foi culpa dela” (cit. Nunes & Morais, 2018, p. 293).

Após a descoberta da gravidez inicia-se uma nova fase, o período pré-natal, seguido do parto e do pós-parto. Estas fases são marcantes na vida de todas as mães, todavia, as violentadas podem sofrer mais dos que as que não foram, uma vez que os flashbacks são frequentes (Ventas, 2017, in press; Robinson, 2000).

2.3.3. Os períodos pré-natal, parto e pós-parto

O abuso tem, como já referimos, marcas para toda a vida sendo que, frequentemente, essas marcas intensificam-se na maternidade, já que durante a gravidez o corpo da mulher torna-se mais sensível (Slavič & Gostečnik, 2015).

Um medo que assombra algumas genitoras depois de assimilarem que vão ser mães, é que o/a seu/sua descendente saia ao pai, isto é, ao violador (Santos, 2013). Devido aos vários medos que assolam estas mulheres, deve ser-lhes assegurado, tal como Santos (2013) referiu, “o direito ao planeamento reprodutivo e à atenção humanizada durante a gravidez, o parto e o pós-parto” (p. 46).

Como já foi brevemente referido na contextualização do problema, os ginecologistas e obstetras são profissionais fundamentais durante a gravidez, trabalho de parto e pós-parto/neonatal (CHCUW, 2011, Leeners, Neumaier-Wagner, Quarg & Rath, 2006; Slavič & Gostečnik, 2015; Roberts et al., 2021; NHS, Devon Partnership, 2017). Entre as consequências do abuso sexual nestas mães destacam-se: a dor crónica pélvica e abdominal, ansiedade, depressão, pensamentos suicidas, medo, abandono, problemas alimentares, problemas com álcool e drogas, vivência de relações abusivas/tóxicas, distúrbios ao nível da excitação, orgasmos, frequência de comportamentos de risco como sexo desprotegido, prostituição, gravidez na adolescência, vaginismo, dispareunia, menor frequência de testes como o papanicolau e cuidados pré-natais, problemas na amamentação, entre outros (CHCUW, 2011; Leeners et al., 2006; Slavič & Gostečnik, 2015; Leeners, Görres, Block & Hengartner, 2016). Assim sendo, podemos concluir que o abuso sexual acarreta efeitos no âmbito psicológico, sexual, interpessoal e comportamental destas mães (CHCUW, 2011; Slavič & Gostečnik, 2015; American Academy of Pediatrics, 2019).

A experiência do toque, das posições requeridas nos exames médicos e até no parto, reativam na memória das vítimas as sensações de impotência, vulnerabilidade e medo que vivenciaram no passado, podendo o seu corpo ficar paralisado e a mulher entrar em pânico ou fora de controle (CHCUW, 2011; Leeners et al., 2006, 2016; Slavič & Gostečnik, 2015; Roberts et al., 2021; Department for Health and Wellbeing, Government of South Australia, s.d.). De maneira a contrariar estes pensamentos e sentimentos, é importante que a paciente seja informada de todo o procedimento durante o mesmo, isto é, destaca-se a importância de um relato do que se passa para que esta não se sinta desprotegida e perdida, de técnicas de respiração, bem como deve ser destacada a presença de sujeitos da sua confiança para apoiar e ser a voz da sobrevivente do abuso sexual, caso esta não consiga expressar o que sente (CHCUW, 2011; Slavič & Gostečnik, 2015; Leeners et al., 2016; Robinson, 2000; NHS, Devon Partnership, 2017). O momento do parto também pode ser afetado devido a este trauma, particularmente, no modo como ocorre, no tempo de duração, na tolerância das dores, entre outros aspetos (Leeners et al., 2006, 2016). Ademais, o momento do neonatal também é importante, tanto para a criança como para a mãe, no entanto, é nesta conjuntura que novos desafios surgem como é o caso da amamentação, dado que muitas mães consideram que o seu corpo é “sujo” para alimentar o seu bebé (Slavič & Gostečnik, 2015). Todos estes aspetos

trazem sequelas para a criança, como a nível neurológico, físico e de desenvolvimento, pois este período é basilar para ambos, assim, deve existir uma ligação forte entre mãe e filho, aspeto desafiador para mães que foram violentadas sexualmente (Slavič & Gostečnik, 2015).

Compreende-se a importância de estudar os períodos de pré e pós-natal se tivermos em atenção o facto de que a “mulher com história de abuso sexual experiencia com mais frequência a depressão na gravidez e pós parto do que as mulheres que não foram abusadas sexualmente (Slavič & Gostečnik, 2015, p. 122).

Slavič e Gostečnik (2015) enunciam certos problemas que podem surgir da depressão pré-natal, destacando-se os poucos ou nenhuns cuidados por parte da mãe durante a gravidez, maus hábitos alimentares e consumos de drogas como o tabaco, álcool e drogas ilegais. A reduzida procura por cuidados médicos por parte destas mulheres durante a gravidez relaciona-se com o facto de as consultas com o ginecologista acarretarem lembranças sobre o crime sexual que vivenciaram (Slavič & Gostečnik, 2015; Roberts et al., 2021). Segundo relatos de uma mulher abusada:

Eu acho que alguém insere os dedos na sua vagina é uma questão de sexo e não consigo imaginar para que mais essa ação serviria. Acho os estribos particularmente horríveis. Mas, por outro lado, também estou excitada. Quando estive no ginecologista [no] ano passado, tive a mesma sensação de depois do sexo, só que sem os beijos e carícias. Como um estupro que eu mesmo queria (Slavič & Gostečnik, 2015, p 124).

Ainda sobre os exames médicos a que as mulheres estão sujeitas, nomeadamente o teste de papanicolau, veja-se o relato de uma mulher que não está grávida (1.º relato) e de uma mulher grávida, a Opal (2.º relato), ressaltando-se a necessidade de uma adaptação e formação por parte dos médicos sobre a examinação destas mulheres:

É o exame médico mais horrível do mundo. Vou lá quando me mandam o terceiro convite porque tenho que fazer check-ups regulares. Lá estou eu, toda rígida, de olhos fechados e tento pensar em qualquer coisa além dessa posição horrível, humilhante e repugnante em que estou. A ideia de que vou ter que ir lá quase todos os meses quando estou grávida faz-me não querer engravidar nunca (Slavič & Gostečnik, 2015, p. 125);

Opal, sentiu a necessidade de se proteger da equipa médica que a atendeu: “E ela [mãe] dizia: “O que se passa amor? Por que?” Eu disse: “Eu não quero que eles me vejam lá em baixo. Ela disse: “Está tudo bem, eles são médicos” (Roberts et al., 2021, p. 6).

A fase do pré-natal apresenta-se como uma etapa interessante para que os profissionais de saúde ajudem estas pacientes a lidar com as consequências que o abuso sexual tem na gravidez e no nascimento (Robinson, 2000). Por outras palavras, o pré-natal é o momento ideal para os prestadores de cuidados “criarem um ambiente de sensibilidade e confiança, para que as sobreviventes do abuso sexual infantil possam sentir que as suas necessidades serão honradas e respeitadas à medida que se aproximam do nascimento e da maternidade” (Robinson, 2000, p. 305).

Durante o parto, a posição assumida pelos profissionais de saúde é elementar. É frequente que as memórias do abuso surjam durante o trabalho de parto e os cuidadores devem ter isso em atenção, adotando uma atitude empática, flexiva e de suporte dentro das circunstâncias, que não coloquem em risco nem a mãe nem o bebé, através de palavras de encorajamento (Robinson, 2000). Além disto, é primordial que estes responsáveis reconheçam que cada mulher é uma mulher, ou seja, há mulheres que vão preferir manter o diálogo durante o parto, enquanto outras escolherão o silêncio, umas poderão manter o controlo, outras não, umas sentir-se-ão mais confortáveis deitadas, outras mulheres irão preferir outras posições devido aos pensamentos que essa postura traz, etc. (Robinson, 2000). Todos estes aspetos devem estar previstos na formação e ação destes profissionais de ginecologia e obstetrícia. Não se pode esquecer que estas mulheres têm expectativas e medos, os quais devem ser tidos em consideração (Robinson, 2000).

Ainda durante o parto, o movimento da criança na vagina poderá fazê-las lembrar as relações sexuais (Robinson, 2000). Manter as mães presentes no momento e não no passado é elementar para que o parto corra bem e que não se torne num novo trauma para a mulher (Robinson, 2000; NHS, Devon Partnership, 2017).

No que concerne ao pós-parto, a amamentação pode ser “problemática”, principalmente se o abuso tiver ocorrido num período de desenvolvimento dos seios e se esses foram centrais durante o crime sexual (Robinson, 2000). O sexo da criança é identicamente um desafio, pois se for menina, segundo as estatísticas, é mais provável ser

violentada, tal como a mãe, e, se for menino despertar-lhes-á memórias sobre o agressor (Robinson, 2000).

O Department for Health and Wellbeing Government of South Australia (s.d.) afirma que “para uma mulher com historial de abuso sexual a transição para a maternidade pode provocar medo e ansiedade sobre: a amamentação e o contacto pele a pele (pode trazer memórias e flashbacks do abuso); a sua relação materno-infantil” (p. 9). Depois do parto as mulheres podem desenvolver problemas como stress, depressão e dissociação (Department for Health and Wellbeing Government of South Australia, s.d.). Assim, o apoio depois do parto é significativo para que a depressão pós-parto seja minimizada (Robinson, 2000).

Em suma, quer a gestação e o período pré-natal, quer o nascimento, pós-parto e parto, afiguram-se para estas mulheres como momentos sensíveis, na medida em que as recordações do abuso avivam-se. Melhor dizendo, estas fases, apresentam-se, conforme Roberts et al. (2021), paradoxalmente inseguras, pois, como a Robinson (2000) afirma, a “gravidez pode ser um gatilho de memória muito importante devido aos muitos problemas psicológicos associados à gravidez e aos aspectos físicos do trabalho de parto e nascimento” (p.304).

Desta forma, justifica-se a importância do estudo da vivência da maternidade das sobreviventes ao abuso sexual, para que se possa compreender o que poderá ser o futuro das suas crianças já que, consoante Slavič e Gostečnik (2015), existem diferenças entre os filhos de mães abusadas e de mães não abusadas.

2.4. As consequências na educação e desenvolvimento dos/das filhos/filhas de mães com história de abuso sexual

2.4.1. Estilos parentais

Por estilos parentais entende-se, consoante Aroca-Montolío e colaboradores (cit. Santos, 2019, p. 10), “um conjunto de diretrizes e práticas da parentalidade, cujo objetivo é a socialização e educação das crianças, em que traços de personalidade, experiências passadas e características pessoais, tanto de pais como filhos, interagem simultaneamente”. Darling e Steinberg (cit. Hennig, 2008) definem-nos como contextos em que os progenitores “manipulam” os/as seus/suas filhos/filhas através das práticas (parentais) baseadas nas

suas crenças e valores. Os estilos parentais “constituem-se como o conjunto de atitudes, que criam um clima emocional em que se expressam os comportamentos dos pais”, ou seja, trata-se de um modo de educar caracterizado pelo tipo de práticas educativas sendo que este pode conduzir a comportamentos tidos como positivos ou negativos socialmente (Hennig, 2008, p. 15; Rios, Ferreira & Batista, 2016; Landi, 2019). Os estilos envolvem, igualmente,

dimensões da cultura familiar como a dinâmica da comunicação familiar, do apoio emocional e de controle presentes nas interações pais-filhos. [bem como implicam] (...) crenças, valores e aspectos relativos à hierarquia das funções e papéis familiares, expressos no exercício da disciplina autoridade e tomada de decisões (Pacheco, Silveira & Schneider, 2008, p. 67).

Existem vários estilos parentais, no entanto, uns destacam-se pela compaixão, alegria, amor e compreensão e outros pela frustração, tensão, discussão e autoridade. Cada um apresenta consequências no desenvolvimento das crianças. Neste sentido, Mondin (2008) explicou que

a habilidade dos pais em encontrar as necessidades de suas crianças para orientar e apoiar, intercambiando emoções positivas, pode revelar o grau do desenvolvimento de confiança e boa vontade para relacionar-se com os outros através de meios positivos. Cuidados arbitrários e inconsistentes de negação e/ou rejeição, denunciam, provavelmente, o surgimento de problemas que, uma vez emergidos, alimentarão a cólera, a frustração, a desconfiança, a agressão ou altos níveis de ansiedade nas crianças. (p.234)

Os pais são fundamentais no desenvolvimento e aprendizagem dos valores pelas crianças. É com eles que os mais novos aprenderão a respeitar, ter empatia, ser cuidadosos e amorosos com as restantes pessoas. Os progenitores são, portanto, “os maiores reforçadores, fontes de afeto e também modelos de aprendizagem para as crianças” (Mondin, 2008, p. 234). O estilo educativo adotado pelos ascendentes é elementar, pois, segundo Justo, Carvalho e Kristensen (cit. Santos, 2019), este estilo permite a evolução aspetos como a empatia e

estratégias positivas para a resolução diária dos problemas, assim como a gestão e controlo das suas emoções.

Mondim (2008) afirma que o diálogo promove nas crianças o respeito pelas ideias do próximo e a consciência de que é possível resolver os dilemas de modo pacífico, bem como incentiva à confiança mútua entre os diferentes pares. Neste ponto, esta lógica demonstra-se essencial na medida em que a discussão sobre assuntos considerados tabu como as relações sexuais e educação sexual no meio familiar são um fator contributivo para que as crianças possam, desde cedo, denunciar, juntos dos seus progenitores e/ou encarregados de educação, algum tipo de crime sexual que possam estar a vivenciar. Logo, este estilo educativo afigura-se importantíssimo na educação e desenvolvimento das crianças (Macarini et. al, 2010). Ainda assim, não se deve esquecer que mulheres vítimas de violência sexual podem apresentar algumas dificuldades em abordar este tema e assumir uma postura de diálogo e iniciativa. Assim, é necessário perceber e intervir junto destas mulheres considerando-as como parte do microsistema (família), que necessitam “de apoio psicológico e informativo a respeito do desenvolvimento da criança e modos positivos de sua criação” (Mondim, 2008, p. 235).

O exercício da parentalidade deve ser assinalado pela liderança compartilhada entre pais e filhos de modo distinto, porém, democrático, procurando o crescimento emocional de todos (Mondim, 2008). Citando Brazelton e Greenspan (cit. Mondim, 2008)

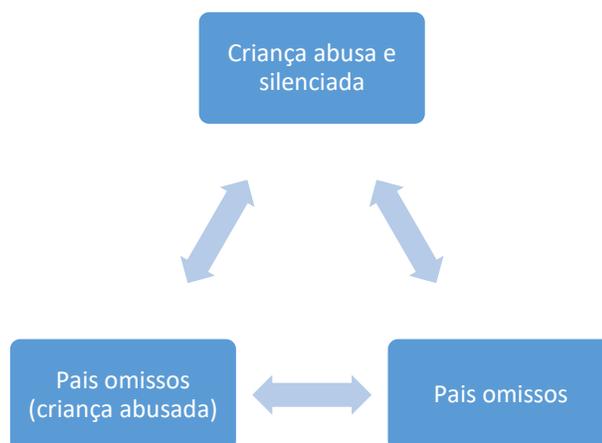
quando há relacionamentos seguros, empáticos, sustentadores, as crianças aprendem a ser íntimas e empáticas e eventualmente a comunicar [os] seus sentimentos, refletir sobre [os] seus próprios desejos e desenvolver [os] seus próprios relacionamentos com [os] seus iguais e com os adultos. (p. 238)

Hart (cit. Mondim, 2008) concluiu, relativamente à permissividade, que embora muitos pais possam pensar que os filhos se sentem amados quando podem fazer aquilo que desejam, é preciso impor-lhes “limites seguros, saudáveis e razoáveis”, sendo que essa transmissão é, por si, uma prova de amor (p. 237). Muitas mães não querem que os seus filhos as vejam como más e autoritárias e acabam por estabelecer menos limites. Pelo contrário, os

pais que não estabelecem limites nem orientam os comportamentos dos seus descendentes contribuem para que estas crianças exibam complexidades no estabelecimento de amizade e relação com os pares (Mondim, 2008). A educação não deve ser pautada pela bipolaridade (permissivo ou autoritário) mas por uma combinação dos dois para que se encontre o equilíbrio, já que, se for muito autoritária não existirá uma relação familiar, mas sim de poder, marcada pelo medo, se for demasiado permissiva os jovens podem encontrar desafios no relacionamento com os demais.

Como se referiu previamente, as crianças são o reflexo dos pais. É observando o comportamento dos progenitores que os mais pequenos vão assimilando quais são os comportamentos adequados e quais os que não são (Mondim, 2008). Esta tese é defendida pela teoria da aprendizagem social. Saldaña, Del Prette e Del Prette (cit. Mondim, 2008, p. 241) afirmaram que “na família, por exemplo, o comportamento dos pais torna mais provável o comportamento dos filhos, mediante a aprendizagem observacional, formando-se uma cadeia de transmissão de regras de estilo de comportamentos de pais para filhos”. A título de exemplo, quando uma criança observa e, naturalmente, vive a violência física, psicológica e sexual do cônjuge e quando a vítima omite o sucedido e declara, à criança, que “está tudo bem”, esta assimila que relacionamentos abusivos são normais (Mondi, 2008). Além disso, o autor defende que quando um(a) menor vivência o abuso sexual, seja ele intra ou extrafamiliar, conta a um adulto e este tenta encobrir e desacreditar a criança, está-se perante possíveis adultos que serão omissivos e verão nesses crimes o tabu e a vergonha, acabando por não denunciar. Estas tendencialmente assumirão essa atitude se forem confrontadas com a violência sexual do/da seu/sua próprio/própria descendente. Este cenário evidencia um círculo vicioso entre criança silenciada e pais omissos (Figura 1).

Figura 1 - Gráfico explicativo sobre o círculo vicioso da omissão da violência: crianças silenciadas e pais omissos



Fonte: Baseado em Mondim, 2008.

A tese da intergeracionalidade dos estilos parentais é confirmada por Weber et al. (cit. Hennig, 2008), quando estes autores declaram que os estilos parentais adotados pelos pais podem influenciar os estilos que os filhos adotarão, bem como por Oliveira et al. (cit. Hennig, 2008) que afirmam que filhas de mães e avós que perpetuaram estilos autoritários tendem a optar pelo mesmo estilo. Miškulin et al. (2021) comprovaram que os estilos parentais, quer positivos que negativos, são transferidos por gerações, contudo, segundo os mesmos “a maioria dos pais que foram vítimas de abuso na infância não abusam [d]os seus filhos, o que mostra que a intergeracionalidade do abuso pode ser terminada” (p. 25). Algumas mães, quando confrontadas com a reflexão sobre a sua própria infância, reconhecem que as suas mães foram agressivas e condenam o seu comportamento, no entanto, acabam por perpetuar o mesmo comportamento com os seus filhos sem perceberem (Pinto & Colossi, 2017).

É certo que nem sempre este círculo se perpetua, dado que existem mães que o rompem, procurando ajuda para a geração seguinte numa tentativa, quiçá, de curar a sua criança interior, fazendo o que desejariam que tivesse sido feito por elas (Marafon & Scortegagna, 2017). A inserção destas vítimas num novo microsistema, em particular a escola, nomeadamente através da educação sexual e do conhecimento contínuo, permite que, paulatinamente, as crianças e jovens reconheçam que determinado tipo de atitudes não são normais e devem ser denunciadas (Spaziani & Maia, 2015). Ao nível da mudança de estilos parentais, isto é, do término do ciclo da intergeracionalidade, Benincá e Gomes (cit. Hennig,

2008, p. 16) demarcam a “existência de duas forças antagônicas, uma a favor da descontinuidade (evidenciada pelo surgimento de novos padrões educacionais) e outra no sentido da continuidade, no que se refere à linearidade familiar”.

No que concerne aos estilos parentais, segundo Cecconello, De Antoni e Koller (cit. Mondim, 2008), Miškulin et al. (2021) e Maccoby e Martin mencionados por vários autores como Pacheco, Silveira e Schneider (2008), Landi (2019), Cassoni (2013), Santos (2019) e Lawrenz et al., (2020) existem quatros estilos parentais:

- **Autoritativo:** neste combina-se a exigência e responsividade onde os pais delimitam as regras relativamente ao comportamento dos filhos que são frequentemente enaltecidos quando as atitudes são positivas e corrigidos quando as atitudes são negativas (Mondim, 2008; Miškulin et al., 2021; Pacheco, Silveira & Schneider, 2008; Landi, 2019; Cassoni, 2013; Santos, 2019). Este estilo é marcado pelo diálogo, respeito e compreensão mútua, existindo, similarmente, lugar para o afeto, o reconhecimento das necessidades dos/das menores e para a opinião (quando solicitada) dos mais novos (Mondim, 2008; Miškulin et al., 2021; Pacheco, Silveira & Schneider, 2008; Landi, 2019; Cassoni, 2013; Santos, 2019);
- **Autoritário:** demarca-se pelo elevado controlo, baixa responsividade e uso da punição como meio de controlo dos comportamentos (Mondim, 2008, Miškulin et al., 2021; Pacheco, Silveira & Schneider, 2008; Landi, 2019; Cassoni, 2013; Santos, 2019). Aqui o diálogo e a opinião dos/das mais pequenos/pequenas são desvalorizadas (Mondim, 2008, Miškulin et al., 2021; Pacheco, Silveira & Schneider, 2008; Landi, 2019; Cassoni, 2013; Santos, 2019);
- **Indulgente:** caracteriza-se por combinar “baixo controle e alta responsividade. Regras e limites não são estabelecidos. Os pais indulgentes são tolerantes, liberando a criança para controlar seu próprio comportamento” (Mondim, 2008, p. 239);

- **Negligente:** marca-se pelos baixos valores de controle e responsividade e por pais pouco participativos na educação dos filhos, pouco afetuosos e exigentes (Mondim, 2008).

Baumrind (1967), celebre autor no âmbito dos estilos parentais, enunciou três estilos, nomeadamente:

- **Autoritário:** “valoriza a obediência e é caracterizado pela utilização de medidas punitivas, restringindo a autonomia do filho e defendendo que a palavra dos pais é imperativa e não passível de diálogo ou negociação” (Santos, 2019, p. 10). Neste, os pais tentam moldar o comportamento dos filhos segundo os seus critérios, destacando-se altas exigências, maior controlo, baixo nível de afetividade entre pais-filhos e ausência de uma comunicação positiva (Santos, 2019; Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010; Miškulin et al., 2021; Landi, 2019; Lawrenz et al., 2020).
- **Permissivo:** enquanto o autoritário é marcado pela exigência, “violência”, assertividade e punição, o permissivo destaca-se pelo “excesso” de liberdade, ausência de punição, pouco ou nenhum incentivo à responsabilidade da criança e/ou jovem, acabando os progenitores por esquecer o seu papel enquanto agentes socializadores e responsáveis pelo desenvolvimento das crianças (Santos, 2019; Hennig, 2008; Miškulin et al., 2021; Lawrenz et al., 2020). Neste, os menores assumem o controlo sobre a sua vida, isto é, atitudes e comportamentos “sem padrões de conduta previamente definidos” (Santos, 2019, p. 10; Hennig, 2008; Macarini et al., 2010; Landi, 2019).
- **Autoritativo/participativo:** aquele que parece ser o mais saudável para o desenvolvimento da criança na medida em que “pais coordenam as atividades da criança de uma maneira racional, incentivando a comunicação e a negociação, valorizando-se tanto a disciplina como a autonomia” (Santos, 2019, p. 10; Macarini et al., 2010). Melhor dizendo, o estilo autoritativo/participativo demarca-se pelo facto dos pais apesar de ouvirem os interesses dos seus filhos, também reconhecem

que é necessário definir limites (Santos, 2019; Hennig, 2008; Miškulin et al., 2021; Landi, 2019).

Maccoby e Martin, presentes e mencionados nos textos de Santos (2019), Landi (2019), Cassoni (2013) e Lawrenz et al. (2020) reformularam a teoria de Baumrind dividindo o estilo parental permissivo em dois – permissivo e negligente – tendo em consideração dois critérios – exigência e responsividade. Por responsivo entende-se ser o “grau de aceitação dos pais face às exigências adequadas dos filhos, associando-se à presença de uma comunicação bidirecional entre pais-filhos com o objetivo de permitir a autonomia” (Santos, 2019, p. 11).

Algumas mães poderão assumir uma atitude superprotetora devido ao receio de os seus filhos menores sofrerem algum tipo de crime, principalmente sexual. Não obstante, como Falcone (cit. Mondim, 2008, p. 241) afirmou: “uma criança superprotegida de experiências desagradáveis e não estimulada a manifestar expressões abertas de mal-estar, provavelmente terá dificuldades em empatizar com outras pessoas em apuros”. As mães devem, portanto, trabalhar a vinculação emocional com os/as menores dado que, consoante Landi (2019), as mães que são “capazes de perceber e interpretar corretamente os sinais emitidos pela criança, fornecendo respostas imediatas e apropriadas, têm maior probabilidade de desenvolver em seus filhos a conceção de si mesmo, favorecendo o controle de situações de risco” (p. 60).

Estes estilos assumem consequências no desenvolvimento e formação dos seus filhos sendo que atitudes marcadas pelo autoritarismo e negligência conduzem a adultos depressivos, ansiosos, com dificuldades em controlar os seus sentimentos, enquanto os estilos autoritativos levam a jovens assertivos, independentes, otimistas e competentes socialmente (Hennig, 2008).

A postura autoritativa releva-se aquela que a maioria das mães assume (Pacheco, Silveira & Schneider, 2008), mas principalmente aquelas com historial de abuso sexual, deviam assumir, pois, tal como Hennig (2008) retratou e Landi (2019) abordou, este estilo implica que os progenitores “se envolvam na educação, respondendo às necessidades que a criança tem de atenção, incentivo, auxílio, diálogo e diversão, bem como supervisionar e

monitorar os comportamentos do filho, exigindo obediência de regras e limites e o cumprimento de deveres” (Hennig, 2008, p. 24), atitudes fundamentais para que as crianças e jovens vejam nas mães o “porto seguro”, na qual podem confiar para falar sobre relações sexuais e/ou possíveis comportamentos alarmantes relacionado com a violência física e sexual, mas também alguém que os vai defender. Ainda assim, segundo Miškulin et al. (2021) e Landi (2019), o estilo autoritário é o estilo que está mais associado a um menor risco de abuso sexual.

Quando uma mãe é abusada, isto é, quando ela é agredida tanto física como sexualmente, a criança também o é, já que estes assistem e/ou ouvem as agressões, o que acarreta enormes impactos no seu desenvolvimento e nas suas emoções (Gonçalves, 2015; Cunningham & Baker, 2007). A investigação empírica mostra que estas crianças têm duas vezes maior probabilidade de serem vítimas de maus-tratos comparativamente às crianças que não vivenciam a mesma conjuntura (Gonçalves, 2015).

Uma mulher que sofre e/ou sofreu de violência apresenta maiores dificuldades em “gerir a relação com os filhos em termos de eficácia parental e ajustamento das crianças (...) [bem como] muitas vezes não está em condições de estabelecer um relacionamento adequado com os filhos” (Gonçalves, 2015, p. 10). Além disso, alguns estudos declaram que as mães com história de abuso sexual caracterizam-se por estilos parentais marcados pela agressividade (Santos & Dell’Aglío, 2008). Todavia, cada história é singular e cada razão e modo de lidar com ela é, similarmente, individual, logo, enquanto algumas mães abusadas não evidenciam dificuldades em proteger os/as seus/suas descendentes de situações potencialmente perigosas, outras sim (Santos & Dell’Aglío, 2008). Existe, ainda, casos de mães que se apoiam nas crianças numa busca de conforto emocional, melhor dizendo, “entre as mulheres com história de abuso sexual na infância e que apresentavam insatisfação conjugal, foi observada maior dependência emocional no relacionamento com suas crianças, demonstrando uma inversão de papéis” (Santos & Dell’Aglío, 2008, p. 599).

Por outro lado, enquanto alguns autores consideram que as mães que sofrem de violência apresentam maiores chances de perpetuá-la com os seus descendentes, outros consideram que muitas tendem a dar maior afeto e atenção como uma forma de compensação pelo que as crianças experienciam (Gonçalves, 2015). Ademais, Gonçalves (2015) concluiu

que quanto maior o risco social menor a sensação de competência materna, assim como é mais provável estas mães apresentarem “comportamentos coersivos, agressivos ou negligentes no cuidado dos seus filhos (...) [adotando] estratégias mais coercivas, como ameaça, coacção ou abuso físico” (p. 23).

Landi (2019) ao estudar a associação entre estilos parentais e abuso sexual acabou por considerar que os primeiros influenciam a possibilidade de ocorrência deste crime, sendo a monitorização positiva um fator de proteção para estes casos. Em contrapartida, a negligencia e a punição aumentam esse risco (Landi, 2019). A monitorização positiva afigura-se importantíssima para uma menor chance de violência sexual e de outros comportamentos de risco por parte dos menores, pois, a relação entre mães-filhos é marcada pelo controlo do paradeiro dos/das menores, por uma elevada proximidade, confiança e honestidade entre progenitores e genitores – o que contribui para que os/as seus/suas filhos/filhas contem às mães ondem vão e o que irão fazer admitindo, deste modo, diminuir o risco de abuso sexual (Landi, 2019). Porém, destaca-se que a monitorização não é caracterizada por um controlo excessivo e desrespeito pela privacidade dos/das menores, mas por uma relação de confiança e honestidade, daí o autor, baseando-se na teoria de Gomide (2006), apelidá-la de monitorização positiva. Quando a relação entre os adultos e menores é marcada pelo autoritarismo, isto é, pela imposição, punição física, controlo excessivo e pressão, há uma maior chance de os descendentes mentirem, usarem a violência e, conseqüentemente, de serem abusados sexualmente (Landi, 2019).

2.4.2. Estilos parentais e posturas educacionais de mães vítimas de abuso sexual

O estudo de Ruscio (2013) sugere que “mães abusadas sexualmente podem achar difícil providenciar a seus filhos a estrutura, orientação, expectativas comportamentais claras e disciplina consistente que são elementos necessários para uma socialização bem-sucedida” (p. 380). Ainda de acordo com o mesmo estudo, algumas mães podem assumir uma postura mais autoritária e outras mais permissiva, tendo em consideração a forma como percecionam o mundo e as conseqüências e o tipo do seu abuso (Ruscio, 2013).

Lange, Condon e Gardner (2019) verificaram que existem diversas reações por parte das mães que tinham sofrido violência sexual ao descobrirem que os/as seus/suas filhos/filhas foram abusados sexualmente. Assim,

algumas mulheres acreditaram imediatamente na revelação de seus filhos, muitas vezes tomando medidas legais para protegê-los. Para muitas mulheres, acreditar na revelação do filho era importante, uma vez que elas enfrentaram descrença durante as suas próprias revelações ou não foram apoiadas. Além disso, várias mulheres revelaram a sua história de abuso sexual infantil para os seus filhos para ilustrar que acreditavam neles e entendiam o que estavam a passar. Outras mulheres inicialmente expressaram descrença, citando motivos como não querer que isso desencadeasse a lembranças das suas experiências de abuso, a retratação do filho, não achar que o ato ocorrido foi abuso, acreditar que a criança estava a chamar atenção e acreditar na negação do agressor (Lange, Condon & Gardner, 2019, p. 150).

As reações são variadas, todavia, o choque, o medo, a culpa, a raiva, o sofrimento, o silêncio, a negação e a esperança de que tudo se resolva são alguns dos sentimentos mais presentes quando estas progenitoras descobrem o abuso sexual dos seus filhos (Lange, Condon & Gardner, 2019; DiLillo & Damashek, 2003; Paulino, 2018). Paulino (2018) afirma que

duas falas são recorrentes nas mulheres que passaram por abuso sexual incestuoso e que revivem as “cenas incestuosas” por meio de suas filhas, quais sejam: “eu procurei esquecer isso a vida inteira...” ou “eu nunca contei isso pra ninguém...”. Ou “isso” é o abuso sexual incestuoso que sequer pode ser mencionado. A tentativa de esquecer não corresponde à realidade apresentada. (p. 13)

Consoante o estudo de Lange, Condon e Gardner (2019), as mães têm consciência da intergeracionalidade deste crime, sendo que as mesmas procuram acabar com este círculo. Algumas investigações revelam que as mães que foram vítimas são 3.6 vezes mais propensas a terem filhos que são expostos a este tipo de violência comparado com mães que nunca experienciaram este tipo de abuso (Borelli et al., 2019). Para Paulino (2018), este dilema social resolve-se não só com uma intervenção junto de crianças e jovens vítimas, ou não, de violência sexual, como também junto das mães vítimas deste crime. Estas revelam medo relativamente aos outros e ao facto dos seus descendentes virem a sofrer o mesmo que elas, e

isso “obriga-as” a serem mais determinadas e rígidas nas suas decisões de modo a protegê-los (Lange, Condon & Gardner, 2019; Borelli et al., 2019).

As medidas adotadas pelas mães para proteger os seus filhos do abuso sexual são (Lange, Condon & Gardner, 2019): limitar o contacto destes com potenciais predadores sexuais, normalmente estas tendem a assumir maior receio do contacto com homens, já que a maioria das vítimas foi abusada por indivíduos do sexo masculino; procuram estar mais atentas à relação entre os/as seus/suas filhos/filhas com os respetivos pais ou companheiros; estas tendem, igualmente, a adiar um possível relacionamento com outro homem com temor que este possa abusar do/da menor; buscam manter a distância entre a criança e o abusador da progenitora; por fim, procuram estar atentas aos vizinhos e aos sujeitos que prestam cuidados aos/às seus/suas filhos/filhas. Em suma, o facto destas mulheres terem sido abusadas tem consequências diretas no estilo educativo e competências parentais destas mães (Lange, Condon & Gardner, 2019; DiLillo & Damashek, 2003; Borelli et al., 2019).

Outras medidas adotadas pelas mães para “resolver” este problema intergeracional são:

educação sexual, incluindo ensinar às crianças a terminologia correta para os seus órgãos genitais; fornecer educação sobre abuso infantil, como descrever toques inadequados e com quem comunicar; descrever potenciais perpetradores; e divulgar as suas próprias experiências de abuso sexual. Várias mães também relataram ensinar aos seus filhos amplos comportamentos de proteção ou fornecer ampla educação sobre proteção. As mulheres também descreveram averiguar com os seus filhos sobre experiências de abuso. Para algumas mães, isso significava perguntar aos seus filhos se alguém teve comportamentos inadequados com eles. Para crianças que não tinham idade suficiente para comunicar as suas experiências, as mães verificavam o corpo da criança em busca de sinais físicos de abuso (Lange, Condon & Gardner, 2019, p. 151).

Os efeitos que este evento dramático acarreta para o relacionamento destas mulheres com os seu filhos, reconhecidos pelas mesmas são: existir uma maior probabilidade destas abusarem dos próprios filhos (DiLillo & Damashek, 2003), havendo uma intergeracionalidade deste crime (DiLillo & Damashek, 2003; Lange, Condon & Gardner, 2019; Paulino, 2018; Borelli et al., 2019); ter, normalmente, dificuldades em estabelecer

relações afetivas, incluindo com os próprios descendentes (Borelli et al., 2019), embora existam alguns estudos que revelam que estas mães veem os seus filhos como amigos próximos, “utilizando-os” para curar as suas feridas emocionais (DiLillo & Damashek, 2003); ter dificuldade em confiar nos outros, principalmente em confiar os/as seus/suas filhos/filhas a terceiros (DiLillo & Damashek, 2003); ter stress pós-traumático aumentado se descobrirem que os seus descendentes sofreram também de abuso sexual (DiLillo & Damashek, 2003; Borelli et al., 2019), ou seja, o desenvolvimento de problemas mentais (Borelli et al., 2019). Alguns estudos revelam que estas mães têm menos energia para educar os seus filhos de forma mais severa e afirmativa (DiLillo & Damashek, 2003). Ademais, Andrew Solomon (cit. Silva, 2017), ao estudar situações especiais, sendo uma delas com mães que foram abusadas, concluiu que estas sofrem mais do que as que não vivenciaram este crime dado que aquelas que conceberam um filho fruto deste delito lutam contra a própria maternidade, bem como contra a forma como olham para o filho, uma vez que ele, para elas, é fruto de algo que lhes trouxe, entre várias coisas, mágoa.

Estas mulheres têm maior probabilidade de terem descendentes também vítimas de abuso sexual, no entanto, quanto mais estas falam sobre a sua vivência, os seus sentimentos e pensamentos, principalmente sobre o que lhes aconteceu, menos propensas são de terem filhos expostos ao abuso sexual (Borelli et al., 2019).

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

3.1. Introdução

Inicia-se, agora, o capítulo prático desta investigação. Primeiramente, faz-se a descrição geral da investigação (3.2.). Posteriormente, descreve-se a população e amostra deste trabalho (3.3.), seleciona-se as técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados (3.4.), explica-se como foi feita a elaboração e validação dos instrumentos de recolha de dados (3.5), a recolha de dados (3.6.) e o tratamento e análise dos mesmos (3.7.).

3.2. Descrição Geral da Investigação

Tendo como tema o estudo de mães com e sem história de abuso sexual e procurando investigar a vivência da maternidade por parte destas mães e a perceção de outras mulheres sobre a maternidade das primeiras, esta investigação teve um cuidado redobrado ao nível das técnicas e instrumentos de investigação utilizados, devido à delicadeza do tema e amostra deste estudo.

Inicialmente, procedeu-se à elaboração de uma grelha analítica, definindo-se a problemática, as dimensões, os objetivos e as respetivas questões, que constituíram o guião da entrevista, pertinentes para responder ao problema e questões de investigação, anteriormente mencionados.

Além do guião selecionou-se, também, um questionário para avaliar os estilos parentais destas mães. Os dois instrumentos de recolha de dados foram validados pela comissão de ética (Processo CEICSH 083/2022) e por uma especialista da área.

Após a elaboração dos instrumentos de recolha de dados contactou-se um mãe conhecida da investigadora para pedir a sua colaboração, tendo-se depois a colaboração dessa mulher para posterior contacto com outras mães para participarem neste estudo. Simultaneamente, foi enviado para a Comissão de Ética da Universidade do Minho o projeto, incluindo os instrumentos de recolha de dados e a declaração de consentimento informado, onde se garantia o carácter voluntário, o anonimato e o sigilo associado aos instrumentos de recolha de dados.

Após a aprovação do projeto pela Comissão de Ética, a investigadora fez uma seleção das participantes, respeitando os seguintes critérios de integração na amostra abaixo descritos.

Após a seleção cuidada das mesmas, estas tiveram acesso à declaração de consentimento informado (Anexo I) e, só após a sua assinatura, procedeu-se à aplicação da entrevista e do questionário.

Finda a aplicação da entrevista e do questionário iniciou-se o tratamento dos dados. Para trabalhar os dados das entrevistas transcreveram-se as mesmas de maneira a não se perder nenhum detalhe da conversa, fez-se um registo de observação da entrevista que inclui a resposta a aspetos como: interferências/interrupções; recetividade e ambiente geral; expressão verbal e não verbal da entrevistada; e outras observações (Anexo II e III). Estes processos permitiram uma análise minuciosa, mas também um tratamento de dados mais rápido e preciso, facilitando a observação de aspetos comuns às diferentes participantes. Por outro lado, ao nível do tratamento de dados do inquérito por questionário, utilizou-se o software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS versão 27 de modo a obter uma análise estatística descritiva. Após o tratamento dos dados procedeu-se à interpretação dos dados e principais conclusões.

O estudo, instrumentos e procedimentos utilizados, bem como a Declaração de Consentimento Informado que assegura a confidencialidade, o anonimato das informações das participantes e os seus direitos, nomeadamente, o de desistir a qualquer momento do estudo, estão validados pela Comissão de Ética da Universidade do Minho (Anexo IV).

3.3. População e Amostra

Sendo um tema delicado, a amostra foi selecionada a partir de um contacto próximo à investigadora. Optou-se por desenvolver o estudo em parceria com as mulheres entrevistadas, pois foi necessário garantir o máximo de conforto e transmitir confiança às participantes no estudo. Assim, a intermediação de uma interveniente para outra foi primordial para garantir estes critérios. Foram selecionadas 6 mulheres para constituírem uma amostra de conveniência, respeitando os seguintes critérios de inclusão na amostra: i) ser mulher maior de idade; ii) ter ou não sofrido abuso sexual; iii) ser mãe; iii) estar

disponível para participar voluntariamente no estudo; iv) acreditar que não se sentiria ansiosa com a entrevista.

A amostra é construída de modo não probabilístico através do método de amostragem por conveniência, uma vez que as participantes foram selecionadas por contemplarem os critérios necessários (supramencionados) para a sua inclusão na amostra (Figueiredo & Figueiredo, s.d.; Oliveira, 2001).

Posto isto, como se pode observar na tabela 1, a amostra é composta por 6 mulheres entre os 27 e os 44 anos com filhos/as com idades entre o 1 ano e 24 anos sendo a sua maioria (4 mulheres) casada.

Tabela 1 - Caracterização das inquiridas

Caraterísticas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Idade						
27 anos					✓	
31 anos				✓		
32 anos		✓				
43 anos			✓			✓
44 anos	✓					
Habilitações literárias						
Secundário		✓		✓	✓	
Curso Profissional					✓	
Licenciatura	✓		✓			✓
Profissão						
Gestão	✓					
Empresário		✓				
Lojista/vendedora			✓			
Operária fabril				✓		
Auxiliar de fisioterapia					✓	
Explicadora						✓
Psicóloga						✓
Idade do/s filho/s						
1 ano e 8 meses				✓		
3 anos					✓	
5 anos		✓				
6 anos			✓			
10 anos						✓
11 anos	✓		✓			
13 anos						✓
24 anos	✓					
Estado civil						
Solteira				✓	✓	
Casada	✓	✓	✓			✓
Composição da família com quem vive						
Mãe e filho(s)/a(s)					✓	

Tabela 1 - Caracterização das inquiridas (continuação)

Caraterísticas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Composição da família com quem vive Mãe, Pai e filho(s)/a(s)	✓	✓	✓	✓		✓

Excetuando uma inquirida cujo agregado familiar é composto pela mesma e o seu filho, a maioria vive com os/as filhos/as e os respetivos companheiros, pai dos/das mesmos/mesmas. Relativamente às habilitações literárias, a amostra encontra-se dividida, metade tem o ensino secundário e a outra metade possui ensino superior, nomeadamente licenciatura. No que concerne à profissão destas mulheres, a amostra é heterogénica, uma vez que exibem trabalhos associadas à área da saúde, da economia e do ensino.

3.4. Seleção da Técnica e Instrumento de Recolha de Dados

Tendo em atenção que o problema e as questões de investigação têm um carácter exploratório, selecionou-se para este estudo como instrumento de recolha de dados a entrevista semiestruturada e o inquérito por questionário.

Na entrevista combinaram-se perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, seguindo a investigadora um conjunto de questões previamente definidas, que serão apresentadas em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (Bonia & Quaresma, 2005). Nesta técnica, a entrevistada é vista enquanto “representante de um grupo” (Albarello cit. Alves, 2014, p. 115), neste caso de mulheres com ou sem história de abuso sexual. A entrevista revelou-se essencial nesta investigação devido aos processos de comunicação e ao contato direto entre entrevistada e entrevistadora que permite um melhor entendimento das opiniões e representações da amostra.

Durante a entrevista esteve-se atento à conversa e aplicaram-se questões para esclarecer determinadas respostas de modo a elucidar melhor a opinião e vivência destas mulheres. A entrevista semiestruturada apresenta-se fundamental nesta conjuntura porque, principalmente, deseja-se “delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (Bonia & Quaresma, 2005, p. 75).

Não se definiu tempo mínimo nem máximo de duração da entrevista dada a especificidade do tema e o à-vontade destas mulheres.

Para a elaboração do guião de entrevista e respetiva grelha analítica teve-se como base estudos qualitativos sobre mães que sofreram abuso sexual (ex. Cavanaugh, Harper, Classen, Palesh, Koopman & Spiegel, 2015). Todavia, devido ao número reduzido de trabalhos qualitativos com mães abusadas elaborou-se um guião de entrevista.

Para a seleção do inquérito por questionário analisaram-se as escalas e questionários já aplicados para avaliar os estilos educativos dos progenitores, são exemplos a escala apresentada por NICHD SECCYD—Wisconsin², Kimble (2014) e Robinson, Mandleco, Olsen e Hart (2001), validada para uso em Portugal por Miguel, Valentim e Carugati (2009). Neste estudo, optou-se pela versão curta do Questionário de Estilos Parentais e Dimensões da Parentalidade (PSDQ) de Robinson, Mandleco, Olsen & Hart (2001), por já se encontrar validada para utilização em Portugal (Miguel, Valentim & Carugati, 2009).

Nesta investigação, as próprias inquiridas completaram individualmente o questionário.

3.5. Elaboração e Validação do Instrumento de Recolha de Dados

3.5.1. Entrevista Semiestruturada

A estrutura da entrevista apresenta-se no quadro 1, que relaciona, a problemática e as dimensões, tendo em consideração os objetivos apresentados previamente neste trabalho, estando-lhes associadas questões que permitem atingir cada um dos propósitos, as dimensões, os objetivos e as respetivas questões.

Como referido anteriormente, para a elaboração do guião de entrevista e respetiva grelha analítica teve-se como base estudos qualitativos sobre mães que sofreram abuso sexual. Todavia, devido ao número reduzido de trabalhos qualitativos neste tema, teve-se de elaborar um guião, ainda que com a correção e adaptação de uma especialista na área.

² Escala de qualidade do papel parental: http://education-webfiles.s3-website-us-west-2.amazonaws.com/childcare/pdf/questionnaire_interview/Parent%20Role%20Quality%20Scale.pdf [consult. 21 de março de 2022].

Quadro 1 - Estrutura da entrevista: grelha analítica

Tópico/ Problemática	Dimensões	Objetivos	Questões
I. Dados sociodemográficos	Pessoais	Identificar a idade das inquiridas	1
		Identificar o país de origem	2
		Identificar as habilitações académicas das inquiridas	3
		Identificar o estado civil	5
	Profissionais	Caraterizar a situação profissional das inquiridas	4, 4.1
	Familiares	Identificar o número, sexo e idade dos filhos	6, 7,8
Identificar o tipo de família com quem vive		9	
II. Atitudes de otimismo	Mundo	Caraterizar o otimismo das inquiridas sobre a sociedade e as suas conceções sobre o otimismo de mães vítimas de abuso sexual	11
		Caraterizar o otimismo das inquiridas sobre o ambiente	12
		Caraterizar o otimismo das inquiridas sobre as outras pessoas	13
		Caraterizar o otimismo das inquiridas sobre a violência e as suas conceções sobre o otimismo de mães vítimas de abuso sexual	16, 16.1
		Caraterizar o otimismo das inquiridas sobre a denuncia de casos de abuso sexual e as suas conceções sobre o otimismo de mães vítimas de abuso sexual	17, 17.1
	Contexto onde vive	Caraterizar o otimismo das inquiridas sobre a segurança no contexto onde vive e as suas conceções sobre o otimismo de mães vítimas de abuso sexual	14, 14.1
	Educação do/s filhos	Caraterizar o otimismo sobre a educação do/s filho/s e as suas conceções sobre o otimismo de mães vítimas de abuso sexual	15, 15.1
		Caraterizar o grau de otimismo das inquiridas sobre a educação sexual do/s filho/s	18
III. Estilos e dimensões parentais	Grau de liberdade dos filhos para interagir com os outros	Caraterizar a liberdade dada pelas inquiridas aos filhos para brincarem em casa dos vizinhos, amigos e familiares e as suas conceções sobre a liberdade dada por mães vítimas de abuso sexual	19, 19.1, 20, 20.1
		Caraterizar a liberdade dada pelas inquiridas aos filhos para dormir em casa dos vizinhos, amigos e familiares e as suas conceções sobre a liberdade dada por mães vítimas de abuso sexual	22, 22.1
		Identificar o grau de confiança das inquiridas nos outros para deixar o/s seu/s filho/s sozinho/s com elas e as suas conceções sobre o grau de confiança de mães vítimas de abuso sexual	21, 21.1, 21.1, 21.2, 23
	Perceção sobre a forma como o abuso sexual condiciona a sua forma de educar	Caraterizar a perceção das inquiridas sobre a liberdade que as mães abusadas sexualmente dão ao/s filho/s	24
		Caraterizar a perceção das inquiridas sobre a liberdade que tiveram na idade do/s seu/s filhos e a que dão ao/s filho/s atualmente.	24.1
		Caraterizar a perceção das inquiridas sobre os efeitos da sua história de vida na forma como pensa educar o/s filho/s.	24.2

Quadro 1 - Estrutura da entrevista: grelha analítica (continuação)

Tópico/ Problemática	Dimensões	Objetivos	Questões
III. Estilos e dimensões parentais	Perceção sobre a forma como o abuso sexual condiciona a sua forma de educar	Caracterizar a perceção das inquiridas sobre a influência que a história de abuso sexual tem na forma como essas mães educam o/s seu/s filho/s	24.2.1
	Perceção sobre o seu estilo parental	Caraterizar a perceção das inquiridas sobre o estilo parental que assume	25
		Caraterizar a perceção das inquiridas sobre o estilo parental assumido pelas mães abusadas sexualmente	25.1
IV. Abuso sexual e prevenção	Prevenção do abuso sexual	Identificar os aspetos que inclui na educação do/s filhos para prevenir que sofram abuso sexual e as suas conceções sobre os aspetos que as mães vítimas de abuso sexual incluem na educação do/s seu/s filho/s	26, 26.1, 26.2, 26.3
		Identificar as visões das inquiridas sobre as estratégias que a família, escola e sociedade podem usar para prevenir o abuso sexual	27
	Sentimentos sobre possível abuso sexual do/s filho/s	Identificar as perceções sobre os seus próprios sentimentos em relação à possibilidade do/s filho/s sofrer/em abuso sexual e as suas conceções sobre como as mães abusadas se sentiriam	28, 28.1
	Reações perante possível abuso sexual do/s filho/s	Identificar a visão das inquiridas sobre a possibilidade do/s filho/s lhe contar/em caso sofresse/m abuso sexual	29
		Identificar o que fariam as inquiridas se soubessem que o/s filho/s sofreu/sofreram abuso sexual	29.1, 29.2
		Identificar as visões das inquiridas sobre o que os pais deveriam fazer para que as crianças tenham capacidade para denunciar o crime de abuso sexual	30
		Identificar a importância atribuída pelas inquiridas aos pais na denuncia pelos filhos do abuso sexual	31

Após a elaboração da estrutura da entrevista, procedeu-se à finalização do guião de entrevista com a respetiva introdução. A entrevista foi validada pela comissão de ética e pela docente orientadora (Anexo V).

3.5.2. Questionário Estilos e Dimensões Parentais - Versão Reduzida

No que concerne ao inquérito por questionário procurou-se selecionar um questionário que permitisse compreender melhor os estilos parentais destas mães, além do que as mesmas afirmaram ao longo das entrevistas. A versão curta do Questionário de Estilos

Parentais e Dimensões da Parentalidade (PSDQ) de Robinson, Mandleco, Olsen & Hart (2001) (Anexo VI), validada para uso em Portugal (Miguel, Valentim & Carugati, 2009) é constituída por 32 itens que avaliam os três estilos parentais: autoritário, democrático (autoritativo) e permissivo (Miguel, Valentin & Carugati, 2009).

Para a validação deste questionário em Portugal, este foi administrado a 344 pais com idades entre os 24 e 69 anos sendo que estes deviam ter pelo menos um(a) filho(a) a frequentar o 1.º ciclo (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). Para cada item, os inquiridos respondem o seu grau de frequência, numa escala de likert, onde 1 significa “nunca” e 5 corresponde a “sempre” (Miguel, Valentim & Carugati, 2009; Oliveira, Costa, Albuquerque, Malloy-Diniz, Miranda & Paula, 2018; Kimble, 2014). Cada estilo parental apresenta subescalas, assim: o estilo democrático ostenta como subescalas o apoio e afeto, a regulação e a cedência de autonomia/participação democrática; o estilo autoritário exhibe a dimensão da coerção física, hostilidade verbal e punição; e, por fim, o padrão permissivo apresenta a subescala de indulgência (Miguel, Valentim & Carugati, 2009; Oliveira et al., 2018; Kimble, 2014).

Quanto à adaptação desta escala ao contexto português verificou-se que esta passou por duas fases: a tradução do inglês para o português através do método translate-translate back com vista a uma tradução fiel e coerente com a original –, este processo envolveu três etapas – tradução inglês-português, em seguida procedeu-se à “retroversão do questionário por um investigador independente com conhecimentos profundos da língua inglesa” (Miguel, Valentim & Carugati, 2009, p. 175), e, por fim, realizou-se a comparação das duas versões e a discussão das diferenças, procedendo-se aos ajustes necessários, uma vez que não se verificou nenhuma incompatibilidade, os itens mantiveram-se os mesmos (Miguel, Valentim & Carugati, 2009); em segundo lugar, fez-se um estudo-piloto aplicando-se o questionário em português a um pequeno grupo de sete pais que tinham pelos menos um(a) filho(a) no 1.º ciclo, sendo que no final os participantes deram o seu parecer sobre o questionário e os seus itens. Como não foram encontrados problemas esta escala foi considerada adequada em Portugal (Miguel, Valentim & Carugati, 2009).

A recolha de dados deste questionário em Portugal foi feita em escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico através do contacto escrito e oral às escolas que distribuíram os envelopes

fechados com os questionários aos pais das crianças, sendo que o seu retorno foi feito no processo inverso (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). Na folha de rosto foram mencionadas todas as informações necessárias e o mesmo foi aplicado entre novembro de 2008 e março de 2009 (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). Por fim, de modo a verificar a adequação da estrutura fatorial da versão original e portuguesa fizeram-se análises fatoriais confirmatórias através do programa EQS 6.1 para Windows, já o estudo da consistência interna do itens foi realizado a partir do SPSS 17.0 for Windows (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). O modelo apresentou um bom ajustamento global que é reforçado pelo valor baixo (0.042) do índice de RMSEA com um intervalo de confiança de 0.36 e 0.048 (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). Contudo, analisado os valores de CFI e NNFI (0.89 e 0.88, respetivamente) verifica-se que estes não atingiram o valor mínimo para a aceitação do modelo, posto isto, procedeu-se à análise dos índices de modificação propondo-se a reconfiguração do modelo (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). Posto isto, observou-se (Miguel, Valentim & Carugati, 2009)

covariâncias-erro entre itens que partilham algo em comum: o par de itens 29 e 31 refere o diálogo acerca das consequências dos comportamentos e o par de itens 6 e 32 faz referência à punição física em situações de desobediência e mau comportamento, sendo obvia a grande semelhança do seu conteúdo (particularmente no caso do par 6-32). (...) [Justifica-se, assim, a] reconfiguração do modelo, com estimação livre da covariação dos erros de medida (p. 179).

Em seguida, a análise fatorial confirmatória do modelo reconfigurado exibia melhores índices de ajustamento comparativamente ao modelo anterior (Miguel, Valentim & Carugati, 2009).

De modo a medir as qualidades psicométricas do modelo procedeu-se ao estudo da consistência interna dos seus itens através do coeficiente de alpha de Cronbach, sendo que esta foi considerada boa na dimensão democrática com 0.82 e na autoritária com 0.80 e menos consistente na permissiva com um coeficiente de 0.63, que pode dever-se ao número reduzido de itens que esta última engloba (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). Ainda assim, estes valores apresentam-se muito próximos dos da versão original deste questionário –

0.86, 0.82 e 0.64 para o estilo democrático, autoritário e permissivo, respetivamente (Miguel, Valentim & Carugati, 2009).

3.6. Recolha de Dados

Quanto aos procedimentos na recolha de dados, procurou-se trabalhar com mães vítimas de abuso sexual e mães que não sofreram abuso. Contudo, antes de iniciar o trabalho empírico, o estudo, nomeadamente a entrevista semiestruturada e a declaração de consentimento informado, foram submetidos à Comissão de Ética da Universidade do Minho.

Para a aplicação da entrevista, contactou-se uma mãe, da rede de conhecimentos da investigadora, para entrevistar. Findo a encontro, questionou-se sobre a possibilidade dessa mulher conhecer outras que gostassem de participar. Então, com a primeira entrevistada conseguiu-se mais duas mulheres. Feitas as três entrevistas contaram-se mais duas mulheres da rede de contactos da autora sendo que uma delas contribuiu para o contacto de uma sexta entrevistada. O local para as conversas foi escolhido pelas próprias participantes, sendo na sua maioria realizada em casa da mãe ou da mulher intermediadora. Salienta-se, todavia, dois casos particulares: uma entrevista realizada no local de trabalho da mãe e outra realizada via email a pedido da própria. Apesar da entrevista ter sido realizada online nada comprometeu a clareza e desenvolvimento das respostas.

3.7. Tratamento e Análise de Dados

3.7.1. Entrevista

Terminada a elaboração, aplicação e transcrição da entrevista é necessário o tratamento dos seus resultados. Para isso é indispensável fazer o que Bardin (1979) chamou de análise de conteúdo e Bogdan e Biklen (1994) chamam de categorização. Destaca-se, no entanto, que Bardin (1979) reconhece que a análise de categorias é uma das principais técnicas utilizadas na análise de conteúdo.

Bogdan e Biklen (1994) dão o exemplo de um ginásio cheio de brinquedos afirmando que se pode organizá-lo de acordo com cores, tamanhos e tipos de brincadeira. Ainda que não seja tão linear e simples assim, o tratamento de uma entrevista deve ser feito de igual modo (Bogdan & Biklen, 1994). Por outras palavras, deve codificar-se os dados através de categorias que são preenchidas a partir da repetição e destaque de “certas palavras, frases,

padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 221). Segundo Bogdan e Biklen (1994) a codificação envolve vários passos, de entre eles deve-se observar os resultados das entrevistas em busca de ideias padronizadas, separando-as, em seguida, por palavras e frases que as englobem nesses pensamentos iguais – chamando esta fase de “categorias de codificação” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 221). Além disto, Bogdan e Bilken (1994) destacam que os objetivos da investigação estarão, também, na origem de novas categorias, bem como a interpretação e perspectivas do investigador podem influenciar este processo dando origem a categorias emergentes (Borgdan & Biklen, 1994, Bardin, 1979). Neste processo de codificação podem ser criadas, dentro dos códigos com determinadas categorias, subcódigos “em categorias mais pequenas” (Borgdan & Biklen, 1994, p. 234), ou seja, surgir dentro das categorias, subcategorias (Borgdan & Biklen, 1994; Bardin, 1979; Amando, 2000).

Na perspectiva de Bardin (1979), a análise de conteúdo permite, por uma lado, verificar se se pode validar e generalizar a informação obtida através da investigação, e, por outro lado, o “enriquecimento da leitura” (Bardin, 1979, p. 29). É possível definir a análise de conteúdo como “uma tratamento de informação contida nas mensagens” (Bardin, 1979, p. 34). É através daquilo que Bardin (1979, p. 37) chama de “método de categorias” que se pode englobar dentro de um caixa (categorias) as mensagens repetidas obtidas, por exemplo, com a entrevista – ideia defendida na teoria de categorização de Bogdan e Biklen (1994). Para Bardin (1979), não é possível falar de análise de conteúdo sem se falar de categorização, uma vez que a primeira “assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos” (Bardin, 1979, p. 119). Em suma, a análise de conteúdo consiste em resumir as respostas, muitas vezes longas, das entrevistadas num conjunto de “categorias de conteúdo” (Lima, 2013, p. 7; Bardin, 1979).

3.7.2. Questionário Estilos e Dimensões Parentais - Versão Reduzida

Para estudar e interpretar os resultados obtidos com o inquérito é necessário entender a relação dos itens (questões) com os estilos parentais e o modo como serão trabalhados estatisticamente.

Dos 32 itens utilizados neste questionário é praticável dividi-los em três estilos parentais – democrático/autoritativo, autoritário e permissivo – sendo estes subdivididos (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). Elaborou-se um tabela de modo a esclarecer as respetivas subescalas de cada estilo parental:

Tabela 2 - Subescalas dos três estilos parentais

Estilo Parental		
Democrático/Autoritativo	Autoritário	Permissivo
<u>Apoio e afeto</u> : inclui 5 itens	<u>Coerção Física</u> : inclui 4 itens	
<u>Regulação</u> : inclui 5 itens	<u>Hostilidade verbal</u> : inclui 4 itens	<u>Indulgência</u> : inclui 5 itens
<u>Cedência de autonomia/participação democrática</u> : inclui 5 itens	<u>Punição</u> : inclui 4 itens	

Fonte: Miguel, Valentim & Carugati, 2009, p. 174-175; Oliveira, Costa, Albuquerque, Malloy-Diniz, Miranda & Paula, 2018, p. 411-412; Kimble, 2014, p. 22.

Para analisar estatisticamente estes estilos parentais é preciso saber quais o itens que correspondem a cada subescalas para totalizar, através da sua soma, os itens que correspondem ao estilo democrático, autoritário e permissivo, respetivamente (Kimble, 2014). Posto isto, e conforme se observa na tabela 3, para o estilo autoritativo devem ser somados os itens: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 12, 14, 18, 21, 22, 25, 27, 29 e 31; para o autoritário somam-se os itens: 2, 4, 6, 10, 13, 16, 19, 23, 26, 28, 30 e 32; e para o permissivo juntam-se os itens 8, 15, 17, 20 e 24 (Kimble, 2014). De acordo com Kimble (2014), podemos ainda criar um novo estilo/secção denominada “*uninvolved factor*” (Kimble, 2014, p. 32), porém, para este estudo optou-se por trabalhar apenas com os três estilos supracitados.

Tabela 3 - Estilos parentais, seus itens e respetivas subescalas

Itens	Estilo parental	Subescalas do estilo parental
1. Dou resposta aos sentimentos e necessidades do(a) meu/minha filho(a)	Autoritativo	Apoio e afeto
7. Incentivo o(a) meu/minha filho(a) a falar dos seus problemas		
12. Quando o(a) meu/minha filho(a) está chateado(a), dou-lhe apoio e consolo		
14. Elogio o(a) meu/minha filho(a) quando se comporta ou faz algo bem		

Tabela 3 - Estilos parentais, seus itens e respectivas subescalas (continuação)

Itens	Estilo parental	Subescalas do estilo parental
27. Tenho momentos especiais e calorosos com o(a) meu/minha filho(a)		
5. Explico ao(à) meu/minha filho(a) como me sinto quando se porta bem e quando se porta mal		
11. Saliento as razões das regras que estabeleço		
25. Explico ao(à) meu/minha filho(a) por que razões as regras devem ser obedecidas		Regulação
29. Ajudo o(a) meu/minha filho(a) a perceber o resultado do seu comportamento incentivando-o(a) a falar acerca das consequências das suas ações		
31. Explico ao(à) meu/minha filho(a) as consequências do seu comportamento	Autoritativo	
3. Tomo em conta o que o(a) meu/minha filho(a) quer ou deseja antes de lhe pedir para fazer algo		
9. Incentivo o(a) meu/minha filho(a) a expressar-se livremente, mesmo quando não está de acordo comigo		Cedência de autonomia
18. Tomo em conta as preferências do(a) meu/minha filho(a) quando faço planos familiares		
21. Demonstro respeito pelas opiniões do(a) meu/minha filho(a) incentivando que as expresse		
22. Permito que o(a) meu/minha filho(a) dê a sua opinião relativamente às regras familiares		
2. Castigo fisicamente o(a) meu/minha filho(a) como forma de o(a) disciplinar		
6. Dou uma palmada ao(à) meu/minha filho(a) quando ele(a) é desobediente		Coerção física
32. Dou uma palmada no(a) meu/minha filho(a) quando se porta mal		
19. Agarro o(a) meu/minha filho(a) quando ele(a) é desobediente		
13. Grito ou falo alto quando o(a) meu/minha filho(a) se porta mal		
16. Enfureço-me com o(a) meu/minha filho(a)		Hostilidade verbal
23. Ralho e critico para fazer o(a) meu/minha filho(a) melhorar		
30. Ralho e critico quando o comportamento do(a) meu/minha filho(a) não corresponde às minhas expectativas	Autoritário	
4. Quando o(a) meu/minha filho(a) pergunta por que razão tem que obedecer, respondo: "Porque eu digo" ou "Porque sou teu/tua pai/mãe e quero que o faças"		
10. Castigo o(a) meu/minha filho(a) retirando-lhe privilégios com poucas ou nenhuma explicações		Punição
26. Uso ameaças como forma de castigo com poucas ou nenhuma justificações		
28. Castigo o(a) meu/minha filho(a) colocando-o(a) algures sozinho(a) com poucas ou nenhuma explicações		
8. Acho difícil disciplinar o(a) meu/minha filho(a)		
15. Cedo ao(à) meu/minha filho(a) quando faz uma birra por qualquer coisa		
17. São mais as vezes em que ameaço castigar o(a) meu/minha filho(a) do que aquelas em que realmente o(a) castigo	Permissivo	Indulgência
20. Dito castigos ao(à) meu/minha filho(a) mas realmente não os aplico		
24. Estrago o(a) meu /minha filho(a) com mimos		

Fonte: traduzido e adaptado de Kimble, 2014, p. 68-69

Para responder às suas hipóteses teóricas, Kimble (2014) utilizou como ferramenta estatística o teste de ANOVA. A análise da média das respostas foi, também, utilizada na interpretação dos resultados no estudo de Kimble (2014), de Robinson, Mandelco, Raper e Hart (1995) e de Miguel, Valentim e Carugati (2009).

Por fim, destaca-se que nenhum dos investigadores mencionados nesta secção referiram a existência de itens invertidos.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Introdução

Concluída a aplicação das entrevistas e dos questionários e feito o devido tratamento dos dados, neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos.

Em primeiro lugar são analisadas as atitudes de otimismo (4.2.) nomeadamente: a visão das mães acerca do mundo (4.2.1.); as concepções sobre a visão acerca do mundo que pensam ter as mães abusadas sexualmente (4.2.2.); o otimismo das inquiridas sobre o ambiente (4.2.3.); o otimismo/confiança face às pessoas (4.2.4.); o otimismo sobre o futuro em relação à ação sobre a violência familiar e a do abuso sexual (4.2.5.); as concepções sobre o que as mulheres abusadas sexualmente imaginam para o futuro em relação à violência e denúncia do abuso (4.2.6.); o otimismo em relação à segurança no contexto onde vive (4.2.7.), em particular o otimismo das mães sobre a segurança onde vivem (4.2.7.1.) e as concepções acerca do que as mulheres abusadas pensam sobre o local onde vivem (4.2.7.2.); o otimismo face à educação (4.2.8.), destacando-se o otimismo sobre educar uma criança e concepções sobre o otimismo das mães abusadas sexualmente (4.2.8.1.) e o otimismo face ao futuro da prevenção do abuso decorrente da educação sexual nas escolas e concepções sobre o otimismo das mães abusadas sexualmente (4.2.8.2.).

Em seguida, estudaram-se os estilos e dimensões parentais (4.3.) quer das mães (4.3.1.) quer as suas concepções sobre os estilos e dimensões parentais de mães abusadas sexualmente (4.3.2.). O grau de liberdade que dão aos filhos/as (4.4.) também foi trabalhado, em especial, o grau de liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas (4.3.1.) e as concepções sobre o grau de liberdade que as mães vítimas de abuso sexual dão aos filhos/as (4.3.2.).

Examinou-se, igualmente, a relação entre a história de vida e a forma como pensam educar os seus filhos e filhas (4.5.), isto é, a relação das histórias de vida das entrevistadas com a liberdade e educação dos seus filhos/as (4.5.1.) e as respetivas concepções sobre a

relação das histórias de abuso sexual das mães vítimas com a liberdade e educação dos seus filhos/as (4.5.2.).

Por fim, as concepções sobre a possibilidade de os filhos/as vivenciarem uma situação de abuso sexual e que atitudes adotariam e como imaginam o modo que as mães abusadas sexualmente se sentiriam (4.6.) e as concepções sobre as consequências, causas e formas de resolver o abuso sexual (4.7.) foram analisadas. Neste último ponto, especificaram-se as medidas e cuidados a tomar na família para prevenir o abuso sexual dos filhos e a percepção da importância da família no processo de denúncia (4.7.1.) e os cuidados adotados e medidas que devem ser aplicadas para a prevenção do abuso sexual (4.7.2.).

4.2. Atitudes de otimismo

4.2.1. Visão das mães acerca do mundo

Para se entender a visão das entrevistadas sobre o mundo perguntou-se às entrevistadas se consideravam que a sociedade em que vivem era ou não uma sociedade saudável. Observando de um modo geral, é possível verificar, através da tabela 4, que existem mães com uma visão otimista (n=2), pessimista (n=3), de confiança (n=3) e de desconfiança (n=2) face à sociedade.

Tabela 4 - Otimismo das inquiridas sobre a sociedade

Visão da sociedade	(n=6)					
	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Pessimista</i>						
A sociedade é materialista	✓					
A sociedade é individualista	✓					
A pandemia e a guerra criaram muita instabilidade			✓			
É difícil criar regras aos filhos			✓			
Instabilidade financeira			✓			
Inversão dos valores onde há justiça pelas próprias mãos					✓	
Sociedade com muita maldade					✓	
<i>Otimista</i>						
Segurança pública		✓				
Boa qualidade escolar		✓				
Sociedade gratificante e enriquecedora						✓
<i>De confiança</i>						
Com resiliência e empatia podemos fazer um mundo melhor					✓	

Tabela 4 - Otimismo das inquiridas sobre a sociedade (continuação)

(n=6)

Visão da sociedade	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>De desconfiança</i>						
Medo do bullying				✓		

A presente amostra encontra-se dividida, isto é, existem três mães que apresentam uma visão pessimista devido à materialidade, individualidade, inversão dos valores, dificuldade em educar, maldade, falta de justiça e o contexto social, económico e pandémico presente na sociedade, como é ilustrado nos excertos seguintes:

“Acho que a sociedade é muito materialista, principalmente por isso. As pessoas estão sempre muito preocupadas com ter, ter e ter, e acho que há outros fatores mais importantes [pausa] pó’ futuro, das... das crianças e dos adultos. Acho que a sociedade é muito [pausa]... materialista e individualista.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 3).

“Ai meu Deus... eu sou um bocado... ando um bocado pessimista ultimamente... sinceramente... (...) A sério... não sei se foi por causa da pandemia ou se é a guerra... não sei... ando um bocadinho pessimista porque... esta sociedade... não sei... acho que as pessoas iam melhoram mas de repente acho que... está tudo igual, está tudo na mesma. (...) Sim, não sei se é guerra, se é... não sei... esta instabilidade, a vida tá muito cara e depois uma pessoa pensa assim “Meu Deus como é que vamos educá-las? Como é que lhes vamos proporcionar isto...”. (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 3).

“Esta sociedade está muito podre a nível de valores, acho que está uma selva, é o salve-se quem poder. Nem sempre vinga o correto. Estamos muito na sociedade que quem mais mal faz, é quem vence, o que é muito mau.” (M5, filho de 3 anos, p. 2).

Em contrapartida, duas das inquiridas assume uma visão mais otimista em relação à sociedade, afirmando que a segurança pública, o sistema escolar, a sociedade enriquecedora, a resiliência e empatia são pontos positivos da sociedade atual, como mostra o excerto seguinte:

“Primeiramente, como eu lhe falei que nós somos emigrantes, mas a qualidade de ensino, a estrutura familiar que eu vejo como um todo aqui em Portugal é muito mais tranquila, muito mais segura, muito mais didática do que a que nós tínhamos no Brasil. Como a relação da

qualidade, eu sei que aqui o meu filho vai ter um boa estrutura na escola (...)” (M2, filho de 5 anos, p. 4).

4.2.2. Concepções sobre a visão acerca do mundo que pensam ter as mães abusadas sexualmente

Na medida em que esta dissertação procura entender as concepções das mães relativamente às vivência da maternidade das mães abusadas sexualmente, revelou-se útil perceber qual seria a percepção das inquiridas sobre o otimismo relativamente à sociedade das mães abusadas. Sendo assim, perguntou-se às entrevistadas se consideravam que as mães vítimas de abuso assumiriam a mesma opinião que elas no que concerne à sua visão sobre a sociedade.

Na tabela 5, observa-se um visão padronizadas, isto é, exceto uma mãe que considerava que isso era relativo, justificando que cada pessoa é uma pessoa, todas as outras afirmaram que as mulheres abusadas teriam uma visão pessimista e de desconfiança perante a sociedade, apoiando, deste modo, a hipótese teórica deste estudo e a teoria de Ruscio (2001) e Rezende (2013) de que as mães vítimas de abuso sexual tenderiam a ter uma visão pessimista e de desconfiança do/no mundo.

Tabela 5 - Percepção do otimismo sobre a sociedade das mães abusadas sexualmente

	(n=6)					
Percepção sobre a visão da sociedade das mães abusadas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Pessimista</i>						
São mães traumatizadas	✓		✓	✓		✓
Sentem insegurança e falta de proteção às vítimas					✓	✓
<i>De desconfiança</i>						
Receio que aconteça o mesmo				✓		
Não conseguem confiar em ninguém, porque muitas delas foram abusadas dentro da própria família					✓	
<i>Relativo</i> (depende de cada pessoa)		✓				

As respostas das inquiridas vão, similarmente, ao encontro das ideias de Souza et al. (2013) de que as mães abusadas têm desesperança face ao mundo e da APAV (2019b) de que estas mulheres têm uma visão do mundo como perigoso. A maioria alega, tal como Wearick-Silva et al. (2014), Ruscio (2001), Borges e Dell’Aglia (2008), Rezende (2013), Sant’Anna e

Baima (2008) e Lima & Alberto (2010), que estas mães são traumatizadas justificando-se, assim, o seu pessimismo relativamente à sociedade. Ademais, fundamentações, anteriormente expostas por autores como Sant’Anna e Baima (2008), Borges e Dell’Aglío (2008), Rezende (2013), Paulino (2018), CHCUW (2011), Lima & Alberto (2010), Slavič & Gostečnik (2015), DiLillo & Damashek (2003), Borelli, Cohen e Pettit (2019), como a falta de segurança e proteção às vítimas, o receio que aconteça o mesmo aos filhos e a dificuldade em confiarem nos outros, inclusive na sua própria família, são apresentados para explicar a visão derrotista destas mães. Posto isto, quando questionadas sobre si, estas mulheres tendem a declarar-se mais otimistas do que as que foram abusadas.

“Talvez... [risos]... talvez pensem [pausa]. Eu acho que o, o, o mais certo é que pensem mesmo que os filhos vão crescer num mundo mesmo muito mau. Porque uma mãe que foi abusada, principalmente sexualmente deve ter uma ideia do mundo bastante... ahm.. enfiada. (...) Sim, muito mais negativa. O trauma deve ser... uma coisa brutal.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 4).

“Acho que talvez elas ainda mais... mais medo tenham, por... como é que hei de explicar, se eu já tenho medo disso, elas como já foram abusadas elas vão ter mais medos em si... a menos que elas não estejam bem psicologicamente com o que se passou... mas acho que é sempre um receio.” (M4, filho de 20 meses, p. 3).

“Eu acho que elas ainda pensam pior (...)” (M5, filho de 3 anos, p. 3).

“Quando elas são abusadas ficam com um trauma... eu acho que é horrível, é para vida, eu acho que quando tem filhos... também haverá dois extremos, haverá mães que ficam muito preocupadas “será que a minha filha vai sofrer o que eu sofri?” e depois há outras que não “vou proteger para ela não sofra isso”.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 5).

4.2.3. Otimismo das inquiridas sobre o ambiente

Para se trabalhar a visão acerca do mundo é necessário abordar as questões ambientais uma vez que estas influenciam a saúde mental da população (Unvironnement Programme, 2019³) e, conseqüentemente, a sua perspetiva quanto ao mundo e à vida. Desta maneira, quatro das mulheres estudadas mostram uma visão pessimista porque, segundo as mesmas, o mundo está em mudança e os meios de comunicação evidenciam os problemas

³ Relação entre o meio ambiente e a saúde mental: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/story/cuidar-do-meio-ambiente-colabora-com-saude-mental> [Consul. 27 abr. 2023].

ambientais provocados pela indústria automóvel e as novas tecnologias. No entanto, reconhecem que parte dos problemas ambientais que hoje se vivem são causados pelo comportamento das gerações anteriores (Tabela 6).

Note-se que em algumas tabelas apenas foi seleccionada a categoria principal não se tendo discriminado as subcategorias e/ou categorias emergentes uma vez que, nesses casos, as entrevistadas não desenvolveram as suas respostas.

Tabela 6 - Otimismo sobre o ambiente

	(n=6)					
Visão sobre o ambiente	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Pessimista</i>					✓	
Mundo em mudança	✓					
Televisão evidencia esses problemas			✓			
Indústria automóvel e tecnologia intensifica os problemas ambientais			✓			
Geração anterior contribuiu para a situação atual do planeta			✓	✓		
<i>Otimista</i>						✓
Consciencialização dentro de casa e da escola		✓				
<i>De esperança</i>						
Adotar novos métodos de proteção do ambiente	✓					
Nova geração parte ativa no processo de cuidado do planeta						✓
Nova geração com mais consciência do que a anterior		✓				
<i>De desesperança</i>						
As pessoas só são limpas em casa, na rua e no que rodeia são sujas e poluem					✓	

Todavia, uma mãe que apresentou pensamentos pessimistas reconhece, ainda assim, que com determinadas medidas a situação ambiental pode melhorar. Tal mostra que existe alguma esperança por parte da mesma. Estas ideias estão expressas nas vozes das entrevistas seguintes:

“Vão sempre ser afetados porque o mundo tá’ em contaste mudança por causa... é o lixo, é o... o degelo, é... as marés que, que sofrem alterações, que provocam alterações climáticas, e... e a vida das pessoas tem que mudar. As pessoas tem que começar a pensar que... a parte que nos cabe fazer nós temos que a fazer... por isso eles vão sempre mudar.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 4).

“Porque isto já vem de trás. Os nossos pais já viveram num ambiente mais saudável do que nós. Nós já estamos a viver um bocadinho noutra ambiente diferente, isto vai se modificando de ano para ano mas

parece que começa a evolução mais rápida, cada vez... acho que vai ser inevitável... vão acabar por levar por tabela [sorrisos].” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 6).

Por fim, relativamente às duas mulheres que apresentaram uma visão otimista, é importante realçar que uma é emigrante brasileira e, comparando com a realidade brasileira com a portuguesa, esta última é, a seu ver, melhor, expressando-o da forma seguinte:

“Olha, [suspiro] isso já um assunto já vem abordado há muito anos, acho que em muitos países, até inclusive esta semana o meu filho chegou em casa dizendo que a gente tem que reciclar o lixo. De modéstia a gente já recicla, né. (...). Ele por acaso vai no infantário e no infantário também já estão tralhando isso nas crianças então penso eu que quanto mais oportunidade de ensino desde do ciclo, desde do infantário trabalharem nisso eu acho que tem de cada um nós, família, ensinar aos nossos filhos e conseqüentemente também acho que eles vão ter essa consciência que nós, nossos pais muitas vezes não tiveram.” (M2, filho de 5 anos, p. 5).

A outra entrevistada é psicóloga, tendo já, anteriormente, assumido uma visão otimista face à sociedade:

“É óbvio que eu penso no impacto que os problemas ambientais podem assumir, pois estes fazem-se sentir de modo crescente. Contudo, eu acredito veemente que as minhas filhas, à semelhança das demais crianças e jovens, podem ser parte ativa da resolução das dificuldades percebidas no presente. Efetivamente, é vital garantir um desenvolvimento sustentável para as gerações vindouras.” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 4).

4.2.4 Otimismo/confiança face às outras pessoas

Perceber o nível de confiança que as pessoas sentem em relação às outras é, também, perceber a sua visão sobre o mundo, já que vivemos numa sociedade composta por indivíduos e, muitas vezes, estas mães acabam por confiar os seus filhos a outras pessoas e entidades sociais como é o caso da escola, da igreja e das atividades extracurriculares como o desporto ou a música.

Quando questionadas precisamente sobre a sua confiança em relação às outras pessoas, estas mães tendem a ser mais assertivas, assumindo de modo claro o seu pessimismo. Exceto a entrevistada número n.º 1 que afirma que devemos confiar nas pessoas que conhecemos há muitos anos e da entrevistada n.º 6 (que já havia revelado nas questões anteriores otimismo) que, neste caso, defende o dever de confiar nas pessoas em geral e na rede de afetos, a maioria das mulheres é pessimista e desconfiada, uma vez que, para elas, a sociedade é má, perigosa, egoísta, ao contrário de antigamente (Tabela 7).

Tabela 7 - Nível de confiança das inquiridas nas outras pessoas

(n=6)

Confiança nas outras pessoas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Confiança</i>						
Pessoas que se conhece há muitos anos	✓					
Devemos confiar nas pessoas em geral e na rede de afetos						✓
<i>Desconfiança</i>						
A maioria das pessoas não são de confiar		✓				
Sociedade má e perigosa		✓		✓		
Sociedade egoísta			✓		✓	
Sociedade não é como antigamente				✓		

Assim, para estas entrevistadas a maior parte das pessoas não são de confiança:

“Minha opinião muito sincera, por experiência própria infelizmente não podemos. Mas eu ainda gostaria de acreditar que sim. Claro, vamos abrir um parêntesis, a gente sabe que ainda tem muitas pessoas boas, muitas pessoas corretas de carácter, claro, mas infelizmente para isso eu jogo 60 para 40, 60% da pessoas por experiência própria, pela minha experiência, infelizmente são não são pessoas confiáveis.” (M2, filho de 5 anos, p. 6).

“Sim, podemos e devemos confiar nas pessoas que pertencem à nossa rede de afetos e nas pessoas de um modo geral. Logicamente que a vida, a maturidade que desenvolvemos, nos ensina a seleccionar as pessoas em quem podemos confiar das que não podemos, as quais são uma minoria.” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 5).

Este tipo de pensamentos por parte das mães não abusadas não é, se se tiver em consideração os estudos sobre as mulheres abusadas sexualmente, muito distante daquilo

que será a relação de confiança das mulheres vítimas com a outras pessoas, na medida em que também estas mães têm dificuldade em confiar nos outros e exibem uma percepção do mundo, logo da sociedade, negativa (APAV, 2019b), isto é, como má e perigosa. Posto isto, o facto de terem sido ou não abusadas nesta amostra parece não condicionar aquela que é a visão das mulheres sobre o mundo. Aliás, para além da entrevistada abusada que faz parte da amostra, existem mais três mães que possuem a mesma opinião negativa.

4.2.5. Otimismo para o futuro em relação à ação sobre a violência familiar e a denúncia do abuso sexual

A posição das entrevistadas sobre aquilo que será o futuro da violência familiar foi um dos indicadores utilizados para perceber a sua visão sobre o mundo. Bem como no item sobre o ambiente e a sociedade, a entrevistada n.º 2 assume uma conceção otimista quanto à diminuição da violência nos próximos 5 anos, pois, segundo a mesma, as famílias procuram, paulatinamente, educar e viver num ambiente de paz (Tabela 8).

Tabela 8 - Otimismo das inquiridas sobre a violência familiar

	(n=6)					
Otimismo face à violência	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Pessimista</i>						
A comunicação social mostra muita violência	✓					
A justiça é falha e branda	✓					
Sociedade violenta	✓				✓	
A conjuntura económica da família pode agravar esta violência			✓			
Pessimismo em relação ao futuro			✓			
Redes sociais vieram contribuir para a violência				✓		
<i>Otimista</i>						
As pessoas querem criar os filhos num lar saudável		✓				
Não possui opinião formada apenas defende que a repressão social e as medidas contribuem para o decréscimo						✓

O facto desta mulher possuir uma visão otimista poderá ser justificada pela teoria de Marafon e Scortegagna (2017) de que as mães abusadas tendem a fazer aos seus filhos o que esperavam que fizessem com elas.

A entrevistada n.º 6 afirmou não conseguir responder à questão, contudo, acredita que com as devidas medidas e a reprovação social esta problemática pode vir a diminuir: “Não consigo afirmar se a violência vai registar um acréscimo, mas acredito que as medidas punitivas e a reprovação social podem e devem incrementar.” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 6).

Em contrapartida, numa perspetiva pessimista ao porvir da violência familiar, a maioria acredita que a violência sexual não virá a diminuir tendo em consideração as notícias que leem e veem todos os dias, quer nos meios de comunicação convencionais quer nos digitais e redes sociais, e devido ao facto da justiça ser leve face à sociedade violenta:

“Quer dizer, eu não sei se vai diminuir ou não... eu acho que neste momento... [pausa]... lá está, a comunicação social bombardeia todos os dias com essas notícias e acho que a justiça é branda para os agressores, porque se a justiça fosse pesada com os agressores, acho que dissuadia muitos de fazer.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 9).

Além disso, a entrevistada n.º 3 acrescenta que a conjuntura económica das famílias pode, igualmente, ser um fator para o aumento da violência intrafamiliar:

“É difícil, mas... se vai diminuir ou aumentar... eu acho que as pessoas estão um bocadinho intolerantes e depois depende principalmente da conjuntura financeira, porque uma pessoa vê sempre tudo a aumentar, tudo a aumentar e começa a dizer “meu Deus tenho este ordenado para gerir, tenho que pagar isto, tenho esta conta e esta” e o fator económico acaba por ter um peso grande.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 10).

A ideia que as inquiridas possuem face à rapidez na denúncia de casos de abuso sexual revela, em parte, a sua perceção sobre o mundo. Ao contrário dos itens anteriores, nesta questão a generalidade das mulheres é otimista. Apesar de precedentemente os meios de comunicação serem mencionados como transmissores e justificadores para uma visão mais

derrotista da realidade, neste cenário, os mesmos são citados, assim como a escola, como instrumentos essenciais no incentivo à denúncia (Tabela 9).

Tabela 9 - Otimismo das inquiridas sobre a denúncia de casos de abuso

Otimismo face à violência	(n=6)					
	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Pessimista</i>						
Existe medo de denunciar	✓					
Sociedade violenta provoca receio em denunciar	✓					
Vergonha em denunciar					✓	
Demora na tomada de decisão em denunciar					✓	
Descrença em relação à justiça					✓	
Denunciar implica reviver a situação					✓	
<i>Otimista</i>						
Os meios de comunicação incentivam a denúncia		✓	✓			✓
A escola contribuiu para disseminação de informação e da denúncia			✓			
Mais cedo ou mais tarde as mulheres vão denunciar				✓		
Ainda existem coisas a melhorar						✓

Esta ideia já foi defendida por estudiosos como Manfio, Radichi, Rodrigues, Souza, Nascimento, Barbosa e Santiago (2021) sobre o papel da escola e Krell e Amador (2015) sobre os meios de comunicação e o meio escolar.

No entanto, ainda que declarem uma posição positiva, a entrevistada n.º 6 realça que existem coisas a melhorar, mesmo que, segundo a M4, as mulheres acabem, mais cedo ou mais tarde, por denunciar os casos de abuso sexual:

“Olha por tudo o que a *media* anda falando penso que sim. Penso que sim, que pessoas que se forem realmente violentadas ou violadas ou agredidas até verbalmente ou fisicamente sim, penso que denunciam.” (M2, filho de 5 anos, p. 10).

Esta ideia revela-se contrária ao estudos de Santos (2013) e Nunes e Morais (2018) que afirmam que as mulheres acabam por não denunciar devido ao medo.

As mães n.º 1 e n.º 5 são as únicas que reconhecem que o medo e a vergonha em denunciar, o receio do que advém da acusa devido à demora na tomada de decisão, aspetos apresentados por Rezende (2013), Borges e Dell’Algio (2008), CHUCUW (2011), Paulino (2018), Santos (2013) e Nunes e Morais (2018), a ineficácia da justiça e a necessidade de reviver os momentos em pensamento e no processo de denúncia são alguns fatores que contribuem para a opinião que a denúncia dos casos de abusos sexual não tende a ser mais rápida nos próximos anos. É necessário sublinhar que as entrevistadas n.º 1 e n.º 5 assumiram vivenciar episódios de violência doméstica em algum momento da sua vida. Portanto, esta percepção sobre o processo de denúncia poderá encontrar-se *minada* sobre aquilo que foi a sua realidade, considerando, deste modo, a sua experiência e vivência. Abaixo encontram-se as narrativas destas entrevistadas:

“As pessoas sabem que devem denunciar só que muitas vezes pensam... no... no que é que vai acontecer depois de denunciar porque as pessoas veem os agressores a... a ser ouvidos em tribunal, saírem em liberdade, irem comentar o mesmo crime, matam e.. e matam quem, quem ajudou a vítima, e.... hum... e acham que estão impunes porque o mal da justiça é que não atua convenientemente e com mão pesada e os agressores acham que ficam impunes...” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 10).

“Portanto, na parte das denúncias não sei como irá evoluir porque quando é forte e nos magoa mesmo, mesmo que haja vontade de denunciar pensamos que vamos ter nos expor, vou ter relatar tantas vezes, a justiça vai fazer alguma coisa? Porque a justiça também não protege... há sempre ali uma virgulazinha a proteger o agressor...” (M5, filho de 3 anos, p. 7).

4.2.6. Concepções sobre o que as mulheres abusadas imaginam para o futuro em relação à ação sobre a violência e denúncia do abuso

Ao serem questionadas sobre como imaginam o otimismo das mulheres abusadas sexualmente face à diminuição da violência familiar e ao aumento da denúncia de casos de abuso sexual, todas consideram que as mulheres vítimas de abuso sexual tenderiam a acreditar que a violência familiar não irá diminuir, alegando que estas mães têm uma visão negativa sobre o mundo já que são traumatizadas (Tabela 10), como se lê nos excertos seguintes:

“Eu acho que pensam o mesmo. (...). Sim... se não forem bem acompanhadas e, e... eu acho que mesmo que com um bom acompanhamento o trauma fica lá...” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 10).

“Alguém que foi abusado sexualmente lidou de modo muito próximo com umas das piores e mais invasivas formas de violência. Como tal, dadas as suas vivências, a temática da violência poderá marcar essa pessoa de modo mais significativo e essa temática será alvo de maior preocupação” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 6).

Tabela 10 - Percepção sobre o otimismo das mulheres abusadas sobre a violência familiar

(n=5)

Percepção sobre o otimismo face à violência	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Pessimista</i>		-	✓			
Estas mulheres têm uma visão negativa sobre o mundo	✓	-			✓	
São traumatizadas	✓	-		✓		✓

Quanto ao processo de denúncia destes crimes, existem mães, como é caso das entrevistadas n.º 1 e n.º 5, que acreditam que estas mulheres abusadas não irão denunciar mais rápido devido às mesmas razões apresentadas quando foram questionadas sobre elas mesmas. Esta ideia já existia nas investigações de Rezende (2013), Borges e Dell’Algio (2008), CHUCUW (2011), Paulino (2018), Santos (2013) e Nunes e Moraes (2018).

As entrevistadas acrescentam, ainda, que a falta de apoio durante o processo de denúncia poderá ser um fator que atrasa ou impede a denúncia dessas mães (Tabela 11).

Tabela 11- Percepção sobre o otimismo das mulheres abusadas sobre a denúncia de casos de abuso

(n=5)

Percepção sobre o otimismo face à denúncia	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Pessimista</i>						
Existe vergonha em denunciar	✓	-				
Sentimento de culpa	✓	-				
Medo das ameaças que possam vir a ocorrer depois da denúncia	✓	-				
Falta de apoio psicológico durante e após a denúncia	✓	-				
É preciso estar bem psicologicamente para reviver os momentos aquando da denúncia		-				✓
<i>Otimista</i>						
Os meios de comunicação incentivam à denúncia	✓	-				
O facto de não terem tido apoio no passado faz com que agora sejam o apoio de outros/as		-	✓			
Dado o seu passado não aceitam que lhes aconteça mais nada		-		✓		
Caso haja um maior proteção às vítimas e a justiça melhorarem		-				✓

Os excertos seguintes ilustram a ideia anterior:

“No sexual acho que é um bocadinho mais difícil. (...) Há vergonha. (...) nos meios de comunicação social, sempre a falar-se sobre o assunto, sempre a dizer para denunciarem, e mesmo a polícia já tem brigadas especiais para acolhere essas queixas e acho que sim... que... ainda há muito trabalho a fazer (...)” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 11).

“Eu acho que elas têm de estar muito bem resolvidas psicologicamente e ter bastante força par relatar várias vezes a situação para denunciarem porque senão vão se calar porque vão ter vergonha, não é fácil estar sempre a reviver e a relatar essa história.” (M5, filho de 3 anos, p. 7).

Sob outra perspetiva, a própria vivência do abuso foi apresentada, por quatro mães não abusadas, associada a um incentivo dos mass media para a denúncia, defendendo a ideia que as mulheres vítimas irão denunciar mais rápido este crime:

“(...) Eu acho que sim porque se calhar elas também... aquelas que sofreram na pele não tiveram ninguém que falasse por elas e... e elas ao verem uma situação semelhante à que passaram eu acho que elas tomam essa atitude.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 11).

Esta opinião é reforçada pela teoria de Lange, Condon e Gardner (2019) sobre a procura, por parte destas mães, do fim da intergeracionalidade deste crime.

4.2.7. Otimismo em relação à segurança no contexto onde vive

4.2.7.1 Otimismo sobre a segurança do local onde vivem

A visão acerca do mundo é, identicamente, percecionada pela sensação de segurança que as entrevistadas têm acerca do local onde vivem. Assim, todas o caracterizam como um lugar seguro, tranquilo onde não existe criminalidade e os vizinhos são tranquilos. Porém, a M4 e M5 aparentam ter uma visão de desesperança na medida em que consideraram que o local onde vive já foi melhor, já não é 100% seguro e que tenderá a piorar (Tabela 12).

Tabela 12 - Otimismo sobre a segurança do local onde vivem

	(n=6)					
Otimismo face à segurança do local onde vive	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Seguro</i>				✓	✓	✓
Ausência de criminalidade	✓	✓	✓			
Vizinhos tranquilos			✓			

Tal visão pode dever-se à visão pessimista que anteriormente foram apresentando acerca das pessoas, da violência e da sociedade em si:

“Num, num temos grandes problemas de, de criminalidade, de assaltos, de... num... os miúdos podem vir a pé da escola para casa, da casa para a escola, podemos ir ao supermercado sossegadas sem medo de ser assaltados... hum... é um sítio seguro.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 6)

“Ele é seguro... acho que agora em todo o lado não há um sítio 100% seguro...” (M4, filho de 20 meses, p. 4).

“É uma pergunta bastante difícil... neste momento considero um local seguro, mas não sei por quanto tempo porque cada vez mais nós vemos esta... os próprios vizinhos a pegarem-se uns com os outros por coisas fúteis... neste momento é, mas duvido que seja por muito tempo.” (M5, filho de 3 anos, p. 4).

4.2.7.2 Concepções acerca do que as mulheres abusadas pensam sobre o local onde vivem

Em contrapartida à sua realidade, para estas mulheres, as mães abusadas tendem a considerar o local onde vivem inseguro na medida em que para estas “não existem lugares seguros”, o sentimento de segurança foi quebrado bem como o facto de o crime ter ocorrido no local onde vive ou arredores pode contribuir para essa sensação de insegurança (Tabela 13).

Tabela 13 - Percepção do optimismo das mães abusadas sobre a segurança do local onde vivem

	(n=5)						
Percepção do optimismo das mães abusadas sobre a segurança do local onde vivem	M1	M2	M3	M4	M5	M6	
<i>Inseguro</i>				✓			
Não há lugares seguros para estas mulheres	✓	-			✓		
Se ocorreu o abuso nesse local ou num local próximo	✓	-	✓				
Sentimento de segurança foi quebrado		-				✓	

Esse sentimento de insegurança mencionado pelas entrevistadas é comprovado teoricamente pela APAV (2019b) que revela que estas mães possuem um nível de insegurança superior às demais. Esta concepção encontra-se representada nos excertos seguintes:

“O abuso sexual, eu acho que se for dentro de casa, eu acho que para essas mães... não há locais seguros, porque se o local supostamente seguro não foi seguro, acho que o medo que é muito grande... depende muito... e depois se também se foi na rua também vão ter medo de andar na rua, vão ter medo que o filhos andem na rua...” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 6).

“É assim, se elas se encontrarem onde isso aconteceu, mais ou menos ali à volta se calhar podem ter o pensamento que não é um local tão seguro... e depois depende se o abuso aconteceu há muito ou há pouco, depende do acompanhamento que cada uma tenha se faz terapia ou não... acho que vai influenciar...” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 8).

“Nenhum lugar é seguro para estas mães por causa da vivencia que infelizmente tiveram.” (M5, filho de 3 anos, p. 5).

“(...) uma mulher abusada sexualmente pode apresentar maior dificuldade na percepção de um ambiente como sendo seguro, pois em termos cognitivos essa segurança foi quebrada” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 5).

4.2.8. Otimismo face à educação dos filhos

4.2.8.1. Otimismo sobre educar uma criança e concepção sobre o otimismo das mães abusadas sexualmente

No que concerne ao otimismo das entrevistadas face à facilidade ou dificuldade em educar uma criança, excetuando a M6 que afirma ser algo desafiante, mas prazeroso, as restantes mulheres possuem uma visão pessimista declarando ser uma tarefa muito difícil na medida em que são vários os estímulos externos, como a internet e as tecnologias que também educam, é algo que implica dedicação e tempo, uma boa relação entre pais – ideia, igualmente, defendida por Mondim (2008) – e implica possuir uma atitude firme e equilibrada (Tabela 14).

Tabela 14 - Otimismo sobre educar uma criança

	(n=6)					
Otimismo sobre educar uma criança	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Otimista</i>						
É prazeroso, mas desafiante						✓
<i>Pessimista</i>						
Estímulos externos (internet, amigos, novas tecnologias)	✓				✓	
Exige dedicação e tempo		✓		✓		
Exige que exista uma boa relação entre pais		✓				
Necessidade de ser firme na atitudes e palavras			✓			
Difícil encontrar um equilíbrio entre dizer “sim” e “não”			✓			

Esta opinião não é única neste estudo, trabalhos como o do João Santos (2011) revelam que a vivência da maternidade e paternidade é considerada difícil pelos pais, pois, entre várias coisas, existem “conflitos entre gerações, o que fazia ser uma experiência muito difícil e pesada” (Santos, 2011, p. 14) como também a globalização trouxe desafios na educação (Santos, 2011). O mesmo acontece neste estudo devido às novas tecnologias que outrora não eram ameaças para a maternidade, como explicitam as narrativas das entrevistadas seguintes:

“[Risos] é difícil, os estímulos exteriores são muito grandes, as ... as novas tecnologias... é difícil... é difícil educar uma criança. Claro que é difícil.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 6).

“Não. pode ter certeza que é a tarefa mais difícil complexa que qualquer ser humano possa ter.” (M2, filho de 5 anos, p. 8).

“Muito difícil (...). É o tal encontrar o equilíbrio porque temos que dizer muitos não, as vezes apeteçemos dizer não e até dizemos sim e depois se calhar depois dizemos assim “pronto, ela está assim porque eu deveria ter dito não e disse sim”.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 8).

De igual modo, a concepção destas mães sobre o otimismo das mulheres vítimas em educar também é negativo, porém, as razões para isso são diferentes. Fatores como o medo que passem pelo mesmo, a sensação de insegurança e desconfiança em relação aos outros e

a necessidade de protegê-los de tudo, prevalecem como indicadores para tornar esta tarefa mais difícil para estas mães (Tabela 15).

Tabela 15 - Percepção do otimismo das mães abusadas em educar uma criança

(n=4)

Percepção do otimismo das mães abusadas em educar uma criança	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Pessimista</i>		-	✓			
Medo que passem pelo mesmo	✓	-			✓	
Procuram proteger de tudo		-			✓	
Tudo é uma ameaça		-			✓	
Difícil confiar em alguém		-			✓	
Implica desafios emocionais que já estão fragilizados		-				✓
<i>Não responde/não sabe</i>		-		✓		

Montgomery, Seng e Chang (2021) confirmam estas ideias quando concluem que estas mães têm medo de não serem boas o suficiente para conseguirem proteger os seus filhos e filhas dos perigos tornando-se superprotetoras. Em contrapartida, se considerarmos as respostas da M2 (vítima de abuso) sobre este aspeto, ela não expõe dificuldades relativas ao medo, desconfiança ou receio dos perigos, mas antes a pontos relacionados com o tempo e dedicação que exige uma criança.

Neste ponto, destaca-se a M3 que não conseguiu responder à questão por não ter um opinião formada sobre o assunto. As narrativas de M4 e M6 são as seguintes:

“Eu acho que elas... essas mães para elas tudo é difícil, pelo menos é assim que eu penso e é essa ideia que eu tenho primeiro pela falta de proteção e falta de empatia de toda a gente, porque são poucas aquelas mães ou aquelas mulheres que falam, elas tornam-se fechadas e não conseguem... e tudo para elas é uma ameaça para aquele anjinho (...), mas ao mesmo tempo têm uma tarefa mais difícil porque elas próprias sentem-se na obrigação de passar confiança mas elas não têm essa confiança porque ninguém as protegeu, por isso eu acho que ainda é pior do que nós. Não as diferenciando, mas elas acabam por ser mais difícil para elas.” (M4, filho de 3 anos, p. 6).

“Educar é uma tarefa desafiante e nessa situação especifica implica lidar com outros desafios emocionais que podem ou não edificar diferentes dificuldades.” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 5).

4.2.8.2. Otimismo face ao futuro da prevenção do abuso decorrente da educação sexual nas escolas e concepções sobre o otimismo das mães abusadas sexualmente

A educação sexual nas escolas tem um papel importante no processo de denúncia e prevenção do abuso sexual (Machadeiro, 2018). Perceber o otimismo das mães no que toca ao futuro da prevenção do abuso através da educação sexual nas escolas possibilita entender que posição assumem estas mulheres em relação à educação sexual nas escolas.

À exceção da M5 que diz que nas escolas apenas se abordam temas de modo camuflado e estratégico e da M6 que defende o atraso que se vive nas escola ao nível da educação sexual, as restantes mães assumem uma postura otimista reconhecendo a necessidade desta matéria no processo de denúncia, prevenção e informação das crianças (Tabela 16).

Tabela 16 - Otimismo face ao futuro da prevenção do abuso decorrente da educação sexual nas escolas

	(n=6)					
Otimismo sobre educar uma criança	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Otimista</i>			✓			
É necessário	✓	✓				
Informa as crianças/acaba com a curiosidade	✓			✓		
Previne o abuso	✓					
Ajuda a denunciar os casos de abuso	✓					
A televisão incentiva que se fale mais deste assunto na escola		✓		✓		
<i>Pessimista</i>						
O que falam nas escola é o politicamente correto					✓	
Ainda está atrasado, é preciso falar mais						✓

A entrevistada M6 explica da seguinte forma o atraso da escola na educação sexual:

“Gostaria de lhe dizer, sem qualquer entrave, que sim. Mas se observarmos atentamente a educação sexual nas escolas dá passos muito lentos, com avanços e retrocessos. É fulcral falar de sentimentos, afetos, sexualidade e concomitantemente da prevenção do abuso sexual. No nosso país esta área deveria ter maior visibilidade, nomeadamente junto das classes mais jovens começando pelo pré-escolar.” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 7).

A percepção da existência de um atraso da escola ao nível da educação sexual foi já assinalada em 2018 por Machadeiro (2018). Algumas mulheres defendem, tal com Machadeiro (2018), Manfio et al. (2021) e Krell e Amador (2015), que os meios de comunicação como a televisão têm sido excecionais no incentivo desta disciplina e abordagem do tema:

“Acho que é muito importante que se fale nisto nas escolas para que as crianças... porque muitas vezes me casa os pais não falam nesses assuntos, as crianças muitas vezes acham que é normal e então acho que quanto mais se falar nas coisas (...). Quanto mais as crianças souberem dessas coisas acho que mais facilmente denunciarão.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 12).

4.3. Estilos e dimensões parentais

4.3.1 Estilos e dimensões parentais das mães

Para a análise dos estilos e dimensões parentais das mulheres e as suas conceções sobre as dimensões e estilos parentais das mães abusadas foi-lhes solicitado que seleccionassem, das opções que seriam enunciadas (frases que caracterizavam o estilo autoritativo, autoritário e permissivo), aquela com que mais se identificassem na forma de educar os/as seus/suas filhos/filhas e como concebiam a forma de educar das outras mães vítimas de abuso sexual.

Neste caso, todas as mulheres afirmaram ser autoritativas posto que impõem limites à criança, contudo, procuram ouvi-las. Estes critérios marcam este estilo segundo Santos (2019), Hennig (2008), Miškulin et al. (2021) e Landi (2019). Pacheco, Silveira e Schneider (2008) concluíram que a maioria das mães afirmam ser autoritativas, situação presente neste estudo nos dois tipos de mulheres (abusadas ou não) (Tabela 17).

Tabela 17 - Estilos e dimensões parentais das entrevistadas

Estilo parental	(n=6)					
	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Autoritária</i>						
Reconhece que apesar de ouvir a criança e impor os limites assume que, às vezes, usa a força			✓	✓		

Tabela 18 - Estilos e dimensões parentais das entrevistadas (continuação)

Estilo parental	(n=6)					
	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Permissiva</i>						
Existem situações na vida que serão os filhos que terão de assumir decisões e a respetiva responsabilidade					✓	
<i>Autoritativa</i>						
A criança precisa de limites	✓		✓		✓	✓
Deve-se ouvir o que a criança têm a dizer	✓	✓		✓	✓	
É importante conversar com a criança e explicar-se o porquê das suas decisões		✓		✓		
Define limites, mas está lá para apoio quando eles tomam más decisões					✓	

As narrativa categorizadas como autoritativas de M1 e M2 são as seguintes:

“É assim, se forem crianças, limitem têm que haver, porque senão eles julgam que podem fazer tudo, mas se nós podermos ouvir a opinião deles e fazer de acordo [suspiro], estabelecer os limites, mas de acordo com aquilo que a criança mais gosta, também acho que, que se pode unir as duas coisas.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 22).

“Eu procuro sim ouvir o que o filho quer mas quando eu acho, eu e o meu esposo, achamos que aquilo não é bom para ele a gente conversa e explica (...) e ele acata.” (M2, filho de 5 anos, p. 19).

É de realçar que duas mulheres além de se identificarem com o estilo autoritativo reconheceram que assumem, simultaneamente, características autoritárias, nomeadamente, o uso da força, apesar de confessarem que após o fazerem se sentem mal. Esta característica pode justificar-se pela facto de as mães, ainda que não seja propositado, acabarem por perpetuar alguns aspetos negativos da sua educação com os seus filhos (Pinto & Colossi, 2017), como se observa nos excertos seguintes das entrevistas:

“Depois a primeira tem aí o uso da força e eu... (...) eu é uma coisa que sim... é uma coisa que me custa muito porque depois eu fico quase que doente porque não devia ter feito isso, deve ter sido mais tolerante e não devia ter chegado àquela parte.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 18).

“É assim, eu tenho um bocadinho da primeira também. O meu filho tem um feitio muito vincado e às vezes mesmo falando, falando, falando, é preciso arregalar os olhos e segurar para ele perceber, mas ao

mesmo tempo às vezes tento acalmá-lo e explicar... tenho as duas partes.” (M4, filho de 20 meses, p. 11).

Além disso, uma mãe afirma ser, concomitantemente, permissiva ao acreditar que existem situações na vida em que o filho terá de tomar decisões e assumir a responsabilidade das mesmas:

“Entre a B e a C. Eu acho que é bastante importante eles saberem os limites e nós pais temos de os ouvir e os orientar, temos de os ajudar, mas há certas coisas que eles é que têm de tomar a decisão, eles se correr menos bem nós só temos de estar lá para amparar e para ajudar porque eles é que têm de ser responsáveis pelas decisões deles, o que eles decidirem de bom, perfeito e maravilhoso o que eles decidirem de mau vai ser uma aprendizagem. Nós só temos de estar lá para os apoiar, mas eles ao mesmo tempo têm de saber os limites que têm, dali não podem passar.” (M5, filho de 3 anos, p. 12).

Por outro lado, aplicou-se o inquérito sobre os estilos e dimensões parentais de modo anónimo para entender se realmente as mães praticam os estilos que afirmaram na entrevista. O facto de ser anónimo permite que estas mulheres não sintam necessidade de responder o que é socialmente aceitável. Para isso, como já referido no tratamento de dados, no SPSS foram somados os itens que correspondem ao estilo autoritativo, permissivo e autoritário sendo a sua soma dividida pelo número de itens obtendo-se, assim, a média de respostas das inquiridas, procedendo-se, deste modo, à interpretação dos respetivos resultados. Foi feita a soma dos itens de cada subescala parental e calculada a respetiva média de modo a estudar em quais subescalas as mães mais se inserem. O inquérito foi aplicado apenas a 5 mulheres uma vez que a M6 não conseguiu participar devido a problemas pessoais que surgiram durante a aplicação dos inquéritos por questionário.

Conclui-se que as inquiridas respondem em conformidade com as entrevistas, uma vez que a média do estilo autoritativo (4.07) é superior à do estilo autoritário (2.35) e do permissivo (2.84) (Tabela 18).

Esta ideia é reforçada se tivermos em consideração os resultados da análise descritiva da médias de cada estilo. Como se consegue observar na tabela 18, a média de respostas no estilo autoritativo centra-se entre o “algumas vezes” (3), “bastantes vezes” (4) e o “sempre”

(5). Estas mulheres não são, tal como disseram, autoritárias uma vez que a média das respostas centra-se entre o “nunca” (1) e “poucas vezes” (2). É normal a existência de valores no “poucas vezes”, pois certas mães confessaram na entrevista que em alguns momentos eram mais agressivas. No entanto, tendem a ser mais permissivas do que aquilo que declaram nas entrevistas, dado que os valores médios são mais elevados do que o autoritário.

Tabela 19 - Médias de inquiridas e média total em cada estilo parental

(n=6)

Médias dos estilos	Autoritativo	Autoritário	Permissivo
< 1.4			
1.5 -2.4		2	1
2.5-3.4	1	3	4
3.5-4.3	2		
4.5-5	2		
<i>Média total</i>			
	4.07	2.35	2.84

Nota: os valores vão de 1 a 5 sendo que 1 = nunca, 2 = poucas vezes, 3 = algumas vezes, 4 = bastantes vezes e 5 = sempre.

Ao observar-se detalhadamente cada item e as suas subescalas destacam-se os seguintes resultados:

- No estilo autoritativo, nos itens 7, 9, 12, 14 e 25 a maioria responde como fazendo/ocorrendo sempre. Nos Itens 11 e o 31, a generalidade das inquiridas seleciona a opção “bastantes vezes” (Tabela 19).

Como se observa na tabela 19, é na subescala regulação, nomeadamente nos itens 30 e 11 que se observa a maior frequência de atitudes, uma vez que os valores rondam o “bastantes vezes” com médias próximas ao “sempre”. As atitudes parentais associadas à subescala de cedência de autonomia são as que as inquiridas menos praticam.

Tabela 20 - Valores médios por item no estilo autoritativo

(n=6)

Itens	Valores médios
<i>Apoio e afeto</i>	4.1
1. Dou resposta aos sentimentos e necessidades do(a) meu/minha filho(a)	4.2
7. Incentivo o(a) meu/minha filho(a) a falar dos seus problemas	4.6
12. Quando o(a) meu/minha filho(a) está chateado(a), dou-lhe apoio e consolo	4
14. Elogio o(a) meu/minha filho(a) quando se comporta ou faz algo bem	4

Tabela 21 - Valores médios por item no estilo autoritativo (continuação)

(n=6)

Itens	Valores médios
27. Tenho momentos especiais e calorosos com o(a) meu/minha filho(a)	3.8
<i>Regulação</i>	4.2
5. Explico ao(à) meu/minha filho(a) como me sinto quando se porta bem e quando se porta mal	4.2
11. Saliento as razões das regras que estabeleço	4.4
25. Explico ao(à) meu/minha filho(a) por que razões as regras devem ser obedecidas	4
29. Ajudo o(a) meu/minha filho(a) a perceber o resultado do seu comportamento incentivando-o(a) a falar acerca das consequências das suas ações	4
31. Explico ao(à) meu/minha filho(a) as consequências do seu comportamento	4.4
<i>Cedência de autonomia</i>	3.88
3. Tomo em conta o que o(a) meu/minha filho(a) quer ou deseja antes de lhe pedir para fazer algo	3.4
9. Incentivo o(a) meu/minha filho(a) a expressar-se livremente, mesmo quando não está de acordo comigo	4.6
18. Tomo em conta as preferências do(a) meu/minha filho(a) quando faço planos familiares	3.6
21. Demonstro respeito pelas opiniões do(a) meu/minha filho(a) incentivando que as expresse	4.4
22. Permito que o(a) meu/minha filho(a) dê a sua opinião relativamente às regras familiares	3.4

Nota: os valores vão de 1 a 5 sendo que 1 = nunca, 2 = poucas vezes, 3 = algumas vezes, 4 = bastantes vezes e 5 = sempre.

- No estilo autoritário, como se constata na tabela 20, a hostilidade verbal é a subescala parental mais exercida com uma média de 2.8, salientando-se os itens 13 e 23 com os valores próximos de “bastantes vezes”.

Segue-se a coerção física (2.3) onde o agarrar o filho quando ele é desobediente é a que observa com mais frequência. Olhando para o item 2 e os itens 6 e 32, verifica-se que as mães no início respondem tendo em consideração o que é socialmente aceitável acabando por, no final do inquérito, revelar que algumas vezes castigam fisicamente os seus filhos.

Tabela 22 - Valores médios por item no estilo autoritário

(n=6)

Itens	Valores médios
<i>Coerção física</i>	2.3
2. Castigo fisicamente o(a) meu/minha filho(a) como forma de o(a) disciplinar	1.8
6. Dou uma palmada ao(à) meu/minha filho(a) quando ele(a) é desobediente	2.2
32. Dou uma palmada no(a) meu/minha filho(a) quando se porta mal	2

Tabela 23 - Valores médios por item no estilo autoritário (continuação)

(n=6)

Itens	Valores médios
19. Agarro o(a) meu/minha filho(a) quando ele(a) é desobediente	3.2
<i>Hostilidade verbal</i>	2.75
13. Grito ou falo alto quando o(a) meu/minha filho(a) se porta mal	3.2
16. Enfureço-me com o(a) meu/minha filho(a)	2.2
23. Ralho e critico para fazer o(a) meu/minha filho(a) melhorar	3.2
30. Ralho e critico quando o comportamento do(a) meu/minha filho(a) não corresponde às minhas expectativas	2.4
<i>Punição</i>	2.0
4. Quando o(a) meu/minha filho(a) pergunta por que razão tem que obedecer, respondo: "Porque eu digo" ou "Porque sou teu/tua pai/mãe e quero que o faças"	2
10. Castigo o(a) meu/minha filho(a) retirando-lhe privilégios com poucas ou nenhuma explicação	2
26. Uso ameaças como forma de castigo com poucas ou nenhuma justificações	2.6
28. Castigo o(a) meu/minha filho(a) colocando-o(a) algures sozinho(a) com poucas ou nenhuma explicação	1.8

Nota: os valores vão de 1 a 5 sendo que 1 = nunca, 2 = poucas vezes, 3 = algumas vezes, 4 = bastantes vezes e 5 = sempre.

- No estilo de educação permissivo, como se examina na tabela 21, o item 24 exhibe a maior média em virtude de todas as mães reconhecerem que estragam os seus filhos com mimos.

A média da afirmação 8 sobre a dificuldade em educar os filhos, mostra a consonância destas respostas com as das entrevistas, já que nenhuma mãe selecionou a opção "nunca". De entre as atitudes parentais de indulgência, a cedência à birra é aquela que estas mães menos fazem.

Tabela 24 - Valores médios por item no estilo permissivo

(n=6)

Itens	Valores médios
<i>Indulgência</i>	2.84
8. Acho difícil disciplinar o(a) meu/minha filho(a)	3
15. Ceddo ao(à) meu/minha filho(a) quando faz uma birra por qualquer coisa	2
17. São mais as vezes em que ameaço castigar o(a) meu/minha filho(a) do que aquelas em que realmente o(a) castigo	2.8
20. Dito castigos ao(à) meu/minha filho(a) mas realmente não os aplico	2.6
24. Estrago o(a) meu /minha filho(a) com mimos	3.8

Nota: os valores vão de 1 a 5 sendo que 1 = nunca, 2 = poucas vezes, 3 = algumas vezes, 4 = bastantes vezes e 5 = sempre.

Em suma, as respostas das inquiridas não parecem afastar-se significativamente do que já haviam dito nas suas entrevistas.

4.3.2 Concepções sobre os estilos e dimensões parentais de mães abusadas sexualmente

No que concerne à percepção destas mães verificou-se que a opinião das inquiridas percorre os três estilos. A entrevistada n.º 1 defende que fatores como a idade das mães pode influenciar o estilo educativo, ou seja, ser autoritária se forem mais novas ou autoritativas quando mais velhas, já a entrevistada n.º 3 declara que estas mães tenderão a assumir a mesma postura que ela, ou seja, autoritárias quando usam a força e autoritativas porque procura ouvir os/as filhos/as e impor-lhes limites (Tabela 22).

Tabela 25 - Percepção sobre os estilos e dimensões parentais de mães vítimas de abuso sexual

(n=5)

Percepção sobre o estilo parental	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Autoritária</i>			✓			
Depende de fatores como o modo de ver a vida e a idade: quanto mais novas mais autoritárias	✓					
<i>Permissiva</i>						
Quando o filho é fruto do abuso a mãe não quer saber dele, portanto, deixa-o fazer o que ele quiser		✓				
<i>Autoritativa</i>			✓			
Depende de fatores como o modo de ver a vida e a idade: quanto mais velhas mais autoritativas	✓					
Possuem característica deste estilo, mas são mais rígidas devido ao medo que os filhos sofram o mesmo que elas				✓	✓	
Se tiver bem psicologicamente é possível que consiga ouvir e impor limites à criança		✓				
Devido ao seu passado não partirá para a violência					✓	
<i>Não responde</i> , pois, considera que não é possível generalizar as mulheres abusadas sexualmente						✓

A M3 concorda com Santos e Dell'Aglio (2008) quando estes expõem que as mães abusadas tendem a assumir estilos educativos marcados pela agressividade.

Enquanto isso, a mulher n.º 2 afirma que se o filho for fruto do abuso estas mães tenderão a ser permissivas, pois não possuem relação afetiva com os/as filhos/filhas deixando-os/as fazer o que entenderem. Diz, igualmente, que se a mulher estiver bem psicologicamente consegue ser autoritativa, porém, será mais rígida do que as outras devido

ao temor que os seus descendentes sofram o mesmo que elas. Esta ideia também defendida pelo mulher n.º 4 e 5:

“Eu acho que as mães abusadas... acho que elas pensam sempre mais do que nós... acho que a minha resposta vai-se sempre enquadrar nesse aspeto... acho que ser assim mais rígida não querem que os filhos não sofram como elas, podem ter esses medos... se calhar a C.” (M4, filho de 20 meses, p. 12).

“Eu acho que elas se enquadram mais na C porque acho que uma mulher abusada sexualmente não vai partir para violência mas também não vai dar total liberdade para tudo, vai ter sempre aquela coisa da proteção, dos limites, por isso acho que se vai enquadrar mais na C.” (M5, filho de 3 anos, p. 13).

Revela-se interessante analisar a resposta da M2, porque, para além de ter sido abusada e do seu filho não ser fruto desse abuso, ela própria confirma, ao assumir que é autoritativa, a sua ideia sobre as mães abusadas. Esta participante que é vítima acaba por confirmar os estudos de Lange, Condon e Gardner (2019) e de Borelli et al. (2019) de que estas mães têm medo que os filhos/filhas passem pelo mesmo assumindo determinadas posturas educativas de modo a protegê-los. Este resultado acompanha as observações de DiLillo e Damashek (2003) que explicam que as mulheres abusadas têm menos energia para educar os seus filhos de forma mais severa e afirmativa e a reforça as conclusões de Nunes e Morais (2018) com o relato da vítima Ana que não sentia nada pelo filho fruto do abuso.

Estas respostas vão ao encontro aos textos de Lange, Condon e Gardner (2019) e de Borelli et al. (2019) e DiLillo e Damashek (2003), que afirmam que a vivência de um episódio de abuso sexual influencia diretamente no estilo educativo e competências parentais destas mães.

Deve destacar-se a mãe n.º 6 que não quis responder a esta questão, dizendo que não pode generalizar as mulheres vítimas de abuso sexual num único perfil parental.

4.4. Grau de liberdade que dão a filhos/as

4.4.1 Grau de liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas

Para entender o grau liberdade que estas mulheres dão aos/às seus/suas filhos/filhas colocaram-se questões referentes à liberdade que estas dão para os menores poderem

brincar em casa de amigos, vizinhos e familiares, dormir em casa de amigos da escola e familiares, bem como se estas se sentem confortáveis em deixar os descendentes sozinhos com outras pessoas e se aconteceu alguma situação que em decidissem que não deixariam nunca mais os seus filhos sozinhos com outras pessoas.

Verificou-se uma diferença grande entre deixar dormir em casa de amigos e de vizinhos (Tabela 23).

Tabela 26 - Grau de liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas

(n=6)

Liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Deixar brincar em casa de amigos						
<i>Sim</i>						
Em amigos de confiança	✓	✓		✓	✓	✓
Deixa em casa de amigos, mas prefere que venham à sua casa, pois aí controla	✓					
<i>Não</i>						
Tem receio do que pode acontecer			✓			
Considera serem muito novos/novas para isso			✓			
Deixar brincar em casa de vizinhos						
<i>Sim</i>						
Já deixou por necessidade				✓		
<i>Não</i>	✓	✓	✓		✓	✓
Deixar brincar em casa de familiares						
<i>Sim</i>						
Apenas nos que conviva com frequência	✓	✓	✓		✓	✓
Em festa de aniversário, ida à casa desses familiares	✓		✓		✓	✓
Quando tem de trabalhar				✓	✓	
Confortável em deixar os filhos sozinhos com outras pessoas						
<i>Sim</i>						
Caso conheça bem	✓	✓		✓		-
<i>Não</i>						
Considera que os/as descendentes são novos/novas			✓			-
Não se sente segura e tem medo			✓			-
Tentativa de prevenir casos como o abuso sexual			✓			-
Filho traumatizado por assistir à violência doméstica					✓	-
Filho apegado à mãe					✓	-
Quais as pessoas em quem mais confia						
Família direta e com quem conviva diariamente	✓	✓	✓	✓	✓	-
Escola	✓					-
Amigos próximos		✓				-
Deixar dormir em casa de amigos da escola						
<i>Não</i>						
Não conhece os pais, as vivências e quem vive na respetiva casa	✓	✓		✓	✓	
Não se sente segura	✓	✓	✓	✓	✓	
Considera que os/as descendentes são novos/novas			✓			
Prefere que venham os amigos à sua casa				✓		
Até à data não dormiram						✓
Deixar dormir em casa de familiares						
<i>Sim</i>						
Já aconteceu, mas não se sente confortável	✓					
Em familiares próximo e de convivência diária		✓	✓	✓	✓	✓

Tabela 27 - Grau de liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas (continuação)

	(n=6)					
Liberdade que as mães dão aos seus filhos e filhas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Existência de situação em que nunca mais deixa o seu filho sozinho com esses adultos						
<i>Sim</i>						
Custa deixar com o pai					✓	
<i>Não</i>				✓		✓
Foram poucas as vezes que ficou sozinho com alguém	✓	✓	✓			

Enquanto a maioria deixa brincar em casa de amigos que tenham muita confiança, apenas uma mãe deixa brincar em casa de vizinhos. Ainda que por uma questão de necessidade, os vizinhos assumem, para muitas mães, parte da rede de apoio no exercício da maternidade (Pereira & Leitão, 2020). No entanto, a mulher que o permitiu, somente o consentiu por uma questão de necessidade:

“É assim, na altura... hum... quando o menino nasceu inscrevi-o numa creche e supostamente eu não conseguia... não conseguia pô-lo em nenhuma porque estava tudo cheio, então sabia que a minha vizinha tomava conta do neto e então... ela disse que não se importava de ficar com o meu filho que até se entretinham os dois e eu pensei com o inverno era só subir o elevador...” (M4, filho de 20 meses, p. 7).

Destaca-se que apesar de a maioria deixar brincar em casa de amigos só deixam se forem amigos de confiança: “Se for amigos de confiança sim, mas prefiro que os amigos venham brincar cá para casa [risos].” (M1, filho de 11 e de 24 anos, p. 13).

Contudo, existe apenas uma mãe que considera que as suas filhas são ainda pequenas para brincarem em casa de amigos, tendo receio que lhes possa acontecer alguma coisa:

“Lá está, a preocupação, a preocupação que aconteça alguma coisa e uma pessoa não está lá para ajudar ou para resolver e nas idades que elas têm é muito cedo ainda... mas elas pedem. Por exemplo, festas de anos, já começam a ir.” (...) “Exato, não me sentia confortável, não é por duvidar da capacidade das outras pessoas tomarem conta mas eu... num... sei lá... pode acontecer alguma coisa e não estou lá, é um bocadinho esse medo, sim...” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 12).

No que concerne ao deixar brincar em casa de familiares, todas deixam, porém, apenas autorizam se forem com familiares que convivam com frequência e em quem têm confiança. É frequente permiti-lo em cenários de festa e trabalho.

“É assim, familiares que conviva com muita frequência e que eu conheça deixo, familiares afastados, não, não deixo. (...) ainda que sejam familiares não conhece a rotina, nem... (...) numa festa de anos... hum... ao fim de semana se for a casa de algum familiar brinca, sim...” (M1, filho 11 e 24 anos, p. 14-15).

“Hum... não tenho aqui familiares, se fosse no Brasil deixaria na casa da minha mãe, na casa da minha irmã sem problema algum.” (M2, filho de 5 anos, p. 11).

“Sim, as minhas filhas brincam em casa de familiares, nomeadamente da minha cunhada, pois têm uma prima com idade próxima da faixa etária delas.” (M6, filhas de 10 e 13 anos, p.9).

“Quando tenho de ir trabalhar, por exemplo.” (M4, filho de 20 meses, p. 8).

A partir destas respostas e da questão sobre em que pessoas confiam mais, pode concluir-se que estas mulheres confiam na família direta e que convive diariamente, na escola e nos amigos próximos: “Na escola sim, com os familiares diretos e com quem ele convive também... sempre, porque senão ele também não se sente à vontade para isso.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 16).

Apesar de estas mulheres deixarem os/as seus/suas filhos/filhas sozinhos com outras pessoas não significa que se sintam confortáveis com isso. Por outras palavras, ainda que três mães digam que se sentem confortáveis em deixar os seus filhos com pessoas que conhecem bem e uma não ter respondido, duas afirmam que não se sentem confortáveis apontando razões como a idade dos filhos, o sentimento de medo e insegurança, a tentativa de prevenção do abuso sexual, e questões mais íntimas como a vivência de violência doméstica por parte do pai. As narrativas que ilustram estes resultados são as seguintes:

“Se for pessoas que eu conheço muito pouco ou que eu não conheço não, eu não deixo, não me sentiria segura de forma alguma. (...) Tenho receio, tenho um bocadinho de... de algum de ruim possa acontecer só que a gente também tem que abrir um parêntesis que a superproteção é errado né. (...) Só que pelo facto de eu aqui não ter nem uma pessoa da minha família nem de alguém que eu possa confiar 100%

de dizer “Olha tu hoje fica com o meu filho” então eu sou um pouco mais cautelosa nesse sentido.” (M2, filho de 5 anos, p. 12).

“Sei lá, é uma questão de confiança. Acho que são novas ainda para... porque é assim uma pessoa ouve tanta coisa que depois aquilo entra-nos na cabeça que uma pessoa para prevenir acaba por as vezes até ter atitudes radicais. (...). O medo, lá está é que aconteça alguma coisa porque ouve “foi para à catequese e aconteceu isto” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 14).

“Olha, não sinto porque devido ao facto de ele ter assistido bastante vezes a atitudes menos agradáveis do pai ele é uma criança que não pode ver ninguém a falar mais alto, nem por um motivo que às vezes seja por exemplo passar um pano, mas em que mão vai mais alta ele não gosta de ver... ele está bastante apegado à mãe, por isso não é assim muito fácil.” (M5, filho de 3 anos, p. 9).

Estes resultado também se encontraram em vários estudos (Gonçalves, 2015; Cunningham & Baker, 2007). Algumas mães, apesar de não serem abusadas acabam por ter comportamentos semelhantes aos das restantes mães, uma vez que assumem dificuldade em confiar o seu filhos a outras pessoas (DiLillo & Damashek, 2003; APAV, 2019b), devido à insegurança e medo (Sant’Anna, 2008; Borges, 2008; CHCUW, 2011; Slavič & Gostečnik, 2015; Borelli, Cohen & Pettit, 2019; APAV, 2019b).

Ainda assim, quer as mulheres que afirmam que se sentem confortáveis quer as que afirmam não se sentirem confortáveis, reconhecem que o excesso de proteção é errado, como é o caso da M2 e da M3, no entanto, acreditam que só assim conseguirão proteger os seus filhos:

“E uma pessoa as vezes a atitude é: não vai porque assim não acontece nada. Mas depois o pensamento é: estamos a privá-las de coisas que elas podiam estar a vivenciar, não é? Porque podem ir a uma festa de anos divertirem-se com os amigos, brincarem, estarem na palhaçada, e fazer pinturas e correr e saltar, mas...” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 14).

Esta atitude de superproteção não será de estranhar na mãe n.º 2 se se considerar que se trata de uma mulher abusada-e, por isso, assumir uma atitude superprotetora decorrente da visão medrosa sobre a possibilidade de acontecer algo ao seu filho, como já foi encontrado anteriormente noutro estudo (Kreklewetz & Piotrowski cit. Ruscio, 2013).

Ao serem questionadas sobre o facto de deixarem, ou não, os seus filhos dormirem em casa dos amigos da escola, estas mulheres dão respostas idênticas afirmando que não o permitiriam. Argumentam que não conhecem as vivências familiares dos pais e colegas de escola, não se sentindo, portanto, seguras. Além disso, a idade, a ideia de que preferiam que fosse os amigos a vir a sua casa e o facto de ainda não ter ocorrido essa situação são aspetos assinalados por algumas destas mulheres:

“lá está, por, por... é assim, uma criança dormir em casa de um amigo da escola nós não conhecemos os pais, não conhecemos as pessoas que vivem em casa dos amigos da escola. Eu pelo menos não conheço. Conheço as pessoas, os pais dos amigos, mas superficialmente, não conheço a vivência deles dentro de casa, nem sei.... [suspiro] nem o, o tipo de pais que são. Nós, nós vemos o que a gente, o que, o que eles transparecem de cá de fora. A gente não sabe o que é que se passa.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 17).

“Aqui em Portugal não me sinto confortável porque eu não tenho assim uma convivência nem diária nem mensal com o pai ou mãe dessa criança, desse coleguinha, então por isso é que eu não me sentia segura.” (M2, filho de 5 anos, p. 13-14)

“Isso não deixo. Isso já uma coisa que... A mais velhas já tem pedido algumas vezes, festa do pijama, mas isso não estou mesmo confortável em deixar, não.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 15)

“É assim, sim, mas acho que me sentia mais confortável se os amigos da escola viesse antes cá para casa [risos]” (M4, filho de 20 meses, p. 9).

Em contrapartida, quando interpeladas sobre a possibilidade dos menores dormirem em casa de familiares, as mulheres respondem todas positivamente, mas, tal como mencionado nas respostas anteriores, apenas nos familiares próximos e com quem convivem diariamente. Este resultado é diferente do que se encontrava na geração anterior, onde havia uma convívio maior entre primos e os netos dormiam com mais frequência em casa dos avós e os sobrinhos em casa dos tios e tias (Lacerda, 2020). Atualmente, os mais pequenos só dormem em casa dos familiares em caso de emergência e, mesmo assim, as mães não se sentem confortáveis com isso:

“É outro tipo de preocupações... se adormeceu bem, se não adormeceu, se dormiu bem, se não dormiu bem, se vai dormir bem, se vai passar bem a noite, se não vai, pronto. Essas preocupações [sobre o abuso sexual] não, não.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 17).

“Sim, sim, se tiver de acontecer por qualquer motivo acho que não haverá preocupação. Eu também só vou deixar naquelas pessoas que confio e eu não tenho ninguém que seja próximo e familiar que eu diga assim “esta pessoa não tem um comportamento correto” acho que isso não se coloca.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 15).

Por fim, relativamente à ocorrência de alguma situação que fizessem estas mulheres decidir que não permitirão mais os/as seus/suas filhos/filhas ficarem sozinhas com alguém, a maioria das respostas foram negativas. Tal pode ser justificando, segundo a M1, M2 e M3, pelo facto de poucas vezes terem ficado sozinhas com outras pessoas. É importante, destacar neste aspeto a resposta da M5 que afirma que não se sente confortável em deixar o seu filho com o pai devido, em grande parte, à violência doméstica sofrida.

4.4.2 Concepções sobre o grau de liberdade que mães vítimas de abuso sexual dão a filhos/as

Revela-se importante neste estudo perceber, igualmente, quais são as concepções destas mães sobre o grau de liberdade que as mulheres abusadas sexualmente darão aos/às seus/suas filhos/filhas. Para isso, foram feitas as mesmas questões, todavia, teriam de responder qual era a sua perspetiva sobre a atitude/decisão das mães abusadas. Desde já, destaca-se o facto da M6 não responder a algumas das questões, por considerar que seria incorreto generalizar todas as mães abusadas a um único perfil (Tabela 24). Esta atitude poderá ser justificada pela sua formação académica em psicologia.

Tabela 28 - Percepção das mães sobre o grau de liberdade que as mães abusadas dão aos seus filhos e filhas

(n=5)

Conceções sobre o grau de liberdade que as mães abusadas dão aos filhos e filhas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Deixar brincar em casa de amigos						
<i>Sim</i>						
Preferem que venham à sua casa, pois não querem que lhes aconteça o que lhes aconteceu	✓	-				
<i>Não</i>						
Têm uma comportamento vigilante		-	✓	✓	✓	
Têm medo		-		✓	✓	✓
Vão proteger mais		-			✓	✓
Deixar brincar em casa de vizinhos						
<i>Não</i>						
Não querem que aconteça o que lhes aconteceu	✓	-			✓	-
Têm um comportamento vigilante		-	✓	✓	✓	-
Deixar brincar em casa de familiares						
<i>Sim</i>						
Com familiares próximos e que confia	✓	-	✓			-
Em contexto onde a mãe também esteja presente		-		✓		-
<i>Não</i>						
Se o abuso ocorreu no seio familiar		-	✓			-
Ninguém é de confiança, nem a família			-		✓	-
Confortável em deixar os filhos sozinhos com outras pessoas						
<i>Sim</i>						
Se for com pessoas muito próximas			-	✓		
Deixam, mas com receio			-	✓		
Existem mulheres que não veem mal devido à disfuncionalidade e disrupção em que vivem/viveram			-			✓
<i>Não</i>						
Têm medo	✓	-	✓		✓	
Receio que lhe aconteça o mesmo			-	✓		
Existem mulheres que desconfiam de tudo e de todos			-			✓
Deixar dormir em casa de amigos da escola						
<i>Não</i>						
Não confiam	✓	-	✓	✓	✓	
Protegem mais para não lhes aconteça o mesmo		-	✓	✓		
Depende do grau de confiança e da percepção de segurança e controlo da mãe			-			✓
Deixar dormir em casa de familiares						
<i>Sim</i>						
Em familiares que confiam	✓	-	✓	✓	✓	
<i>Não</i>						
Depende do grau de confiança e da percepção de segurança e controlo da mãe			-			✓

Sobre a hipótese das mães abusadas deixarem os seus filhos brincarem em casa de amigos e vizinhos, ao contrário das suas respostas positivas para os amigos, estas afirmam nos dois cenários (amigos e vizinhos) que as mães vítimas não deixariam, argumentando que

estas têm um comportamento vigilante e de proteção, devido ao medo que possuem sobre a possibilidade dos menores vivenciarem o mesmo trauma (Tabela 24). Kreklewetz e Piotrowski (cit. Ruscio, 2013), Montgomery, Seng e Chang (2021), Lange, Condon e Gardner (2019) e Souza et al. (2013) sustentam a opinião das entrevistas ao caracterizarem as mulheres abusadas sexualmente como mães superprotetoras, atentas e hipervigilantes na tentativa de reduzir o risco de perpetuação deste crime com os seus filhos e filhas. Para estas mães, as mulheres abusadas serão mais radicais e protetoras do que elas em virtude dos motivos supracitados.

“Acho que ainda serão mais radicais [sorrisos]. (...) Eu acho que elas não querem que aconteça aos filhos o que aconteceu com elas... isso é impensável para uma mãe.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 13-14).

“Eu... (...) acho que têm um comportamento mais vigilante do que as que não foram. Porque se eu que nunca fui tenho essa preocupação e não quero que elas vão durante muito tempo ou deixo ir quando conheço mesmo mesmo bem quem vai estar com elas, eu acho que no caso das pessoas que sofreram abusos ainda pior...” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 13).

“Acho que são muito mais desconfiadas, por causa do que já falamos. Não é fácil, se nós já temos... confiamos e desconfiamos... não sei, acho que é mais o medo.” (M4, filho de 20 meses, p. 8).

“Não! [risos]. Não elas vão sempre ter tendência de protegê-los, não querem que passem pelo mesmo. Por isso essas crianças vão ser demasiado protegidas (...).” (M5, filho de 3 anos, p. 8).

Deixar brincar em casa de familiares mostra-se mais positivo para as entrevistadas. Três mães consideram que as outras mulheres deixariam, tal como elas, em familiares próximos, e que confiam quando estão presentes. Pelo contrário, uma mulher acredita que não deixam, pois, uma vítima não é capaz de confiar em ninguém: “Duvido... porque ninguém é de confiança para essas mães, só elas... por isso, duvido.” (M5, filho de 3 anos, p. 9).

A eventualidade do abuso ter ocorrido no seio familiar é apresentado como fundamentação para a atitude negativa destas mães vítimas na permissão para brincar em casa de familiares.

“Pois isso... é uma questão de confiança, se elas sentirem confortáveis e se confiarem nas famílias que convidam... agora por exemplo se se pusesse os casos da violação que elas sofreram ou ahm... dos maus-tratos que elas sofreram terem sido em família se calhar já há aquele recuo outra vez.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 13).

Sobre o conforto destas mães em deixar os seus filhos sozinhos com outras pessoas, três mulheres consideram que não se sentem confortáveis devido ao medo de que lhes aconteça o mesmo. A M4 considera que poderão sentir-se mais confortáveis com pessoas mais próximas, no entanto existe sempre algum receio. Por último, a M6 admite que existem progenitoras que devido à disfuncionalidade e disrupção em que vivem não veem maldade e sentem-se confortáveis enquanto existirá outras mulheres que desconfiam de tudo e todos: “Existem mulheres que foram abusadas e desenvolvem desconfiança face a todos os cenários, mas existem outras que crescem em ambientes disfuncionais e disruptivos, os quais são tidos como a sua “normalidade” (M6, filhas de 10 e 13 anos, p. 9).

No que tange à permissão das vítimas para os filhos dormirem em casa de colegas da escola e em casa de familiares, as respostas tendem a ser semelhantes à realidade das entrevistadas, na medida em que a maioria pressupõe que elas não permitiriam pernoitar em casa dos amigos porque não confiam e não querem que lhes aconteça o mesmo. No entanto, consentiriam dormir em casa de familiares, desde que fossem de confiança. Porém, no entender da M6 a decisão destas mulheres dependerá do seu grau de confiança e da sua perceção de segurança e controlo. Abaixo encontram-se algumas destas respostas:

“Não confiam... não confiam.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 18).

“Eu acho que sim, mas... eu ponho-me muito no meu lugar que nunca tive dessas situações e já por mim tenho um bocadinho de recaio em deixá-las ir, e as pessoas que foram abusadas se calhar... já... deve haver essa preocupação... isto é de mãe for uma mãe preocupada acho que quer proteger ao máximo para que não aconteça o que lhe aconteceu na pele, por isso acho que vai ser mais preocupada e que vai, vai ter um comportamento de... [proteção]” (M3, filha de 6 e 11, p. 15).

4.5. Relação entre a história de vida e a forma como pensam educar os seus filhos e filhas

4.5.1. Relação das histórias de vida das entrevistadas com a liberdade e educação dos seus filhos e filhas

Neste subponto estudou-se o entendimento das entrevistadas sobre o maior ou menor grau de liberdade dos seus filhos e filhas comparativamente à sua liberdade aquando da idade dos mesmos e a influência da sua história de vida no modo como os educam.

À exceção da M6 que acredita que as filhas têm a mesma liberdade que ela teve, a generalidade das mães reconhece que os seus descendentes têm menos liberdade dado que, ao contrário das entrevistadas, eles/elas não brincam na rua nem vão à casa dos vizinhos (Tabela 25).

“Eu brincava na rua e eles não podem brincar na rua... e... e nos tínhamos mais liberdade, nos andávamos mais... nos andávamos mais com os amigos para a escola, para a catequese (...)” (M1, filhos de 11 e 24 anos, p. 19).

“(...) eu ia muito para casa dos meus vizinhos ali à volta, brincávamos na rua, eu acho que os nossos pais confiavam mais nos vizinhos e nos familiares do que nós confiamos... ou do que eu confio, atenção. Eu brincavam muito com os meus vizinhos, e andávamos na rua, e andávamos mais livres, agora não.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 17).

Tabela 29 - Grau de liberdade dos seus filhos e filhas comparado com a sua liberdade quando tinham a idade deles

	(n=6)					
Grau de liberdade dos seus filhos	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Grau de liberdade dos seus filhos e filhas						
<i>Menos liberdade</i>						
Não brincam na rua	✓		✓		✓	
Não vão para casa dos vizinhos	✓	✓	✓			
É uma mãe mais presente		✓				
Sociedade está pior				✓	✓	
Protege mais					✓	
<i>Semelhante</i>						✓

Em contrapartida, consideram-se mais presentes, uma vez que não trabalham tanto como os seus pais laboraram, e mais protetoras, pois a sociedade degradou-se:

“Não, com toda a certeza que eu tinha muito mais liberdade até porque a minha mãe trabalhava o período todo então a gente fica por conta, a gente passava o tempo na rua, a gente ia para a casa dos vizinhos” (M2, filho de 5 anos, p. 15).

“Acho que tem menos porque quando eu era criança, segundo o relatos que ouço, nós tínhamos a liberdade de brincar na terra, de ter infância, de fazer as asneiras e eu acho que agora os nossos filhos pela sociedade tão má que temos, tao podre de valores e tudo, nós protegemos.” (M5, filho de 3 anos, p. 11).

Estas diferenças justificam-se pela desconfiança da população em geral em relação aos perigos da sociedade, tornando-se mais isoladas (muitas nos seus apartamentos) e individualistas, privando-se do contacto com o mundo exterior (Giddens, 2013).

4.5.2. Concepções sobre a relação das histórias de abuso sexual das mães vítimas com a liberdade e educação dos filhos e filhas

As mães entrevistadas consideram, de igual forma, que os filhos das mães abusadas sexualmente têm menos liberdade devido ao medo que lhes aconteça o mesmo (Tabela 26).

Tabela 30 - Percepção sobre o grau de liberdade dos filhos das mães vítimas

	(n=5)					
Concepções sobre o grau de liberdade dos seus filhos e filhas das mulheres abusadas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Menor liberdade</i>						
Desconfiam de todos	✓					-
Receio que aconteça o mesmo		✓	✓	✓	✓	-
Protegem mais			✓			-

Esta ideia já foi confirmada teoricamente anteriormente neste capítulo. Por esta razão tendem, como já foi referido e comprovado teoricamente nesta secção, a desconfiar da todas as pessoas e a proteger mais as suas crianças:

“Na minha cabeça, dão menos. Na minha cabeça. (...) Lá está, para tentar proteger. Para tentar que não aconteça o que lhes aconteceu a elas. Porque certos relatos que vê na televisão, elas num futuro imediato e próximo elas até se sentem culpadas daquilo acontecer e pensam que se calhar foi alguma atitude que eu tive e que permitiu que aquilo acontecesse, quando não é.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 16).

“Depende de onde elas se enquadram, mas acho que dão menos porque se lhe fizeram mal a elas, o medo que devem ter que façam aos seus filhos deve ser ainda maior que com elas se volte a repetir, por isso acho que acaba por darem menos liberdade porque tudo vai ser uma ameaça e elas não vão estar lá, então vou mais por aí.” (M5, filho de 3 anos, p. 9-10).

A forma como as mães são educadas e a sua história de vida pode influenciar a forma como irão educar os próprios filhos (Wearick-Silva et al., 2014; Ruscio, 2001; Borges & Dell’Aglia, 2008; Rezende, 2013; Sant’Anna & Baima, 2008; Lima & Alberto, 2010). Quer para elas mesmas quer o que penam que acontece com as outras mães abusadas sexualmente, as entrevistadas acreditam que a história de vida afeta a forma como se educa uma criança.

Quando questionadas sobre elas próprias, a maioria indica que procura sempre perceber o que esteve bem e errado na forma como foram educadas para decidir como devem instruir os próprios filhos. No entanto, para as mães abusadas sexualmente dizem que o facto de terem sido violentadas torna-as mães traumatizadas e preocupadas para que não aconteça o mesmo aos filhos, o que as influencia na forma como educam (Tabela 27).

Tabela 31 – Influência da história de vida das mulheres na educação dos seus filhos e filhas e concepções sobre a influência da história de abuso sexual na educação dada pelas mães vítimas de abuso sexual

(n=6)

	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Influência da história de vida e percepção sobre as história de vida das outras mães						
Influência da história de vida na educação dos seus filhos e filhas						
<i>Influência</i>						✓

Tabela 32 – Influência da história de vida das mulheres na educação dos seus filhos e filhas e concepções sobre a influência da história de abuso sexual na educação dada pelas mães vítimas de abuso sexual (continuação)

	(n=6)					
Influência da história de vida e percepção sobre as história de vida das outras mães	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Procuram ver o que devem ou não repetir da educação que receberam	✓	✓	✓	✓		
Vivência de violência doméstica					✓	
Percepção sobre a influência do abuso na educação que as mães vítimas dão aos filhos e filhas						
<i>Influência</i>	✓			✓		✓
São mulheres traumatizadas		✓				
Não querem que se repita com os filhos			✓			
Dependendo do sexo a educação será diferente					✓	

A primeira ideia é reforçada por Miskulin et al. (2021), quando concluem que as mães procuram não reproduzir o abuso sexual com os seus filhos e filhas, e por Marafon e Scortegagna (2017), sempre que advogam que as mães se inclinam para a mudança de comportamento incorreto reproduzido pelos seus ascendentes durante o seu percurso de vida. A segunda opinião é comprovada por vários estudiosos como Kreklewetz e Piotrowski (cit. Ruscio, 2013), Montgomery, Seng e Chang (2021), Lange, Condon e Gardner (2019), Souza et al. (2013) Wearick-Silva et al., (2014), Ruscio, (2001), Borges & Dell’Aglia, (2008), Rezende (2013), Sant’Anna & Baima (2008) e Lima & Alberto (2010) que abordaram o abuso sexual e a maternidade, afirmando que estas são mulheres traumatizadas que fazem de tudo para proteger os seus filhos, perpetuando práticas educativas pautadas pela superproteção e controlo, de modo a que não ocorra o mesmo crime com os seus descendentes, como se observa nos excertos seguintes:

“Eu acho que a vida condiciona-nos sempre... (...). nós fomos educados de uma certa maneira, o que nós não gostamos nesse tipo de educação vamos tentando não fazer com os nosso filhos e o que nos achamos que funcionou vamos fazer, só que as vezes pode também não funcionar.” (M1, filhos de 11 e 24 anos, p. 20).

“É assim, condiciona sempre nada medida em que há coisas que queremos fazer diferente do que fizeram connosco” (M3, filhas de 6 e 11 anos, p. 17).

Ademais, a M5 afirma que o sexo da criança influenciará a forma como irá educar, do mesmo modo que ter sido vítima de violência doméstica influenciou o jeito de educar o seu filho. A diferença de tratamento e educação por parte das mulheres decorrente do sexo das crianças foi confirmado nos trabalhos de Montgomery, Seng e Chang (2021) e de Robinson (2020).

4.6. Concepções sobre a possibilidade dos filhos e filhas vivenciarem uma situação de abuso sexual e que atitudes adotariam e como imaginam o modo que as mães abusadas sexualmente se sentiriam

Perceber como é que as entrevistadas se sentiriam ao pensar sobre a possibilidade dos filhos e filhas serem abusados sexualmente foi fundamental para se compreender os sentimentos e relação das mesmas com e sobre este crime. Esta pergunta permitiu que estas mães se aproximassem da vivência deste crime e, portanto, conseguissem perceber e responder sobre a percepção que teriam sobre como as mães vítimas de abuso sexual se sentiriam numa situação semelhante, ou seja, quais os sentimentos dessas mulheres ao pensarem sobre essa hipótese.

Deste modo, independentemente de ter sofrido de abuso, ou não, estas mulheres consideram que qualquer mãe se sente mal ao pensar sobre essa hipótese. Sentimentos como trauma, culpa, revolta, sede por vingança, ansiedade e angústia são descritos pelas entrevistadas quando pensam que os seus filhos e filhas podem algum dia ser abusados (Tabela 28).

Tabela 33 - Sentimentos das mulheres sobre a possibilidade dos seus filhos e filhas serem abusados e concepções sobre como se sentirão as mães abusadas

	(n=6)					
Sentimentos e Concepções	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Sentimentos sobre a possibilidade dos filhos/filhas fossem abusados</i>						
Mal		✓		✓		
Ficava traumatizada	✓		✓			
Culpada	✓					
Revoltada		✓				
Procura vingança		✓		✓	✓	
Aflita/ansiosa/angustiada			✓		✓	✓

Tabela 34 - Sentimentos das mulheres sobre a possibilidade dos seus filhos e filhas serem abusados e concepções sobre como se sentirão as mães abusadas (continuação)

	(n=6)					
Sentimentos e Concepções	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Concepções sobre os sentimentos das mães vítimas sobre a possibilidade dos filhos/filhas serem abusados</i>						
Mal	✓	-	✓			
Já passaram por isso			✓	✓		
Culpada	✓	-		✓		
Injustiçadas	✓	-				
Raiva		-		✓		
Tentava matar o criminoso		-			✓	
Nojo		-		✓		
Revoltadas		-			✓	
Angustiada		-				✓

Os excertos de entrevistas seguintes ilustram esta ideia:

“Sinto-me mal. Eu acho que não... [pausa] se eles fossem vítimas de abuso sexual iriam ficar com trauma, mas eu também ficava certamente.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 25).

“Já, já... já colocar essa hipótese que pode acontecer alguma coisa já que causa assim mesmo... uma aflição grande.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 19).

“Penso que qualquer mãe, digna desse nome, ficaria angustiada ao pensar nessa possibilidade” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 13).

Quanto às concepções sobre as mães vítimas de abuso sexual, os sentimentos apresentados são os mesmos acrescentando-se o sentimento de injustiça e nojo, porque estas mães sabem exatamente o que os filhos iriam sentir:

“Iriam pensar que, que foram culpadas, certamente. Assim como se calhar também põem culpas nalguns adultos que lhes falharam nessa situação, sem dúvida.” (M1, p. 25)

“Para essas então é que é, porque elas sabem na pele o que é que sofreram, o que é isso trouxe durante os anos e que ainda traz, acho que para elas ainda é pior pensar que alguma coisa pode acontecer aos

filhos, uma coisa que já aconteceu com elas e que já lhes fez sofrer tanto. Ainda ficam piores.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p 21).

“Ai, não... sim... sentiam raiva e muito mais e por elas sim, elas já o sentiram. O que a gente sente ela vão sentir muito mais. Se a gente sente o que sente, eu não imagino a dor daquelas mães que já sentiram aquilo... tudo, nojo, tudo... não pudeste ajudá-lo, começa a vir tudo a cabeça. Deve ser um sentimento de culpa para todas as mães.” (M4, filho de 20 meses, p. 13).

A partir das respostas destas mulheres sobre como se sentiriam e como pensam que se sentiriam as mães abusadas, podemos concluir que, neste caso, não existem muitas diferenças entre ser, ou não, abusada. Por outras palavras, os dois grupos de mulheres ficariam, como Lange, Condon e Gardner (2019), DiLillo e Damashek (2003) e Paulino (2018) previram para as mães vítimas de abuso sexual em choque, em silêncio, com medo, raiva, sensação de culpa ao descobrirem que o seu filho/filha foi abusado. Lange, Condon e Gardner (2019) acrescentam que nestes casos a mães abusadas não costumam desconfiar/desacreditar nos seus filhos, pois já passaram por essa situação.

Sobre a eventualidade dos filhos e filhas lhes contarem sobre o crime, todas as mulheres (destaca-se o caso da M2 por ser vítima) acreditam que eles lhe contariam, uma vez que estão a ser educados para isso. Todavia reconheçam que expor essa situação não seria fácil para os menores (tabela 29).

Tabela 35 - Reflexão sobre a possibilidade dos seus filhos e filhas lhes contarem sobre o abuso

	(n=6)					
Possibilidade dos filhos e filhas contarem sobre o abuso	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Acredita que sim</i>	✓					✓
Ia perceber a diferença de comportamento		✓				
Está a educar para isso		✓	✓	✓	✓	

Abaixo, encontram as narrativas de M2 e M5:

“Pois... penso que sim... daqui a pouco talvez não exatamente no primeiro momento, mas como aqui na minha casa a gente conhece muito bem o meu filho penso que quanto mais ele crescer a gente mais vai

conhecer ele, daqui a pouco um comportamento diferente que ele esteja, observar coisas para daqui a pouco chegar até ao ponto. Mas daqui que eu conheço do meu filho, pela educação que estamos tentando dar a ele penso que sim, que se acontecesse qualquer coisa do género ele iria falar connosco.” (M2, filho de 5 anos, p. 22).

“Eu quero criar com ele esse tipo de ligação em que ele tenha à vontade de falar sobre qualquer situação e que se sinta sempre protegido, mas deve ser uma situação bastante difícil para um mulher, mas muito mais para um homem verbalizar esse tipo de situação porque a sociedade incute que um homem não pode chorar e tem de ser forte e só continuamos a incutir isso principalmente aos homens eles nunca irão falar sobre isso tipo de situações se forem vítimas.” (M5, filho de 3 anos, p. 15).

Por fim, quando interpeladas sobre o que fariam caso os filhos lhes contassem sobre o abuso, as atitudes são semelhantes: procurar entender o caso, denunciar, procurar ajuda profissional/médica, apoiar, procurar quem praticou o crime e manter a calma (Tabela 30).

Tabela 36 - Reflexão sobre as atitudes que tomariam ao descobrir o abuso sexual dos seus filhos e filhas

	(n=6)					
Atitudes que tomariam ao saberem do crime	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Procurava ajuda profissional/médica	✓	✓	✓			✓
Fazia queixa/denunciava	✓	✓	✓			✓
Dava apoio/protegia mais		✓	✓			✓
Procurava entender o que se passou exatamente		✓				✓
Procurava descobrir o criminoso		✓				
Tentava manter a calma			✓			
Procurava justiça com as próprias mãos				✓	✓	

Abaixo, encontram os excertos das entrevistas de M2 e M3, apresentando essa ideia:

“Primeiramente, ia ter que dar um suporte emocional muito grande para ele, né, de procurar entender o que é que ele levou, o que é que ocasionou, mas principalmente acolher o meu filho naquele primeiro momento que seria um momento muito difícil para ele, até para ele estar contando ele isso para a gente, segundo logo que eu iria atrás e saber quem é que gente e pronto para a pessoa ser punida” (M2, filho de 5 anos, p. 22).

“É assim... ia ser muito difícil de lidar, mas uma pessoa ia ter de manter a calma e ganhar forças para tentar resolver aquilo da melhor maneira, denunciar, depois sei lá, acompanhamento para elas, tentar ao máximo lidar com a situação e proteger, proteger, proteger.” (M3, filhas de 6 e 11 anos, p. 20-21)

Não obstante, duas mães declaram que procurariam justiça pelas próprias mãos o que é comum por ação do sentimento de revolta intenso (APAV, 2019b):

“Às vezes vemos casos e não é nada conosco e já ficamos assim, se fosse com o meu filho eu não sei o que é que fazia... isso aí é uma coisa que... não... não... não... era matá-lo, desculpa o termo mas era matá-lo...” (M4, filho de 20 meses, p. 13).

“Eu acho que elas tentavam descobrir quem foi e tentava matar a pessoa, eu fazia isso. (...) Eu tentava perceber nele se alguma coisa se passaria e se descobrisse não me importava nada nem ninguém, agia com as próprias mãos.” (M5, filho de 3 anos, p. 15).

4.7. Concepções sobre as consequências, causas e formas de resolver o abuso sexual

4.7.1. Medidas e cuidados a tomar na família para prevenir o abuso sexual dos filhos e a percepção da importância da família no processo de denúncia

No combate ao abuso sexual é importante que os indivíduos estejam preparados e informados sobre o que é correto e errado. Para isso, existem várias instituições sociais, como a escola, grupos e famílias, que contribuem para a informação dos cidadãos para que sejam capazes de denunciar e impedir, em certos casos, estes crimes (Manfio et al., 2021; Krell & Amador, 2015). Neste sentido, tornou-se interessante perceber, segundo a perspectiva destas mães, que medidas seriam necessárias adotar na família para que os filhos e filhas fossem capazes de denunciar o abuso, bem como entender se estas identificavam, ou não, a valor dos pais no processo de denúncia.

De acordo com estas mulheres, a medida fundamental a ser adotada no seio familiar é o diálogo, nomeadamente, as conversas sem tabu, pois só desta forma é que os filhos conseguem solidificar a relação com os pais e confiar nele para lhes questionarem e contarem o que quer que seja sem terem vergonha (Tabela 31).

Tabela 37 - Medidas a ser adotadas nas família para dar capacidade aos filhos e filhas de denunciar os crimes de abuso sexual

	(n=6)					
Medidas a adotar nas famílias	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Falar sem tabu	✓	✓		✓	✓	✓
Diálogo	✓	✓	✓			✓
Para os filhos confiarem e não terem vergonha em falar			✓	✓	✓	
Solidificar a relação entre pais e filhos				✓	✓	

A este propósito, apresenta-se o que dizem algumas entrevistadas:

“Acho que principalmente o diálogo. Onde tem diálogo dificilmente se esconde algo.” (M2, filho de 5 anos, p. 23).

“Eu acho que deve haver principalmente muito diálogo para que elas confiarem em nós e nos contarem tudo, não terem vergonha, não terem tabus e contarem qualquer coisa que tenha acontecido porque pronto são sempre situações que a pessoa fica em choque, mas sei lá, uma vez que se passa deve haver muito diálogo, união e compressão... afeto e carinho.” (M3, filha de 6 e 11 anos, p. 22).

“Este tema é um tema muito sensível e que deve ser abordado sem tabus e fugirmos ao politicamente correto (...)” (M5, filho de 3 anos, p.16).

Mondim (2008) defende, tal como as entrevistadas, a exigência e importância do diálogo na educação e prevenção do abuso sexual. Borreli et al. (2019) alertou sobre a necessidade do diálogo nas famílias, uma vez que as famílias que se comunicavam abertamente sobre os seus sentimentos e vivências diminuem o risco de sofrer este crime. Não será estranho que assim seja se se tiver em consideração que a comunicação permite aos pais estarem a par daquilo que sucede aos filhos, que podem não reconhecer o que lhes acontece como algo preocupante.

Relativamente ao grau de importância dos pais no processo de denúncia, todas as entrevistadas consideraram serem muito importantes nesse processo, já que os progenitores, atentos e presentes, devem ser os primeiros a denunciar. Estes são, para as entrevistadas e para Mondim (2008) os pilares e os exemplos dos seus filhos e filhas. São eles que, para estas mulheres, transmitem o ideal de justiça. Por outras palavras, os pais ligam os

seus filhos à sociedade e são modelos de aprendizagem para os descendentes como defendeu M6 (tabela 32).

Tabela 38 - Grau de importância dos pais no processo de denúncia do abuso sexual

Grau de importância dos pais no processo de denúncia	(n=6)					
	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Muito importante</i>				✓		
A denúncia começa nos pais	✓	✓				
Têm de ser pais presentes e atentos	✓	✓	✓			✓
Os pais são os pilares dos filhos	✓					
Os pais dão o exemplo					✓	✓
Os pais transmitem o ideal de justiça					✓	
<i>A escola também é importante na denúncia, mas os pais prevalecem</i>	✓			✓		

M6 explica assim a sua opinião:

“Logicamente que sim. Os pais devem ser educadores, devem informar, guiar, veicular regras e estabelecer limites. Os pais são o primeiro elo de ligação à sociedade envolvente daí serem fulcrais na orientação facultada aos filhos.” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 14).

Mondim (2008) também encontrou este resultado nos seus estudos.

Ainda que a escola seja identicamente essencial na informação e incentivo à acusa, os pais prevalecem sobre ela:

“Começa nos pais. As escolas podem fazer um bom trabalho mas o pais têm, têm que mostrar às crianças que estão lá para eles independentemente daquilo que eles façam.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 26).

“Sim, os pais têm o papel mais importante neste processo. Há pais que pensam que como a escola tem essas disciplinas que é dever da escola, mas não.” (M4, filho de 20 meses, p. 14).

4.7.2. Cuidados adotados e medidas que devem ser aplicadas para a prevenção do abuso sexual

O reconhecimento da importância da família no processo de denúncia e prevenção foi notório por parte da entrevistadas, contudo, é interessante entender se estas mães

reconhecem na prática o seu papel ativo na prevenção do abuso sexual através dos cuidados que assumem com os seus filhos e filhas. Para além disso, procurou-se estudar as possíveis formas de resolver este problema social, questionando as sobre a necessidade de novas medidas na família, sociedade e escola para reduzir o risco deste crime.

Todas as mães afirmaram que aplicam ou pretendem aplicar cuidados especiais com os seus filhos com vista à prevenção do abuso. Aquelas que ainda não o fazem, como é caso da M4 e M5, justificam-no devido à idade precoce dos seus filhos defendendo que estes não entendem. Para situações como estas, Lange, Condon e Gardner (2019) explicaram que as mães costumam verificar o corpo das crianças, que não têm idade para comunicar, em busca de sinais físicos de abuso. Este cuidado especial não foi referido por estas mães entrevistadas. Contudo, a M4 e M5 pretendem, quando eles tiverem entendimento, alertá-los para os perigos e dialogar com eles de forma clara e aberta sobre qualquer assunto que lhes suscite curiosidade (Tabela 33).

Tabela 39 - Cuidados assumidos pelas mães para prevenção do abuso sexual dos seus filhos e filhas

	(n=6)					
Cuidados especiais com os filhos e filhas para prevenção do abuso	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Sim</i>						
Ensinar que existem partes do corpo que não devem ser tocadas	✓	✓	✓			✓
Ensinar a não falar com estranhos	✓		✓			
Dialogar com os filhos sobre a sexualidade e demais assuntos		✓		✓		✓
Incentivar a contar se algo tiver acontecido		✓				
Alertar para os perigos					✓	
Transmitir valores sobre o que é correto e errado						✓
<i>Não</i>						
Filhos ainda são pequenos				✓	✓	

A medida mais frequente entre estas mães é o ensino de que existem partes do corpo que não devem ser tocadas, seguido do diálogo e alerta para não falar com desconhecidos:

“Por exemplo... ahm... aqui na minha casa a gente já conversou com o meu filho, pro exemplo, assim, nunca deixe ninguém tocar no teu corpo e nas partes íntimas, nem no bumbum nem no pênis de forma alguma.” (M2, filho de 5 anos, p. 19).

“Ele ainda é bebê mas a nossa ideia é começar a falar quando ele tiver idade, quando eu vir que ele começa com perguntas ou... tentar falar da melhor maneira.” (M4, filho de 20 meses, p. 12).

“Neste momento não porque ele também não entende porque ele é uma criança de 3 anos, mas isso é uma coisa importante de nós termos esses cuidados, de alertar, de todos os sinais que nos possam levar a isso.” (M5, filho de 3 anos, p. 13).

Estas medidas já foram referidas nos estudos de Lange, Condon e Gardner (2019).

Quando questionadas sobre as atitudes que as mães vítimas de abusos teriam com os seus filhos, todas as entrevistadas foram unânimes ao considerar que estas mães seriam mais preocupadas e teriam tantos ou mais cuidados que elas próprias devido ao medo que aconteça o mesmo com os seus filhos/as (Tabela 34).

Tabela 40 - Perceção sobre os cuidados assumidos pelas mães vítimas com os seus filhos e filhas para prevenção do abuso sexual

	(n=5)					
Perceção dos cuidados especiais com os filhos e filhas das mães vítimas	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Sim</i>		-		✓	✓	✓
Escolas e meios de comunicação ajudam	✓	-				
Existem partes do corpo que não devem ser tocadas		-	✓			
Não falar com estranhos		-	✓			

Os excertos seguintes ilustram esta opinião:

“Acho que elas ainda mais... sim... acho que sim... com medo que os filhos possam sofrer o mesmo que elas.” (M4, filho de 20 meses, p. 13).

“Eu acho que tudo para elas vai ser um alerta, a mínima coisa vai ser um alerta para qualquer coisa menos boa até se verifica o contrário, acho que elas ainda são mais rígidas e mais protetoras que uma mãe que não tenha passado pela mesma situação que elas.” (M5, filho de 3 anos, p. 13).

Questionadas sobre a necessidade de serem implementadas mais medidas na escola, família e sociedade para reduzir o risco de abuso sexual, a generalidade admite que existam coisas a melhorar, particularmente na disseminação de mais informação, mas, acima de tudo,

um sistema judicial mais punitivo contra os agressões e o incremento e incentivo da educação sexual nas escolas (Tabela 35).

Tabela 41 - Opinião sobre a necessidade de novas medidas na escola, família e sociedade

Opinião sobre a necessidade de novas medidas	(n=6)					
	M1	M2	M3	M4	M5	M6
<i>Sim</i>						
Mais informação		✓				
Sociedade devem ser cautelosa com o que populariza (música, pessoas, etc.)		✓				
Combinar códigos com pessoas próximas em caso de emergência			✓			
Sistema judicial mais punitivo				✓		✓
Fortalecer a relação de equipa entre escola e pais					✓	
Educação sexual nas escolas						✓
<i>Não</i>						
É necessário mudar mentalidades	✓				✓	
Falar sem tabu	✓					

A ideia anterior está expressa por M2 e M6 nos excertos seguintes:

“Eu acho que quanto mais informações, acho que isso é sempre muito válido que nem, por exemplo, ahm... as vezes vê cada notícia que nem por exemplo, eu vejo que vocês aqui em Portugal gostam muito do funk, esses dias eu fui buscar o meu filho no infantário tinha lá meninas no ATL para aí com 8, 10 aninhos rebolando até o chão, por exemplo. E eu, particularmente, não gosto do funk acho que é um dança um bocado extravagante, o palavreado também é muito feio (...)” (M2, filho de 5 anos, p. 20).

“Defendo a existência de aulas de educação sexual nas escolas. Considero igualmente que um sistema judicial mais punitivo para com estes crimes é igualmente um elemento dissuasor” (M6, filha de 10 e 13 anos, p. 13).

Brilhante, Giaxa, Branco e Vieira (2019), reforçam que o que é disseminado na informação, naquilo que é popularizado pela sociedade (caso de músicas com letras que vulgarizam o corpo da mulher e as relações sexuais) também pode prevenir o abuso sexual.

Em paralelo, a M1 e M5 atentam que o foco de mudança e redução do risco prende-se com a mudança de mentalidades da sociedade e quebra do tabu, como se vê em seguida:

“Tem de ser, tem de estar todos mais atentos e não desvalorizar e não achar sempre que a mulher para ser vítima daquilo teve de haver uma provocação ou é culpada por estar de uma maneira ou de outra. Tem de ser inculcado às pessoas que cada um tem a sua liberdade, agora acharem-se no direito de só porque sim fazer mal, não. E a escola é quem ajuda os pais a dar a educação nesse sentido também, junto com os pais, serem um equipa: os pais e a escola para tentarmos minimizar, embora ache que vai piorar.” (M5, filho de 3 anos, p. 14)

“Eu acho que as medidas impostas não há muito para impor, eu acho que... a, a mentalidade de algumas pessoas é que tem que mudar, têm que estar... como é que hei de explicar?! Porque ainda há pais que têm muito medo de falar de certas coisas com os filhos.” (M1, filho de 11 e 24 anos, p. 24).

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

5.1. Introdução

Neste capítulo, após esta breve introdução serão apresentadas as conclusões desta investigação em função dos objetivos desta dissertação (5.2), as implicações do estudo (5.3) e as sugestões para as próximas investigações (5.3).

5.2. Conclusões da investigação

Terminada esta dissertação torna-se determinante refletir sobre a confirmação ou infirmação das hipóteses teóricas neste estudo e com esta amostra.

A hipótese teórica de que o abuso sexual é um indicador relevante e com grande influência na vivência da maternidade (Wearick-Silva, Tractenberg, Levandowski, Viola, Pires & Grassi-Oliveira, 2014; Ruscio, 2001; Lima & Alberto, 2010) foi confirmada neste estudo para esta amostra, se se comparar as vivências das entrevistadas e as percepções sobre as das mães abusadas. Embora não tenham sofrido esse abuso, o medo que esse crime ocorra na vida dos seus filhos e filhas influencia a sua forma de educar e o modo como vivem a maternidade. Logo, a existência ou a sua possível vivência desta violência sexual influencia a modo como as mães abusadas sexualmente e aquelas que não o foram vivem a maternidade.

Quanto ao facto do abuso sexual e dos traumas associados terem consequências no desenvolvimento e educação dos seus filhos (Wearick-Silva et al., 2014; Ruscio, 2001; Borges & Dell'Aglio, 2008; Rezende, 2013; Sant'Anna & Baima, 2008; Lima & Alberto, 2010), as entrevistadas permitiram certificar esta hipótese para esta amostra. De acordo com os estudos e os relatos destas mulheres, é possível verificar que as mães entrevistadas possuem essa concepção sobre a maternidade das mães abusadas. Por outras palavras, os traumas, o medo, a desconfiança em relação aos outros e a desconfiança e pessimismo em relação ao mundo, à sociedade e ao local onde vivem são referidos pelas mães com quem se conversou (incluindo a mãe abusada entrevistada) e pelos autores revistos, como consequências do abuso e têm impacto no desenvolvimento e educação dos seus filhos, pois tornam-se mães

protetoras impedindo-os de dormir e brincar em casa de amigos e familiares (principalmente se o abuso ocorreu num contexto intrafamiliar), adotando medidas e competências parentais marcadas pela hiper vigilância e superproteção.

No entanto, neste estudo foi possível observar que ainda que não tenham sofrido de abuso, estas progenitoras têm adotado cuidados, medidas e competências parentais marcadas pela proteção e atenção, num nível que consideram inferior ao das mães vítimas. Posto isto, o abuso sexual, e neste caso o possível risco de abuso, acaba por ter efeitos diretos também no desenvolvimento e educação dos filhos das mães não abusadas.

Ruscio (2001) e Rezende (2013) afirmaram que as vítimas de abuso sexual tendem a ter uma visão pessimista e de desconfiança do/no mundo e essa hipótese foi confirmada com a amostra deste estudo. A narrativa das mães entrevistadas permite confirmar esta hipótese para esta amostra uma vez que, para elas, as mães abusadas, devido à quebra de confiança e trauma sofrido, acabam por ter uma visão pessimista e de desconfiança em relação ao mundo. No seu entender, o otimismo nos outros, a esperança da diminuição da violência familiar, a sensação de segurança no local onde vivem, a esperança em relação à sociedade e a dificuldade, ou não, em educar um filho são indicadores pautados pelo negativismo nas mulheres abusadas. Contudo, a entrevistada abusada que foi trabalhada nesta dissertação acaba por, em alguns desses itens, possuir uma visão otimista e de esperança. Todavia, as suas respostas podem estar enviesadas decorrente do facto de ser emigrante, havendo constantemente, ainda que de modo indireto, a comparação da sua realidade em Portugal com a que vivenciou/vivenciaria no seu país de origem, o Brasil.

Nesta hipótese teórica, é importante destacar que em alguns indicadores como o otimismo em relação à sociedade, o ambiente, a violência familiar, o nível da confiança nos outros, a dificuldade, ou não, em educar uma criança, as mães entrevistadas não parecem, se se tiver em consideração as suas opiniões, distanciar-se das genitoras vítimas. Nestes tópicos, as mulheres não abusadas assumem, de igual modo, uma visão pessimista. O que as distingue das outras mães seria, nas suas conceções, a intensidade do nível de desânimo, ou seja, ainda que elas tenham uma visão negativa sobre estes fatores, as mães abusadas apresentam uma visão ainda mais pessimista. Resumindo, o abuso sexual apresenta-se como um fator importante na forma como veem o mundo, mas não é fator único. Melhor dizendo, trata-se de um intensificador negativo dessa forma de ver o mundo.

No que concerne à possibilidade das mães abusadas sexualmente na infância encontrarem maiores dificuldades em assumir uma postura autoritária devido à sua baixa confiança e/ou ideia de que as crianças devem ser autónomas (Ruscio, 2001; Lima & Alberto, 2010), a amostra deste trabalho permitiu infirmar essa hipótese. A partir das entrevistas percebeu-se que, para as mães não abusadas, as mulheres seriam, na sua generalidade, autoritativas, pois tenderiam a ouvir os seus filhos, mas também irão impor limites, porque sabem que só assim os protegerão do risco do abuso sexual. Neste aspeto, estas mães acabam por considerar que as sobreviventes poderão possuir, similarmente, características autoritárias (dependendo da idade), perpetuando comportamentos agressivos e permissivas (se o filho for fruto do abuso).

Neste estudo, ainda que as mães entrevistadas se considerem, identicamente, autoritativas, as vítimas são, a seu ver, mais rígidas devido ao receio que os seus filhos e filhas sofram o mesmo. Posto isto, a hipótese teórica não se confirma nesta amostra, podendo-se até afirmar que estas mulheres inclinam-se para estilos parentais autoritativos, acabando, em alguns casos, assumir características do estilo autoritário numa tentativa de proteção dos seus filhos.

Por último, Borges e Dell'Aglio (2008), Sant'Anna e Baima (2008) e Lima e Alberto (2010) defenderam que as vítimas de abuso intrafamiliar tendem a apresentar maior desconfiança nos seus familiares do que os que não foram abusados. Esta teoria foi confirmada nesta dissertação através dos relatos das mães entrevistadas acerca da perceção sobre as mulheres abusadas, na medida em que atentaram que estas segundas não permitem que os seus filhos brinquem ou durmam em casa de familiares, principalmente se o abuso tiver ocorrido no seio familiar. Por outro lado, casos em que estas mães o permitam só acontecem se for em casa de parentes de muita confiança, em que elas se sentem confortáveis ou, então, quando estão presentes, podendo, assim, controlar. Destaca-se o facto da participante abusada somente o permitir em casa da mãe e irmã, as quais são avó e madrinha, respetivamente. Noutro cenário, esta mulher não o permitiria em razão da falta da sensação de conforto em deixar o seu filho sozinho com outras pessoas, tendo receio do que pode acontecer.

Esta hipótese é também confirmada quando as mulheres com quem se conversou, ao contrário da perceção que têm sobre as mães abusadas, permitem que os seus filhos e filhas

durmam e brinquem em casa de familiares em que tenham muita confiança, não obstante não se sentirem totalmente confortáveis/tranquilas quando o fazem.

Para além destas conclusões, observou-se que todas as mulheres, violentadas sexualmente ou não, detêm preocupações sobre a possibilidade dos seus filhos/filhas serem abusadas sexualmente, acabando por adotar medidas e cuidados redobrados para os defender. Destarte, o abuso sexual traz um impacto acrescido no modo como as entrevistadas vivem a maternidade, bem como o consideram impactante na vida das mães vítimas e dos respetivos filhos.

Ao longo deste trabalho foi notória a empatia e sororidade destas mulheres em relação às sobreviventes de abuso sexual, apresentando-se críticas e propostas de melhoria ao nível social, educativo e judicial na prevenção e combate a este crime sexual.

5.3. Implicações dos resultados da investigação

Esta investigação trouxe algumas implicações nomeadamente ao nível da necessidade de mais estudos sobre a vivência da maternidade de mulheres vítimas de abuso sexual e a necessidade de maior informação e preparação das mães para lidarem e trabalharem com os seus filhos no que concerne à educação sexual.

Ao longo da elaboração desta dissertação foram encontrados alguns desafios/problemas que necessitam ser solucionados, entre eles a inexistência ou reduzido número de estudos sobre a vivência da maternidade das mulheres abusadas. Em outras palavras, existem inúmeros trabalhos sobre o abuso sexual, a descoberta da gravidez, o abuso e a gravidez na adolescência, a gravidez como resultante do crime sexual, no entanto, quando se procura focar em mulheres que em algum momento da sua vida foram abusadas e que num futuro decidem ser mães, os resultados afunilam-se ou são inexistentes.

Foi desafiante encontrar fundamentações teóricas acerca da vivência da vida sexual, descoberta da gravidez, pré e pós-parto de mães sobreviventes, tendo esse desafio se intensificado se se procurar estudos que relacionem os estilos parentais com a vivência do abuso sexual e estudos sobre os efeitos que este delito tem no desenvolvimento e educação dos filhos. A este propósito, destaca-se a inovação desta dissertação por contribuir no âmbito

científico-acadêmico com conteúdos que relacionam o abuso sexual com os estilos parentais e os efeitos desse crime na educação e desenvolvimento dos/das filhos/filhas.

Através deste trabalho acadêmico notou-se ser primordial uma maior preparação das mães para abordarem temas sobre a sexualidade com os seus filhos. Nos hospitais e clínicas de apoio à maternidade devem ser incluídos, para além dos programas de preparação para o parto e pós-parto, palestras, workshop, conferências e cursos sobre as medidas, cuidados e formas de falar/trabalhar a sexualidade e a prevenção do abuso sexual com os seus descendentes. Só desta forma se conseguem retirar a ideia da escola como único e principal agente de informação e prevenção destes crimes. Ainda que neste estudo as mães revelem que têm alguns cuidados e que a família tem um papel importante, foi evidente que algumas mulheres não tinham muita informação sobre como e quando o deveriam fazer.

Nesses workshops, palestras, conferências e cursos devem ser incluídas, sempre que possível, psicológica e eticamente adequado, mães sobreviventes de abuso sexual de modo a transmitir confiança e relatos em primeira mão como forma de apoio e alerta às novas mães. Ademais, a inclusão destas mulheres permitirá o fim de determinados preconceitos que a sociedade perpetua sobre as mães vítimas destes crimes sexuais e a forma como vivem a sua maternidade.

5.4. Sugestões para futuras investigações

Este trabalho acadêmico pode servir como incentivo a futuras investigações na medida em que devido a vários fatores não foram analisadas questões pertinentes nem foi possível trabalhar-se diretamente com uma maior amostra.

Entre as sugestões que esta investigação permite para as próximas destacam-se:

- A possibilidade de um investigação composta por uma amostra mais extensa quer de mães abusadas quer de mulheres que não sofreram este crime. Tal permitirá uma maior generalização e representatividade dos resultados. Além disso, um aumento do número de participantes possibilita a melhor perceção sobre os efeitos que o abuso sexual assume na maternidade e nos estilos educativos;
- A aplicação do mesmo estudo com uma amostra mais extensa de modo a serem estudadas não só a vivência da maternidade e as conceções sobre a vivência da

maternidade das outras mulheres, mas também focando-se na necessidade da inclusão destas sobreviventes nos vários macrossistemas da sociedade;

- Aplicação deste estudo junto de instituições de apoio à vítima, no sentido de compreender a vivência da maternidade destas mulheres. Essa aplicação proporcionará às instituições obter as informações necessárias para a elaboração e aplicação de estratégias de apoio na maternidade a essas mulheres;
- Um estudo detalhado sobre os estilos educativos assumidos pelas mães seria interessante ser trabalhado, de modo que as instituições sociais possam adotar medidas e criar iniciativas de apoio à maternidade para que a geração futura seja marcada por uma educação positiva e respeitosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amando, J. S. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Referência*, 5, 53-63. https://rr.esenfc.pt/rr/index.php?module=rr&target=publicationDetails&pesquisa=&id_artigo=2049&id_revista=5&id_edicao=20
- American Academy of Pediatrics (2019). *Child Abuse and Neglect*. <https://www.healthychildren.org/English/safety-prevention/at-home/Pages/What-to-Know-about-Child-Abuse.aspx>
- Alencar, S. S. (2017). Violência conjugal contra a mulher: quando a intimidade sexual passa a ser um ato de violência. *Anais V ENLAÇANDO*. <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30776>
- Almeida, D. F. S. (2019). *A violência sexual através de vozes de mulheres sobreviventes de violência doméstica: uma experiência de estágio curricular numa casa de abrigo*. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação, Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, Portugal. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123887/2/365432.pdf>
- Almeida, L. & Freire, T. (2009). *Metodologia de investigação em psicologia e educação* (5.ª edição). Braga: Psiquilibrios.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vitima – APAV. (2013). *Manual Unisexo - para o atendimento a vítimas adultas de violência sexual*. https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/627-manual-unisexo-atendimento-a-vitimas-de-violencia-sexual
- Associação Portuguesa de Apoio à Vitima – APAV (2019a). *Estatísticas APAV. Crimes sexuais 2013-2018*. APAV. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_CrimesSexuais_2013_2018.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vitima – APAV (2019b). *Manual CARE: apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual*. Lisboa: APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. https://apav.pt/care/images/care/ManualCare_2edicao.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vitima – APAV (s/d). *Como se manter seguro/a: Nos relacionamentos*. APAV. <https://apav.pt/unisexo2/index.php/pt/como-se-manter-seguro-a/nos-relacionamentos>
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (1ª edição). Brasil: Edições 70.
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of pre-school behaviour. *Genetic Psychology Monographs*, 75, 43-88.
- Bogdan, R.; Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação* (1.ª edição). Portugal: Porto Editora.
- Bonia, V.; Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1), 68-80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>
- Borelli, J. L., Cohen, C., Pettit, C., Normandin, L., Target, M., Fonagy, P., & Ensink, K. (2019). Maternal and Child Sexual Abuse History: An Intergenerational Exploration of Children's Adjustment and Maternal Trauma-Reflective Functioning. *Frontiers in psychology*, 10 (1062). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01062>

- Borges, J. L. & Dell'Aglio, D. D. (2008). Abuso Sexual Infantil: Indicadores de Risco e Consequências no Desenvolvimento de Crianças. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 42 (3), 528-536. <https://www.researchgate.net/publication/43071315>
- Brilhante, A. V. M., Giaxa, R. R. B., Branco, J. G. O. & Vieira, L. J. S. (2019). Cultura do estupro e violência ostentação: uma análise a partir da artefactualidade do funk. *Interface*, 23, 1-13. <https://scielosp.org/article/icse/2019.v23/e170621/>
- Cassoni, C. (2013). *Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade de Ribeirão Preto – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-14122013-105111/en.php>
- Coelho, R. (2016, 19 janeiro, in press). Mais de 60 mulheres por ano são violadas pelos próprios maridos. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/sociedade/mais-de-60-mulheres-por-ano-sao-violadas-pelos-proprios-maridos-4986304.html>
- Committee on Health Care for Underserved Women (2011). Adult Manifestations of Childhood Sexual Abuse. *The American College of Obstetricians and Gynecologists*, 498, 1-4. <https://www.acog.org/clinical/clinical-guidance/committee-opinion/articles/2011/08/adult-manifestations-of-childhood-sexual-abuse>
- Cunningham, A. & Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears: how violence against a mother shapes children as they grow*. Londres: Centre for Children & Families in the Justice System. <http://www.socialworkerstoolbox.com/little-eyes-little-ears-how-violence-against-mother-shapes-children-as-they-grow-booklet/>
- Department for Health and Wellbeing, Government of South Australia. (S/d). *Sexual abuse in childhood – pregnancy, birth and postnatal care considerations*. https://www.sahealth.sa.gov.au/wps/wcm/connect/b64045804fd1127394d9959c192820f8/Sexual+Abuse+in+Childhood.+Pregnancy%2C+birth+and+postnatal+care+considerations_PPG_v5_0.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ROOTWORKSPACE-b64045804fd1127394d9959c192820f8-nxz65rn
- DiLillo, D. & Damashek, A. (2003). Parenting Characteristics of Women Reporting a History of Childhood Sexual Abuse. *Child Maltreatment*, 8 (4) 319-333. https://www.researchgate.net/publication/9021032_Parenting_Characteristics_of_Women_Reporting_a_History_of_Childhood_Sexual_Abuse
- Figueiredo, A. M. & Figueiredo, F. O. (s. d.). *Teoria da amostragem: apontamentos teóricos e exercícios – contemplamentos de estatística – PDMA*. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/103088/2/185448.pdf>
- Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27 (2), 139-144. <https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x/?lang=pt#>
- Giddens, A. (2013). *Sociologia* (9.ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais. Modelo teórico: Manual de aplicação, apuração e interpretação* (1.ª edição). Petrópolis: Vozes.
- Gonçalves, E. S. S. (2015). *Percepção de competência parental e estilos parentais em mulheres: vítimas de violência doméstica*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade Lusófona do Porto, Porto, Portugal. <https://recil.ensinolusofona.pt/jspui/handle/10437/694>

- Hennig, F. (2008). *Relações entre práticas educativas parentais e memórias de cuidados na infância*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90944>
- Kimble, A. B. (2014). *The parenting styles and dimensions questionnaire: a reconceptualization and validation*. Dissertação de Bacharel em Ciências do Desenvolvimento Humano e Ciência da Família, Oklahoma State University Stillwater, OK, Estados Unidos da América. <https://core.ac.uk/download/pdf/215295769.pdf>
- Krell, O. J. O. & Amador, C. C. S. (2015). O abuso sexual intrafamiliar: propostas para uma proteção jurídico-administrativa mais afetiva de crianças e adolescentes. *Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL*, 6 (3), 94-106. file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/2059-Texto%20do%20Artigo-8053-1-10-20160218.pdf
- Krindges, C. A., Macedo, D. M. & Habigzang, L. F. (2016). Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. *Contextos Clínicos*, 9(1), 60-71. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.05>
- Lacerda, C. B. S. (2020). *O papel dos avós no sistema de relações familiares: estudo qualitativo transcultural Portugal – Brasil*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade Beira Interior, Portugal. https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11055/1/7791_16373.pdf
- Landi, C. A. (2019). *Violência sexual contra adolescentes e adultos jovens e estilos parentais*. Dissertação de mestrado em Ciências, Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, São Paulo, Brasil. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/53409>
- Lange, B., Condon, E. M., & Gardner, F. (2019). Parenting Among Mothers Who Experienced Child Sexual Abuse: A Qualitative Systematic Review. *Qualitative health research*, 30(1), 146–161. <https://doi.org/10.1177/1049732319882914>
- Lawrenz, P., Zeni, L. C., Arnoud, T. C. J., Foschiera, L. N. & Habigzang, L. F. (2020). Estilos, práticas ou habilidades parentais: como diferenciá-los?. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 16(1), 02-09. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872020000100002
- Leeners B.; Görres G.; Block E., Hengartner MP. (2016). Birth experiences in adult women with a history of childhood sexual abuse. *Journal of Psychosomatic Research*, 83, 27-32. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27020073/>
- Leeners, B., Neumaier-Wagner, P., Quarg, A.F., & Rath, W. (2006) Childhood sexual abuse (CSA) experiences: an underestimated factor in perinatal care. *Acta Obstetrica et Gynecologica Scandinavica*, 85 (8), 971-976. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00016340600626917?journalCode=iobs20>
- Lima, J. A. & Alberto, M. F. P. (2010). As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 15 (2), 129-136. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/QvyhNYPZb7HVD7v3968n8RH/?lang=pt&format=pdf>
- Lima, J. A. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 7-29. https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614_47-1_1

- Macarini, S. M., Martins, G. D. F., Minetto, M. F. J. & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 119-134. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100013
- Machadeiro, I. A. C. (2018). *Prevenir e Intervir nas Escolas*. Dissertação de mestrado em Educação Social – Especialização em Intervenção com Crianças e Jovens em Risco. Instituto Superior de Ciências Educativas, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Odivelas, Portugal. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30774/1/Isabel%20Machadeiro.pdf>
- Manfio, A., Radichi, R. M., Rodrigues, B. O., Souza, D. C., Nascimento, H. R., Barbosa, R. S., Santiago, D. E. (2021). O papel da escola diante ao abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes. *UNIESP, S.A.* 1-19. https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20210708215145.pdf
- Marafon, P. & Scortegagna, S. A. (2017). Suporte materno mediante o abuso sexual infantil: revisão de literatura. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 8(1), 119-134 http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072017000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Miguel, I., Valentim, J. P. & Carugati, F. (2009). Questionário de Estilos e Dimensões Parentais – Versão Reduzida: Adaptação portuguesa do Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short Form. *Psychologica*, 51, 169-188. https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_51_11
- Miškulin, I., Raguž, Z., Mujkić, A., Miškulin, M., Lešić, D., Čandrlić, M., Vukoja, I., Kovačević, J., Čandrlić, S., & Palenkić, H. (2021). Mothers' Attitudes Regarding Parental Styles and Child Abuse in Croatia. *Central European Journal of Paediatrics*, 17(2), 87-92. <https://doi.org/10.5457/p2005-114.293>
- Mondim, E. M. C. (2008). Práticas educativas parentais e os seus efeitos na criação dos filhos. *Psicologia Argumento*, 26 (54), 233-244. <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19885>
- Montgomery, E., Seng, J.S. & Chang, YS. (2021). Co-production of an e-resource to help women who have experienced childhood sexual abuse prepare for pregnancy, birth, and parenthood. *BMC Pregnancy Childbirth*, 21 (30), 1-12. <https://bmcpregnancychildbirth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12884-020-03515-5#citeas>
- Mundo Psicólogos. (2018, 7 junho). *Como superar o trauma de um abuso sexual?.* Mundo Psicólogos. Consultado a 21 de fevereiro de 2022 em <https://br.mundopsicologos.com/artigos/como-superar-o-trauma-de-um-abuso-sexual>
- National Research Council (1993). *Understanding Child Abuse and Neglect* (1ª edição). Washington, DC: The National Academies Press.
- NHS, Devon Partnership. (2017). *Information for staff: Working with women during pregnancy and childbirth who have experienced sexual abuse.* <https://www.dpt.nhs.uk/download/WWIDoQUkkk>
- Oliveira, T. M. V. (2001). Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. *Administração On Line*, 2 (3), 1-15. https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-

- _amostragem_ nao_ probabilistica_ adequacao_ de_ situacoes_ para_ uso_ e_ limitacoes_ de_ amostras_ por_ conveniencia.pdf
- Oliveira, T. D., Costa, D. S., Albuquerque, M. R., Malloy-Diniz, L. F., Miranda, D. M., Paula, J. J. (2018). Cross-cultural adaptation, validity, and reliability of the Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short Version (PSDQ) for use in Brazil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 40, 410-419. <https://www.scielo.br/j/rbp/a/vqhSD8NwMxNxmMpg59p5CgP/?lang=en>
- Nunes, M. C. A. & Morais, N. A. (2018). Gravidez pós-estupro: considerações com base na Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano. *Contextos Clínicos*, 11 (3), 285-296. https://www.researchgate.net/publication/329587377_Gravidez_pos-estupro_consideracoes_com_base_na_Abordagem_Bioecologica_do_Developemento_Humano_Post-rape_pregnancy_Considerations_based_on_the_Bioecological_Approach_to_Human_Development
- Nunes, M. C. A., Lima, R. F. F & Morais, N. A. (2017). Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (4), 956-969. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cxJdp3qqH5cbd4QLXwS94wS/?lang=pt#>
- Pacheco, J. T. B., Silveira, L. M. O. B. & Schneider, A. M. A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *PSICO, Porto Alegre, PUCRS*, 39 (1), 66-73. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-521067>
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto de relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde e Doenças*, IV (2), 165-184. <https://www.redalyc.org/pdf/362/36240201.pdf>
- Paulino, S. E. (2018). Mães abusadas, filhas abusadas: desvelando o abuso sexual incestuoso e sua repetição através de gerações. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 16 (1), 1-19. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22962>
- Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. (2020). Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15 (1), 1-12. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3708/2316
- Pinto, L. A. P. A., & Colossi, P. M. (2017). Percepção materna acerca das práticas educativas coercitivas e a transmissão de modelos familiares. *Contextos Clínicos*, 10 (2), 157-171. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822017000200003
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4.ª edição). Lisboa: Gradiva.
- Rezende, S. J. (2013). As cicatrizes: Impactos na vida adulta do abuso sexual infantil. *Raízes no direito*, 2 (1), 87-100. <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/raizesnodireito/article/view/663>
- Rios, J. B. S., Ferreira, D. F. & Batista, E. C. (2016). Práticas educativas e estilos parentais: uma revisão bibliográfica da literatura brasileira. *Revista UNIABEU Belford Roxo*, 9 (21), 17-31. <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/2268>
- Roberts, C., Montgomery, E., Richens, Y. & Silverio, S. A. (2021). (Re)activation of survival strategies during pregnancy and childbirth following experiences of childhood sexual

- abuse. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*.
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02646838.2021.1976401>
- Robinson, K. (2000). Childhood Sexual Abuse. Implications for Care during Pregnancy and Birth. *Journal SOGC*, 22 (4), 303-306.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S084958311631535X>
- Robinson, C.C., Mandleco, B., Roper, S.O., Hart, C.H. (1995) Authoritative, authoritarian, and permissive parenting practices: development of a new measure. *Psychol Reports*, 1995;77, 819-30.
https://www.researchgate.net/publication/232434027_Authoritative_Authoritarian_and_Permissive_Parenting_Practices_Development_of_a_New_Measure
- Ruscio, A. M. (2001). Predicting the child-rearing practices of mothers sexually abused in childhood. *Child Abuse & Neglect*, 25, 369-387.
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11414396/>
- Sant'Anna, P. A. & Baima, A. P. S. (2008). Indicadores Clínicos em Psicoterapia com Mulheres Vítimas de Abuso Sexual. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28 (4), 728-741.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000400006
- Santos, C. I. N. (2019). *A relação entre o funcionamento familiar, os estilos parentais e a violência filio-parental*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, Portugal.
<https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/7392>
- Santos, J. L. (2011). *Casa de Pais, Escola de Filhos: Um Estudo sobre Transformações nos Significados, Valores e Práticas de Educar Filhos em Famílias de Baixa Renda*. Dissertação de doutoramento em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/15026/1/Joao%20Laurentino%20dos%20Santos.pdf>
- Santos, S. S. & Dell'Aglio, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de psicologia*, 25 (4), 595-606.
<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/M3MMpw8W7KgJNmLn5Tg3Q4F/abstract/?lang=pt>
- Santos, S. R. M. L. B. (2013). *Menina, mulher, filha, mãe?: a gravidez decorrente de violência sexual*. Dissertação de doutoramento em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília, Portugal. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13674>
- Siebra, D., Barroso, M., Melo, A., Landim, J., & Oliveira, G. (2019). Os Prejuízos causados à Saúde Mental e à vida sexual adulta das mulheres vítimas de Abuso Sexual na infância. *Revista de psicologia*, 13 (46), 359-378.
<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1890/0>
- Silva, J. C. (2017, 18 junho). Andrew Solomon: "Mães violadas sofreram mais do que as outras". Diário de Notícias. Consultado a 21 de janeiro de 2022 em <https://www.dn.pt/artes/andrew-solomon-maes-violadas-sofreram-mais-do-que-as-outras-8569865.html>
- Slavič, T. R. & Gostečnik, C. (2015). The Experience of Pregnancy, Childbirth and Motherhood in Women with a History of Sexual Abuse. In Mivsek, A. P. (Idem). *Sexology in Midwifery. IntechOpen*. Capítulo 6. <https://www.intechopen.com/chapters/47809>

- Souza, F. B. C., Drezett, J., Meirelles, A. C., & Ramos, D. G. (2013). Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. *Reprodução & Climatério*, 27 (3), 98-103. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S141320871300006X>
- Spaziani, R. B. & Maia, A. C. B. (2015). Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. *Revista Psicopedagogia*, 32(97), 61-71. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100007&lng=pt&tlng=pt.
- Ventas, L. (2017, 8 março, in press). Como mulheres violentadas conseguem superar o trauma e redescobrir o prazer sexual. *BBC News, Brasil*. Consultado a 19 de fevereiro de 2022 em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-39193618>.amp
- Wearick-Silva, Luis Eduardo et al. (2014). Mothers who were sexually abused during childhood are more likely to have a child victim of sexual violence. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, 36 (2), 119-122. <https://www.scielo.br/j/trends/a/hZ79QmHBVNjmmmtNkSLpP3mC/?lang=en#>
- <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/story/cuidar-do-meio-ambiente-colabora-com-saude-mental>

ANEXOS

Anexo I - Consentimento informado, livre e esclarecido para a participação em investigação – de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo⁴

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Título do estudo: Vivência da maternidade e concepções sobre os estilos educativos de mães abusadas sexualmente

Enquadramento: O presente estudo está a ser desenvolvido no âmbito da dissertação de Mestrado em Estudos da Criança, Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias, em curso no Instituto de Educação da Universidade do Minho, sob a orientação da Doutora Teresa Vilaça, Professora Auxiliar do Instituto de Educação da referida Universidade. O estudo visa analisar como é que as entrevistadas vivem a maternidade e concebem a vivência da maternidade por mulheres abusadas sexualmente.

Explicação do estudo: Primeiro será realizada uma entrevista gravada, anónima e sigilosa sobre a Vivência da Maternidade, que integra questões sobre: dados sociodemográficos; atitudes de otimismo face ao mundo; estilo educativo; e o que pensa sobre a prevenção do abuso sexual. O local para realização da entrevista será escolhido pela participante no estudo. A entrevista terá a duração de cerca de uma hora. A gravação será destruída após a transcrição anónima da entrevista, no máximo após seis meses da sua gravação. Em seguida será preenchido, de forma anónima e sigilosa, um questionário sobre a forma como gosta de educar o/s seu/s filho/s.

Condições e financiamento: Não há pagamento de deslocações ou contrapartidas, pois este estudo será pago pela investigadora, aluna de Mestrado. A sua participação neste estudo é de totalmente voluntária, e caso pretenda desistir a meio do estudo poderá fazê-lo sem qualquer prejuízo para si. O estudo mereceu o Parecer favorável da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho.

Confidencialidade e anonimato: A entrevista e o questionário são anónimos e confidenciais, logo, a identidade das participantes nunca será revelada. A entrevista depois de transcrita ficará totalmente anónima. Apenas a investigadora terá acesso aos dados durante o estudo, que serão guardados em segurança numa pasta no computador. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a presente dissertação de Mestrado, e artigos e apresentação em congressos para divulgação do estudo. Os contactos serão feitos em condições de privacidade tal como a realização da entrevista e preenchimento do questionário. Enquanto os dados não forem tornados anónimos, a participante tem o direito de: retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais sem que tenha de se justificar; solicitar informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais; aceder e retificar os seus dados pessoais; e portabilidade dos dados que tenha fornecido. Mais informo que para exercer os referidos direitos pode contactar a investigadora, que será a responsável pelo tratamento de dados.

Caso pretenda notificar algum aspeto relativo à proteção dos seus dados, deverá fazê-lo, por escrito, dirigindo notificação ao Encarregado de Proteção de Dados da Universidade do Minho (protecaodados@uminho.pt).

Muito obrigado pela sua participação e disponibilidade.

Identificação da investigadora: Joana Daniela Azevedo Costa, Técnica Superior de Sociologia, Contacto telefónico: 914504507, Endereço eletrónico: jodaazco@hotmail.com.

Assinatura da investigadora:

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

⁴ <https://files.dre.pt/1s/2001/01/002a00/00140036.pdf> (Consult. 23 mai. 2022).

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Nome:

Assinatura:

Data: /..... /.....

ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 2 PÁGINAS E FEITO EM DUPLICADO: UMA VIA PARA A INVESTIGADORA, OUTRA PARA A PESSOA QUE CONSENTE

Anexo II – Exemplo da aplicação de uma entrevista

Entrevista n.º 1. | **Data:** 26 de agosto de 2022 | **Duração:** 32 min. e 46 seg. | **Local:** Trofa, casa da entrevistada.

E. Boa noite sou estudante da universidade do Minho estou no 2 ano de mestrado em estudos da crianças em especialização em intervenção psicossocial com crianças e famílias. Neste momento estou a realizar a minha tese para obter o grau de mestre sob a orientação da Doutora Teresa Vilaça. O objetivo deste estudo é analisar as entrevistada vivem a maternidade e a conceção das mesmas sobre a maternidade por parte das mulheres, mães abusadas sexualmente. Como foi dito anteriormente na declaração de consentimento informado que assinou, a participação neste estudo é totalmente voluntaria, anonima e sigilosa, pode desistir a qualquer momento ou não responder a qualquer pergunta que cause algum incomodo. A entrevista inclui questões sobre o abuso sexual, a maternidade e modo como estas influenciam o modo como estas influenciam o desenvolvimento e educação das crianças. Os dados recolhidos serão tratados e analisados de modo anonimo e apenas para efeitos académicos deste projeto. Desde já agradeço a sua participação. [Pausa]. Então, na primeira parte vamos fazer assim uma entrevista mais sobre dados sociodemográficos... aham... não nos interessa saber o seu nome até porque isto é anonimo como eu já referi, mas importa-nos saber algumas questões para caracterização da... da amostra... **a sua idade...**

e. 44.

E. Aham. **Em que local nasceu?**

e. Na trofa.

E. **Qual é o seu grau de escolaridade?**

e. Licenciatura.

E. **Atualmente tem alguma profissão?**

e. Sim.

E. **Qual?**

e. Gestora.

E. Ok. **Qual o seu estado civil?**

e. Casada.

E. **Quantos filhos tem?**

e. 2.

E. Ok. **São dois meninos ou meninas?**

e. Dois meninos.

E. Dois meninos... e **qual é a idade dos seus filhos?**

e. Onze e vinte e quatro.

E. Ok... acredito que ao nível da maternidade seja diferente por causa de um ter diferença... bastante... diferença um do outro o que influencia se calhar... alguns anos atrás tinha... pensa de outra forma algumas questões da maternidade do que hoje em dia...

e. Hum. Nunca se educa um filho como se educa o outro. A idade traz maternidade e os ... hum... os supostos erros que a gente deteta que faz com um depois tenta não fazer com o outro e comete outros [Risos] é natural que assim seja.

E. Claro [Risos]. Ahm, **como é composta a família com que vive, o seu agregado familiar?**

e. É... marido, eu e os filhos.

E. Ok. Conhece alguma mãe...

e. E o gato.

E. Sim, claro, faz parte da família [risos].

e. [Risos].

E. **Conhece alguma mãe que sofreu ou sofre de abuso sexual?**

e. [Pausa]. Não... acho que não.

E. Hum... ok... **também não sofreu?** Pelo menos que saiba...

e. [Pausa]. Não... sexual, não.

E. ok. Ahm. Passamos então para uma fase mais, a primeira fase propriamente da entrevista... sobre a questão do otimismo face ao mundo das mães. **Na sua opinião, os seus filhos vão crescer num sociedade saudável?**

e. [Pausa]. Eu gostava que sim... mas o que se vê é que não [risos].

E. Ok, **porquê?**

e. Acho que a sociedade é muito materialista, principalmente por isso. As pessoas estão sempre muito preocupadas com ter, ter e ter, e acho que há outros fatores mais importantes [pausa] p'ó futuro, das... das crianças e dos adultos. Acho que a sociedade é muito [pausa]... materialista e individualista.

E. Sim...

e. Preocupam-se pouco com o próximo.

E. Ok. E **considera que as mães abusadas sexualmente pensarão das mesma maneira?**

e. [Pausa]. Talvez... [risos]... talvez pensem [pausa]. Eu acho que o, o, o mais certo é que pensem mesmo que os filhos vão crescer num mundo mesmo muito mau. Porque uma mãe que foi abusada, principalmente sexualmente deve ter uma ideia do mundo bastante... ahm.. enfiada.

E. Sim. Um visão mais negativa do mundo...

e. Sim, muito mais negativa. O trauma deve ser... uma coisa brutal.

E. Sim, exato... ahm. **Em que medida considera que a vida dos seus filhos vai ser afetadas pelos problemas ambientais que falam na atualidade?** Por exemplo, os excesso do lixo, a mudança climática e a falta de recursos naturais...

e. [Pausa]. Vão sempre ser afetados porque o mundo tá' em contaste mudança por causa... é o lixo, é o... o degelo, é... as marés que, que sofrem alterações, que provocam alterações climáticas, e... e a vida das pessoas tem que mudar. As pessoas tem que começar a pensar que... a parte que nos cabe fazer nós temos que a fazer... por isso eles vão sempre mudar.

E. Sim...

e. Quanto mais não seja adotar métodos... e fazer menos lixo, poupar água, porque é natural.

E. Sim. **Então considera que a vida dos filhos vai ser afetada por essas questões?!**

e. Sim, sim.

E. Ahm. **Na sua opinião, vivemos num mundo onde podemos confiar nos outros?**

e. [Pausa] nalgumas pessoas sim... noutras não [risos].

E. [Risos] pois...

e. Temos os dois pontos...

E. **Porquê que acha isso?**

e. As vezes a gente confia nas pessoas e depois vem a descobrir que não devia ter confiando... mas também há pessoas que as pessoas conta sempre com elas e que, que fazem parte da

nossa vida há muitos anos e a gente sabe que podemos contar com elas. Mas também não podemos ser muito pessimistas porque senão também não se vive [sorrisos].

E. Sim... ahm **para si o local onde vive é um lugar seguro ou perigoso para os seus filhos crescerem?**

e. É seguro.

E. **E porque é que acha que é seguro?**

e. Num, num temos grandes problemas de, de criminalidade, de assaltos, de... num... os miúdos podem vir a pé da escola para casa, da casa para a escola, podemos ir ao supermercado sossegadas sem medo de ser assaltados... hum... é um sítio seguro.

E. Ahm... e **considera que as mães abusadas sexualmente consideram que o local onde elas vivem é ou não seguro para os seus filhos?**

e. Eu acho que isso depende muito dos abusos...

E. Neste caso falando de um abuso sexual...

e. O abuso sexual, eu acho que se for dentro de casa, eu acho que para essas mães... não há locais seguros, porque se o local supostamente seguro não foi seguro, acho que o medo que é muito grande... depende muito... e depois se também se foi na rua também vão ter medo de andar na rua, vão ter medo que os filhos andem na rua...

E. Claro.

e. É normal... ficam, ficam... hum... eu acho que são tipo de traumas que deixam sempre medos...

E. Então o lugar onde possa ter... **então a sua opinião é que dependendo de onde for o lugar de foi abusada por influenciar a parte de considerar ser seguro ou não?!**

e. Sim... eu acho que sim...

E. Ok. **Nos tempos que vivemos é fácil ou não educar uma criança?**

e. Não [risos] é difícil.

E. [Risos] **Porquê?**

e. [Risos] é difícil, os estímulos exteriores são muito grandes, as ... as novas tecnologias... é difícil... é difícil educar uma criança. Claro que é difícil. Apesar que também traz benefícios, noutras... noutras... por exemplo, no desenvolvimento deles... ahm... os telemóveis, a internet trouxe muitas coisas que é bom para eles como aprender a... inglês, aprender a contar... é... mas que é difícil é. Mas eu acho que sempre foi difícil.

E. Sim, até porque ahm... acredito que há vinte e três anos atrás não havia essa questão da tecnologia que há hoje.

e. Não...

E. E ainda assim era difícil.

e. É, é difícil... é difícil.

E. Eram outras dificuldades.

e. Eram outras dificuldades... o...o... as coisas vão mudando, evoluindo e os problemas também vão sendo outros... e é normal que assim seja.

E. Ahm... **que ideia tem sobre o que pensam as mães abusadas sexualmente sobre a educação atual dos seus filhos?**

e. Acho que também sente muitas dificuldades....

E. E porque é que acha isso? **Porque que acha que elas possam sentir?**

e. Eu acho que são mães que... dependendo do... do sexo dos filhos, principalmente mães que sejam mães de meninas, acho que vão viver sempre num pânico constante para proteger...

principalmente se for meninas... nos meninos também mas como, como são mulheres vão viver sempre naquele pânico que as filhas passem pelo mesmo, sabendo elas o que sentem...

E. Exatamente... sim.

e. Portanto acho que é... é um pânico contante... eu acho... eu acho que vivia assim.

E. Se fosse você ter sido abusada acha que viveria assim?

e. Eu acho que vivia sim...

E. Mesmo tendo dois meninos?

e. E também tenho esses medos... a gente ouve muita pedofilia, os professores, os padres, os catequistas, os chefes de escuteiros, há sempre.... As mães tem sempre esses medos e as que foram abusadas têm que ter muitos mais medos.

E. Acha que esses medos foram aumentando com os anos?

e. Acho que sim. Sim, sim, sim... porque também a comunicação social para pôr dar essas notícias, porque antigamente também havia pedofilia, abuso de menores, havia isso tudo, só que as pessoas não tinham era conhecimento dessas coisas.

E. Acha que a internet, agora, veio intensificar essas difusão de informação.

e. Eu acho que sim...

E. [Pausa]. Na sua perspectiva, nos próximos cinco anos a violência familiar vai diminuir ou não?

e. Não.

E. Não vai diminuir?

e. Não...

E. ahm... e porque é que acha isso?

e. Quer dizer, eu não sei se vai diminuir ou não... eu acho que neste momento... [pausa]... lá está, a comunicação social bombardeia todos os dias com essas noticias e acho que a justiça é branda parra os agressores, porque se a justiça fosse pesada com os agressores, acho que dissuadia muitos de fazer.

E. Hum, hum.

e. Ou alguns, muitos se calhar não, mas alguns dissuadia. E eu acho que... nas escolas têm que se começar a ensinar as crianças a respeitar o próximos e... e a respeitar... o homem respeitar a mulher e a mulher a respeitar o homem, porque quantos estudos falam que a violência começa no namoro... se começa no namoro, se, se as raparigas ou os rapazes se acham normal sofrer violência no namoro... daqui a 5 ou 10 anos vão ser adultos casados a sofrer violência no casamento.

E. Claro...

e. Portanto, eu acho que...

E. Que não vai diminuir...

e. Que o caminho não tá' a ser bem trilhado...

E. Hum. Eu só estou a carregar [no telemóvel] para ver se realmente está a gravar porque pode as vezes parar a meio [Risos].

e. [Risos].

E. Ahm... as mulheres abusadas sexualmente denunciaram... ahm... peço desculpa... hum enganei-me aqui... **Será que as mulheres abusadas sexualmente tem as mm opinião de que, no seu caso, a violência vai aumentar, ou seja, não vai diminuir?**

e. Eu acho que sim.

E. Acha que pensam o mesmo?

e. Eu acho que pensam o mesmo.

E. Claro que tendo em conta a sua perspectiva de que elas tem uma visão negativa sobre o mundo... ahm. Vão pensar dessa forma...

e. Sim... se não forem bem acompanhadas e, e... eu acho que mesmo que com um bom acompanhamento o trauma fica lá...

E. Na sua opinião, num futuro próximo a maior parte das pessoas vai ou não denunciar de imediato casos de abuso sexual?

e. Acho difícil, também...

E. Acha que com o tempo as pessoas não vão mudar aquilo que se tem vindo passar hoje em dia... que é, muitas vezes, não denunciam?

e. As pessoas sabem que devem denunciar só que muitas vezes pensam... no... no que é que vai acontecer depois de denunciar porque as pessoas veem os agressores a... a ser ouvidos em tribunal, saírem em liberdade, irem comentar o mesmo crime, matam e.. e matam quem, quem ajudou a vítima, e... hum... e acham que estão impunes porque o mal da justiça é que não atua convenientemente e com mão pesada e os agressores acham que ficam impunes...

E. Sim... e as mulheres abusadas sexualmente denunciaram mais ou menos rápido esses casos?

e. Eu acho que isso é que as mulheres vão denunciar mais rápido, porque eu acho que elas com o, o verem na, nos meios de comunicação social, sempre a falar-se sobre o assunto, sempre a dizer para denunciarem, e mesmo a polícia já tem brigadas especiais para acolhere essas queixas e acho que sim... que... ainda há muito trabalho a fazer, mas acho que sim. Cada vez mais.

E. Isto também a nível de abuso sexual, certo? Porque, no, no relacionamento, por exemplo...

e. No sexual acho que é um bocadinho mais difícil.

E. É?... então acha que as que foram abusadas...

e. Há vergonha.

E. Que se forem abusadas provavelmente que tenham dificuldades em denunciar do que outro tipo de abuso psicológico ou físico?

e. Lá está... eu acho que se não forem bem acompanhadas e... e se não lhes explicarem que... porque a maioria das mulheres abusadas sexualmente acha que numa fase inicial acha que a culpa é delas.

E. Hum, hum.

e. Eu acho que se elas não tirarem essa culpa de cima de elas, se não forem bem acompanhadas psicologicamente, psiquiatricamente... o, o que tiver de ser, acho que é um bicado difícil, porque o abuso sexual é um bocado difícil, porque há vergonha... hum.. sendo jovens, ahm, adolescentes ou até crianças, muitas vezes há ameaças.

E. Hum, hum.

e. É difícil...

E. Na sua opinião, nos próximos 5 anos a maior parte dos alunos falarão sobre a prevenção do abuso sexual? Na educação sexual na escola? Acha que sim?

e. Eu acho que era bom que isso acontecesse.

E. E porque é que acha que era bom?

e. Acho que é muito importante que se fale nisso nas escolas para que as crianças... porque muitas vezes me casa os pais não falam nesses assuntos, as crianças muitas vezes acham que é normal e então acho que quanto mais se falar nas coisas e... e se ensinar as crianças que, lá está, como os psicólogos dizem há partes do corpo que são privadas, que os outros não podem

tocar. Quanto mais as crianças souberem dessas coisas acho que mais facilmente denunciarão.

E. Exatamente... até porque elas passam a maior parte do tempo delas nas escolas.

e. Exatamente...

E. Ahm. Partimos agora para um nova parte desta entrevista que não tem tudo a ver com a questão da sua perspectiva sobre o mundo mas ao nível da educação... e aquilo que são as suas atitudes face a determinados... face a suas atitudes, face aquilo que você costumam decidir. Então, **costuma deixar os seus filhos brincarem em casa dos vizinhos e amigos?**

e. [Pausa]. Se for amigos de confiança sim, mas prefiro que os amigos venham brincar cá para casa [risos].

E. [risos] Ok... é interessante.

e. Mas sim... mas... já deixei brincar em casa de pessoas que eu tinha confiança.

E. Sim.. e, e porquê? **Porque que tem essa distinção?**

e. [Pausa], porque na minha casa eu controlo, na casa dos outros não consigo controlar. E lá está, nos sabemos que... que as criança para serem abusadas e maltratadas muitas vezes são... pelos próprios avos, ou pelos tios e a gente não pode confiar em ninguém...

E. **As mães abusadas sexualmente reagirão da mesma foram que você ou não?**

e. Acho que ainda serão mais radicais [sorrisos].

E. **Acha que sim?**

e. Acho que sim.

E. **E porque que acha isso?**

e. Eu acho que elas não querem que aconteça aos filhos o que aconteceu com elas... isso é impensável para uma mãe.

E. Sim... acho que... se estou a perceber bem o que está a dizer, se para si já seria mau se tivesse sido abusada seria ainda pior.

e. Hum, sim, sim. Muito pior.

E. Acha que então se, se por exemplo você que nunca foi abusada se acontecesse isso aos seus filhos você ia se achar má mãe, culpada...

e. Exatamente.

E. E se fosse outra... uma mãe que foi abusada ainda pior.

e. Hum, hum [risos]. Quando acontece alguma coisa mesmo que estejam connosco a gente sente-se sempre culpada, portanto, numa situação dessas então era, era muito piro, sem dúvida.

E. **É frequente deixá-los brincar em casa dos seus familiares?**

e. [pausa]. Nalguns sim.

E. Ahm... em que situações?

e. [Pausa] hum... numa festa de anos... hum... ao fim de semana se for a casa de algum familiar brinca, sim...

E. E que, **que distinção faz de, entre familiares, isto é, disse que alguns familiares deixa, quais é que não deixa?**

e. É assim, familiares que conviva com muita frequência e que eu conheça deixo, familiares afastados, não, não deixo.

E. Sim...

e. Não conheço as vivencias... [risos].

E. Certo, ainda que sejam familiares não conhece a rotina, nem...

e. Exatamente [risos]. Sim, sim...

E. **As mães abusadas sexualmente reagirão da mesma maneira?**

e. Sim, sem dúvida [sorrisos]. Sem dúvida.

E. E porquê? **Porquê que reagirão da mesma forma?**

e. Têm muitos medos... têm muitos medos... e, um, um, uma mãe ou um pai que, que tenham passado por um abuso não quer que os filhos passem pelo mesmo, certamente.

E. Então, disse que deixa brincar em certas, certas, dependendo dos familiares.

e. Sim.

E. **Então as mães que foram abusadas sexualmente tenderão também a deixar brincar com os familiares dependendo de quais eles sejam?**

e. Só pessoas que tenham confiança.

E. Ahm.. **sente-se confortável em deixar o seu filho sozinho com outras pessoas?**

e. [Pausa]. Com outras pessoas?

E. Sim.

e. Depende, se eu conhecer sim, senão não.

E. Ahm. **Por exemplo, com um professor?**

e. Com os professores sim, temos de confiar... apesar de que... sabemos que há professores a abusar de crianças, mas a gente tem de confiar. A gente tem de deixar na escola, a gente tem de confiar. Agora se eu desconfiasse de alguma coisa, aí tomava medidas imediatamente nem pensava duas vezes.

E. Então tendem a deixá-los... hum... não se importa de deixar sozinho desde que seja pessoas com quem ele prive diariamente.

e. Sim.

E. Ok, ahm.... Quais são, neste caso, as pessoas... tinha aqui uma questão de era quais são as pessoas que com quem mais confia deixar os seus filhos, sem a sua presença, então seria esses...

e. Na escola sim, com os familiares diretos e com quem ele convive também... sempre, porque senão ele também não se sente à vontade para isso.

E. Exatamente... **e as mães abusadas sexualmente reagirão da mesma forma, deixarão também, ahm, sozinhos sem elas estarem presentes?**

e. Acho difícil... acho muito difícil isso.

E. **Pelas mesmas razões que já apresentou?!**

e. Exatamente. Sim... sim...

E. Sim... **deixaria ou deixa os seus filhos dormirem em casa de amigos da escola?**

e. [Pausa] não. [risos].

E. [Risos] **porquê?**

e. [Risos] lá está, por, por... é assim, uma criança dormir em casa de um amigo da escola nós não conhecemos os pais, não conhecemos as pessoas que vivem em casa dos amigos da escola. Eu pelo menos não conheço. Conheço as pessoas, os pais dos amigos, mas superficialmente, não conheço a vivência deles dentro de casa, nem sei.... [suspiro] nem o, o tipo de pais que são. Nós, nós vemos o que a gente, o que, o que eles transparecem de cá de fora. A gente não sabe o que é que se passa.

E. Exatamente., sim...

e. Não...

E. Ahm... **e de vizinhos?**

e. Também não [risos].

E. Ahm... ok. Considera que as mães... de vizinhos, não é? **e de família?**

e. [Pausa] de família já aconteceu.

E. E sentiu-se confortável? E deixa?

e. Não.

E. Não se sente confortável?

e. Não... mas é outro tipo de preocupações... se adormeceu bem, se não adormeceu, se dormiu bem, se não dormiu bem, se vai dormir bem, se vai passar bem a noite, se não vai, pronto. Essas preocupações não, não.

E. Não são preocupações sobre a questão do abuso sexual... com esse receio.

e. não, não...

E. E considera que as mães abusadas sexualmente tomariam a mesma decisão e a mesma postura que você?

e. Sim, sim.

E. Ou seja, que deixaria, não deixariam nem dormir em casa de amigos e de familiares não seria a questão de preocupações...

e. Não confiam... não confiam.

E. Mesmo em familiares elas deixariam, no caso...

e. Sim, eu acho que sim, se confiassem sim.

E. Ahm. Ok. Houve alguma situação que decidiu que nunca mais deixaria os seus filhos sozinhos com adultos que conhece?

e. Não.

E. Não? ok. Porque as vezes pode acontecer que alguma negligencia por parte de familiares ou isso que possa definir que “não, nunca mais deixo esta pessoa com o meu filhos”.

e. Não... também nunca foram deixados muitas vezes [risos].

E. [Risos]. Na sua opinião, as mulheres que têm uma história de abuso sexual dão mais ou menos liberdade dada aos seus filhos?

e. [Pausa] eu acho que se eu tivesse nessa situação eu daria menos.

E. Porquê?

e. Eu não dou muita, mas também acho que dava menos [risos].

E. [Risos].

e. Lá está, acho que as pessoas... abusadas não confiam, não confiam, não confiam nos outros, não confiam no meio que as rodeia, não confiam... [pausa]... não podem confiar.

E. Basicamente considera que elas têm um medo permanente que possa acontecer em qualquer local, a qualquer pessoa, não confiam em ninguém, nem na própria família.

e. As mães já têm esse medo por si só, uma mãe abusada então, a cabeça deve funcionar mesmo... complicada.

E. Ahm... os seus filhos têm maior ou menor liberdade da que você tinha quando era criança?

e. [Pausa] menor...

E. Menor?

e. Sim...

E. E porquê? Quais são as diferenças que vê?

e. Eu brincava na rua e eles não podem brincar na rua... e... e nos tínhamos mais liberdade, nos andávamos mais... nos andávamos mais com os amigos para a escola, para a catequese, porque também não havia... nas ruas das aldeias não havia o trânsito que há agora, agora as crianças não podem andar na rua porque andam muitos carros, há muitos perigos, e eu tive mais liberdade do que a que eles tem, sem dúvida.

E. Então os seus medos são mais ao nível da, da própria... hum... vivência, azafama da vida e não propriamente da possibilidade de alguém chegar ali e levar o seu filhos ou abusar do seu filho ali, por exemplo.

e. [Pausa] também com isso, mas lá está, mas é, mas é... os medos é tudo próprio da sociedade que a gente vive hoje em dia. Lá está também há mais... eu não sei se há mais, a gente é que conhece mais abusos, mais... mais problemas, mais raptos, mais tudo...

E. Também, lá está se calhar pela questão das redes sociais, dos mass media...

e. Da televisão.

E. Que vieram mais divulgar essa informação porque antes se achar havia mas as pessoas não conheciam ou não falavam tanto como falam hoje em dia.

e. Exatamente. Sim, e também as pessoas não viam televisão como veem hoje em dia.

E. Hum, hum. **Em que medida considera que a história de vida, que a sua história de vida condiciona a forma como educa os seus filhos?**

e. [Pausa]. Eu acho que a vida condiciona-nos sempre...

E. A sua vida condiciona... **aquilo que já passou influencia de alguma forma a maneira como educa os seus filhos?**

e. Eu acho que... nós, nós fomos educados de uma certa maneira, o que nós não gostamos nesse tipo de educação vamos tentando não fazer com os nosso filhos e o que nos achamos que funcionou vamos fazer, só que as vezes pode também não funcionar. Funcionou connosco, mas pode não funcionar com eles. Porque... mesmo os filhos... nunca podem ser educados da mesma maneira porque eles não tem a mesma personalidade nem a mesma forma de aceitar as regras, a mesma... um filho aceita bem o não, o outro já noa aceita tao bem. É diferente.... É.... É... diferente.

E. **Então acha que condiciona, basicamente?**

e. Sim, condiciona.

E. **Em que medida é que considera que o facto de as melhores terem sido abusadas sexualmente afeta a forma como elas educam os seus filhos?**

e. [pausa]. Lá está, depende muito como é que elas foram educadas, depende muito que tipo de abuso sofreram porque isso, vão sempre projetar na educação dos filhos.

E. Hum, hum.

e. Porque se foram educadas, se foram abusadas por alguém da família vão sempre ter muito medo que os filhos estejam com pessoas da família, se foram abusadas por estranhos vão ter imensos medo que os filhos andem sozinhos na rua, é normal.

E. Ok. Ahm. **Das opções que vou ler a seguir, qual é a que mais se enquadra na forma como educa os seus filhos?** Opção A... depois se precisar que repita é só dizer. Opção A, tende a impor as suas regras, é menos permissiva à opinião da criança e usa a força e/ou punição/castigo, opção B, tende a dar uma total liberdade aos seus filhos, assumindo eles a maior responsabilidade pelo que fazem, opção C, ouve os interesses dos seus filhos, mas também reconhece que é necessário definir limites.

e. Acho que é a C.

E. E porque que acha que... **e porquê que toma essa atitude, no caso, na opção C, ouve os interesses dos seus filhos, mas também reconhece que é preciso definir limites?**

e. É assim, se forem crianças, limitem têm que haver, porque senão eles julgam que podem fazer tudo, mas se nos podermos ouvir a opinião deles e fazer de acordo [suspiro], estabelecer os limites, mas de acordo com aquilo que a criança mais gosta, também acho que, que se pode unir as duas coisas.

E. Ahm. **Das opções que vou ler a seguir, qual é a que mais se enquadra na forma como considera que mães abusadas sexualmente educam os seus filhos?** Opção A... ou seja, tendo em contas as mães abusadas sexualmente qual é que acha que a forma como elas educam os seus filhos? Opção A, tende a impor as suas regras, é menos permissiva à opinião da criança e usa a força e/ou punição/castigo, opção B, tende a dar uma total liberdade aos seus filhos, assumindo eles a maior responsabilidade pelo que fazem, opção C, ouve os interesses dos seus filhos, mas também reconhece que é necessário definir limites.

e. [Pausa]. Eu acho que aí andaram entre a A e a C.

E. Ou tende a ser...

e. Depende também muito da... depende da mentalidade da pessoa e si, depende da idade... eu acho que se for uma mãe abusada que seja muito nova, ahm... se calhar vai tentar impor muito limites, e, e ser radical, se for uma mãe já com mais maturidade, se calhar, os anos, já fizeram com que desvalorizassem muita coisa e já vai ter uma...

E. Ouvir mais a criança.

e. Sim, sim.

E. Ahm.. agora passamos para uma fase mais final da entrevista. Ao nível das conce... das questão da prevenção do abuso sexual, a sua opinião. Considera que existem, não, peço desculpa. **Tem ou não alguns cuidados especiais com a educação dos seus filhos para prevenir o abuso sexual?**

e. Eu acho que tenho os cuidados que todos os pais têm. Aquilo que a gente ouve que deve, que deve fazer.

E. **Que cuidados tem?**

e. [Pausa]. Ensinar que... há certos sítios que não devem ser tocados...

E. Hum, hum.

e. Não falar com estranhos, não... tento sempre explicar que não devem aceitar nada de estranhos, não devem sair com estranhos, e que tudo que se passar fora do normal que, que em casa podem falar...

E. Hum, hum. **Considera que as mães abusadas sexualmente teriam ou não o seu comportamento?**

e. Eu acho que sim.

E. **Porquê?**

e. Eu acho que, que hoje em dia com a informação que há e as escolas também tem um papel importante... eu acho que as pessoas vão ensinando os miúdos a estarem atentos a essas situações e a falarem.

E. **Considera que existem outras medidas a implementar na família, escola ou sociedade para diminuir o risco de abuso sexual? Considera que existem outras medidas ainda, que deviam ser imposta, aplicadas na família, escola, sociedade para que esse risco de abusos sexual ou as taxas de abuso sexual diminuíssem?**

e. Eu acho que as medidas impostas não há muito para impor, eu acho que... a, a mentalidade de algumas pessoas é que tem que mudar, têm que estar... como é que hei de explicar?! Porque ainda há pais que têm muito medo de falar de certas coisas com os filhos.

E. É como um tabu...

e. Sim. E... e... deviam desvalorizar essas coisas e... e... e explicar às crianças que há coisas que não podem aceitar de pessoas estranhas, lá está.

E. **Então acha que a escola por exemplo tem um papel importante neste sentido?**

e. Sim, sim.

E. Já que tem famílias que não falam nestas questões...

e. As escolas têm.. têm...

E. **Como se sentem ao pensar que os seus filhos podem ser vítimas de abuso sexual?**

e. [Pausa]. Sinto-me mal. Eu acho que não... [pausa] se eles fossem vítimas de abuso sexual iriam ficar com trauma, mas eu também ficava certamente.

E. Hum, hum. Se calhar a questão que já falamos anteriormente, de se sentir culpada...

e. Sim, sim, sim...

E. Hum, hum... como pensa que as mães de abuso sexual pensam sobre, se caso..., ou seja, **como acha que estas mães se sentiriam ao pensar que os filhos delas um dia podem ou não ser abusados sexualmente?**

e. Iriam pensar que, que foram culpadas, certamente. Assim como se calhar também põem culpas nalguns adultos que lhes falharam nessa situação, sem dúvida.

E. **Como assim?**

e. ahm.. se foram abusadas, por exemplo, em crianças vão culpar... quem não esteve lá para elas,

E. Sim, sim. Não estava a entender. Obrigada. Ahm... **pensa que os seus filhos lhe contariam casos fossem abusados sexualmente?**

e. Eu quero acreditar que sim, mas a gente nunca sabe.

E. Hum, hum.

e. Porque os filhos nunca contam tudo aos pais.

E. **Como é que se, sendo assim, se sentira se soubesse que o seu filhos não lhe contou que foi abusado sexualmente?**

e. Ainda me sentia com muito mais culpa.

E. **Porquê?**

e. Iria pensar na..., no que é que eu falhei para ele ao confiar em mim para me contar uma coisa dessas.

E. Hum, hum. **E caso ele lhe contasse o que é que faria, ahm.. ao descobrir que ele tinha sido abusado sexualmente?**

e. Eu procurava ajuda imediatamente... tanto psicológica, como... fazer queixa.

E. **Para si ou para, para a criança?**

e. Para a criança.

E. Eu pergunto para si porque lá esta, disse que iria ficar abalada [sorrisos].

e. Primeiro para a criança porque depois da criança ser ajudada... ou melhor, no processo de ajuda a criança, os pais acabam por ser ajudados também.

E. Hum, hum. **No seu entender, que medidas devem adotar as famílias para que as crianças tenham capacidade de denunciar a questão do abuso sexual?**

e. Lá está, as famílias tem de dar abertura às crianças para elas falarem e... seja do abuso sexual, seja daquilo que for.

E. **Na sua opinião, os pais têm ou não um papel importante nesse processo?**

e. Muito importante.

E. **Porquê?**

e. Começa nos pais. As escolas podem fazer um bom trabalho mas o pais têm, têm que mostrar às crianças que estão lá para eles independentemente daquilo que eles façam.

E. Ou seja, na sua opinião, se, ainda que a escola tenham um papel ativo a, a ensinar as crianças o que é certo e o que e errado e que é necessário denunciar se a crianças não tiver uma boa estrutura familiar, ou sentir que...

e. Não funciona...

E. Não vai funcionar nada disso... ok... a família, lá está, como disse tem um papel importante neste processo.

e. A família é um pilar de tudo.

E. Hum, hum. Ahm. Dou por terminada esta entrevista. Gostaria de perguntar se existe alguma coisa, além do que foi dito, que queira dizer, algo que pode levar o tempo que precisar a pensar. Algo que queira acrescentar sobre este tema, ou sobre esta situação...

e. Não [sorrisos].

E. Então agradeço desde já a participação que foi muito esclarecedora toda a entrevista e a resposta e o tempo que disponibilizou e antes de terminar também questionar se sabe de alguém ou conhece alguém que tivesse interesse a participar ou útil a sua historia para partilhar connosco...

e. Não.

E. Ok, muito obrigada!

e. De nada.

Anexo III - Exemplo de um registo de observação de uma entrevista

N.º da entrevista: 1	Data: 28/08/2022	Hora da observação: 22:30
Duração: 32 min e 46 s	Local de realização: Casa da entrevistada (Trofa)	
Idade: 44 anos	Número e sexo dos filhos: 2 meninos	
Idade dos filhos: 11 e 24 anos		
Interferência/interrupções: A entrevistada foi bastante recetiva. O ambiente estava agradável uma vez que todos os envolvidos estavam confortáveis uns com os outros e com a entrevista em si (embora a entrevistadora estivesse um pouco nervosa por ser a sua primeira entrevista neste âmbito). O facto de ter sido realizada na casa da entrevistada permitiu que não se registasse a presença de muitos barulhos nem interferências externas.		
Recetividade e ambiente geral: Bastante calmo e divertido na comunicação verbal e não verbal.		
Expressão verbal e não-verbal: A entrevistada responde de modo claro e desenvolvido a todas as questões mostrando-se à vontade com o tema em questão.		
Outras observações: A entrevista decorreu de modo bastante fluido.		

Anexo IV - Parecer da Comissão de Ética



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 083/2022

Relator: Manuel José Jacinto Sarmento Pereira

Título do projeto: *Vivência da maternidade em mulheres com história de abuso sexual*

Equipa de Investigação: Joana Daniela Azevedo Costa (IR), Mestrado em Estudos da Criança - especialização em intervenção psicossocial com crianças e famílias, Instituto de Educação, da Universidade do Minho; Doutora Maria Teresa Machado Vilaça (Orientadora), Instituto de Educação, da Universidade do Minho

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Vivência da maternidade em mulheres com história de abuso sexual*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 8 de agosto de 2022.

O Presidente da CEICSH

(Acílio Estanqueiro Rocha)

Anexo: Formulário de identificação e caracterização do projeto

Anexo V- Entrevista “Vivência da maternidade”

Introdução prévia à entrevista

Boa tarde,

Sou estudante do 2.º ano do mestrado em Estudos da Crianças, especialização em intervenção psicossocial com crianças e famílias na Universidade do Minho e estou a realizar um projeto de investigação para obtenção do grau de mestre, sobre orientação da Doutora Teresa Vilaça.

O objetivo deste estudo é analisar como é que as entrevistadas vivem a maternidade e concebem a vivência da maternidade por mulheres abusadas sexualmente. Como já foi dito na Declaração de Consentimento Informado que assinou, a participação no estudo é totalmente voluntária, anónima e sigilosa. Pode desistir da entrevista em qualquer momento ou não responder a qualquer pergunta que lhe cause incómodo.

A entrevista inclui questões sobre o abuso sexual, a maternidade e o modo estas influenciam o desenvolvimento e educação das crianças. Os dados recolhidos serão tratados e analisados de modo anónimo e apenas para efeitos académicos deste projeto.

Agradecemos desde já a sua participação!

I. Dados sociodemográficos

1. Que idade tem?
2. Em que local nasceu?
3. Qual é o seu grau de escolaridade?
4. Atualmente, tem alguma profissão?
- 4.1. (Se sim) Qual?
5. Qual é o seu estado civil?
6. Quantos filhos tem?
7. O/s seu/seus filho/s é/são menino/s ou menina/s?
8. Qual a idade do/s seu/s filho/s?
9. Como é composta a família com quem vive?

10. Conhece alguma mãe que sofre ou sofreu abuso sexual?

10.1. (Se sim) Pode contar-me o que sabe sobre a história de abuso sexual dessa mãe? (Como aconteceu? Que impacto teve/ tem nela?)

10.2. (Se diz que sofreu abuso sexual) Sente-se incomodada se me contar a sua história de abuso sexual? (Se não) Pode contar-me o que aconteceu? (Que impacto teve/tem em si?)

II. Atitudes de otimismo face ao mundo

11. Na sua opinião o/s seus filho/s vão crescer numa sociedade saudável? Porquê? Considera que as mães abusadas sexualmente pensarão da mesma maneira? Porquê?
12. Em que medida considera que a vida do/s seu/s filho/s vai ser afetada pelos problemas ambientais que se falam na atualidade? (ex., excesso de lixo, mudança climática, falta de recursos naturais)
13. Na sua opinião, vivemos num tempo onde podemos confiar nos outros? Porquê?
14. Para si o local onde vive é um lugar seguro, ou perigoso, para o seu filho crescer? Porquê?

14.1. Na sua opinião, as mães abusadas sexualmente consideram que o local onde vivem é, ou não, seguro para os seus filhos? Porquê?

15. Nos tempos em que vivemos é fácil, ou não, educar uma criança? Porquê?

15.1. Que ideia tem sobre o que pensam as mães abusadas sexualmente sobre a educação atual dos seus filhos?

16. Na sua perspectiva, nos próximos 5 anos a violência familiar vai diminuir ou não? Porquê?

16.1. Será que as mães abusadas sexualmente têm a mesma opinião? Porquê?

17. Na sua opinião, num futuro próximo a maior parte das pessoas vai, ou não, denunciar de imediato os casos de abuso sexual? Porquê?

17.1. As mulheres abusadas sexualmente denunciarão mais ou menos rápido esses casos?

18. Na sua opinião, nos próximos 5 anos a maior parte dos alunos falarão sobre a prevenção do abuso sexual na Educação Sexual na escola? Porquê?

III. Estilos e dimensões parentais

19. Costuma deixar o/s seu/s filho/s brincar/em em casa dos vizinhos e amigos? Porquê?

19.1. As mães abusadas sexualmente reagirão da mesma maneira? Porquê?

20. É frequente deixá-lo/s brincar/em para casa dos seus familiares? (Se sim) Em que situações?

20.1. As mães abusadas sexualmente reagirão da mesma maneira? Porquê?

21. Sente-se confortável em deixar o/s seu/s filho/s sozinho/s com outras pessoas?

21.1. (Se não) Porquê?

21.1.1. As mães abusadas sexualmente deixarão? Porquê?

21.2 (Se sim) Quais são as pessoas em quem confia mais para deixar o/s seu/s filho/s sem a sua presença? Porquê?

22. Deixa ou deixaria o/s seu/s filho/s dormir em casa de amigos da escola? E da sua família? Porquê?

22.1. Considera que as mães abusadas sexualmente tomariam as mesmas decisões? Porquê?

23. Houve alguma situação em que decidiu que nunca mais deixava o/s seu/s filho/s sozinho/s com adultos que conhece? (Se sim) Conta-me, por favor, essas situações?

24. Na sua opinião, as mulheres que têm uma história de abuso sexual dão mais, ou menos, liberdade aos filhos? Porquê?

24.1. Os/as seus/suas filhos/filhas têm maior ou menor liberdade do que a que tinha quando era criança? Porquê?

24.2. Em que medida considera que a sua história de vida condiciona a forma como pensa educar o/s seu/s filho/s?

24.2.1. Em que medida considera que o facto das mães terem sofrido abuso sexual afeta a forma como educam o(s) seu(s) filho(s)?

25. Das opções que vou ler a seguir, qual é a que mais se enquadra na forma como educa o/s seu/seus filho/s? Porquê?

Opção A – (Autoritária) tende a impor as suas regras, é menos permissiva à opinião da criança e usa a força e/ou punição/castigo

Opção B – (Permissiva) tende a dar uma total liberdade ao/s seu/s filho/s, assumindo ele/s a maior responsabilidade pelo que fazem

Opção C – (Autoritativo) ouve os interesses do/s seu/s filho/s, mas também reconhece que é necessário definir limites

25.1. Das opções que vou ler a seguir, qual é a que mais se enquadra na forma como considera que mães abusadas sexualmente educam o/s seu/seus filho/s? Porquê?

Opção A – (Autoritária) tende a impor as suas regras, é menos permissiva à opinião da criança e usa a força e/ou punição/castigo

Opção B – (Permissiva) tende a dar uma total liberdade ao/s seu/s filho/s, assumindo ele/s a maior responsabilidade pelo que fazem

Opção C – (Autoritativo) ouve os interesses do/s seu/s filho/s, mas também reconhece que é necessário definir limites

IV. Conceções sobre a prevenção do abuso sexual

26. Tem, ou não, alguns cuidados especiais na educação do/s seu/s filho/s para prevenir o abuso sexual?

26.1. (Se respondeu não) Porquê?

26.2. (Se respondeu sim) Que cuidados tem?

26.3. Considera que as mães abusadas sexualmente teriam, ou não, o seu comportamento? Porquê?

27. Considera que existem outras medidas a implementar na família, escola ou sociedade para diminuir o risco de abuso sexual? (Se sim) Quais?

28. Como se sente ao pensar que o/s seu/s filho/s pode/m ser vítima/s de abuso sexual?

28.1. Como pensa que as mães vítimas de abuso sexual se sentiriam?

29. Pensa que o/s seu/s filho/s lhe contaria/m caso fosse/m abusado/s sexualmente? Porquê?

29.1. (Se não) O que faria caso o/s seu/s filho/s não contasse/m e descobrisse que isso aconteceu?

29.2. (Se sim) O que faria caso o/s seu/s filho/s confiasse/m e lhe contasse/m que tinha sofrido abuso sexual?

30. No seu entender, que medidas devem adotar as famílias para que as crianças tenham capacidade de denunciar o crime de abuso sexual?

31. Na sua opinião, os pais têm, ou não, um papel importante nesse processo? Porquê?

V. Reflexão

32. Agora que terminamos a entrevista, existe algo mais, para além do que já foi dito, que queira reforçar ou falar? Pode levar o tempo que for necessário para pensar.

Anexo VI - Questionário estilos e dimensões parentais - versão reduzida (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 2001; Versão Portuguesa de Miguel, Valentim & Carugati, 2009)

Este questionário avalia com que frequência atua de determinado modo com o(a) seu/sua filho(a). Por favor, leia cada frase do questionário e responda **com que frequência atua desse modo com o(a) seu/sua filho(a)**.

Obrigado pela sua participação!

Atuo desta maneira:	1.Nunca	2. Poucas vezes	3.Algumas vezes	4. Bastantes vezes	5. Sempre
1. Dou resposta aos sentimentos e necessidades do(a) meu/minha filho(a)	<input checked="" type="checkbox"/>				
2. Castigo fisicamente o(a) meu/minha filho(a) como forma de o(a) disciplinar	<input checked="" type="checkbox"/>				
3. Tomo em conta o que o(a) meu/minha filho(a) quer ou deseja antes de lhe pedir para fazer algo	<input checked="" type="checkbox"/>				
4. Quando o(a) meu/minha filho(a) pergunta por que razão tem que obedecer, respondo: "Porque eu digo" ou "Porque sou teu/tua pai/mãe e quero que o faças"	<input checked="" type="checkbox"/>				
5. Explico ao(à) meu/minha filho(a) como me sinto quando se porta bem e quando se porta mal	<input checked="" type="checkbox"/>				
6. Dou uma palmada ao(à) meu/minha filho(a) quando ele(a) é desobediente	<input checked="" type="checkbox"/>				
7. Incentivo o(a) meu/minha filho(a) a falar dos seus problemas	<input checked="" type="checkbox"/>				
8. Acho difícil disciplinar o(a) meu/minha filho(a)	<input checked="" type="checkbox"/>				
9. Incentivo o(a) meu/minha filho(a) a expressar-se livremente, mesmo quando não está de acordo comigo	<input checked="" type="checkbox"/>				
10. Castigo o(a) meu/minha filho(a) retirando-lhe privilégios com poucas ou nenhuma explicação	<input checked="" type="checkbox"/>				
11. Saliento as razões das regras que estabeleço	<input checked="" type="checkbox"/>				
12. Quando o(a) meu/minha filho(a) está chateado(a), dou-lhe apoio e consolo	<input checked="" type="checkbox"/>				
13. Grito ou falo alto quando o(a) meu/minha filho(a) se porta mal	<input checked="" type="checkbox"/>				

Atuo desta maneira:	1.Nunca	2. Poucas vezes	3.Algumas vezes	4. Bastantes vezes	5. Sempre
14. Elogio o(a) meu/minha filho(a) quando se comporta ou faz algo bem	<input checked="" type="checkbox"/>				
15. Cedoo(a) meu/minha filho(a) quando faz uma birra por qualquer coisa	<input checked="" type="checkbox"/>				
16. Enfureço-me com o(a) meu/minha filho(a)	<input checked="" type="checkbox"/>				
17. São mais as vezes em que ameaço castigar o(a) meu/minha filho(a) do que aquelas em que realmente o(a) castigo	<input checked="" type="checkbox"/>				
18. Tomo em conta as preferências do(a) meu/minha filho(a) quando faço planos familiares	<input checked="" type="checkbox"/>				
19. Agarro o(a) meu/minha filho(a) quando ele(a) é desobediente	<input checked="" type="checkbox"/>				
20. Dito castigos ao(a) meu/minha filho(a) mas realmente não os aplico	<input checked="" type="checkbox"/>				
21. Demonstro respeito pelas opiniões do(a) meu/minha filho(a) incentivando que as expresse	<input checked="" type="checkbox"/>				
22. Permito que o(a) meu/minha filho(a) dê a sua opinião relativamente às regras familiares	<input checked="" type="checkbox"/>				
23. Ralho e critico para fazer o(a) meu/minha filho(a) melhorar	<input checked="" type="checkbox"/>				
24. Estrago o(a) meu /minha filho(a) com mimos	<input checked="" type="checkbox"/>				
25. Explico ao(a) meu/minha filho(a) por que razões as regras devem ser obedecidas	<input checked="" type="checkbox"/>				
26. Uso ameaças como forma de castigo com poucas ou nenhuma justificações	<input checked="" type="checkbox"/>				
27. Tenho momentos especiais e calorosos com o(a) meu/minha filho(a)	<input checked="" type="checkbox"/>				
28. Castigo o(a) meu/minha filho(a) colocando-o(a) algures sozinho(a) com poucas ou nenhuma explicações	<input checked="" type="checkbox"/>				
29. Ajudo o(a) meu/minha filho(a) a perceber o resultado do seu comportamento incentivando-o(a) a falar acerca das consequências das suas ações	<input checked="" type="checkbox"/>				
30. Ralho e critico quando o comportamento do(a) meu/minha filho(a) não corresponde às minhas expectativas	<input checked="" type="checkbox"/>				
31. Explico ao(a) meu/minha filho(a) as consequências do seu comportamento	<input checked="" type="checkbox"/>				
32. Dou uma palmada no(a) meu/minha filho(a) quando se porta mal	<input checked="" type="checkbox"/>				